



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MANOEL OSWALDO GUIMARÃES JUNIOR

**A DESCONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS COLETIVAS PELA DESINFORMAÇÃO:
o Golpe Civil-Militar de 1964, ame-o ou deixe-o!**

Recife
2024

MANOEL OSWALDO GUIMARÃES JUNIOR

**A DESCONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS COLETIVAS PELA DESINFORMAÇÃO:
o Golpe Civil-Militar de 1964, ame-o ou deixe-o!**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, memória e tecnologia

Linha de pesquisa: Memória da informação científica e tecnológica

Orientadora: Profa. Dra. Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda

Recife
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Guimarães Junior, Manoel Oswaldo.

A desconstrução de memórias coletivas pela desinformação: o Golpe Civil-Militar de 1964, ame-o ou deixe-o! / Manoel Oswaldo Guimarães Junior. - Recife, 2024.

146 p. : il., tab.

Orientador(a): Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.

1. Informação e memória. 2. Desinformação. 3. Fake news e pós-verdade. 4. Negacionismo e revisionismo. 5. Golpe Civil-Militar de 1964. I. Miranda, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. (Orientação). II. Título.

020 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2024 - 60)

MANOEL OSWALDO GUIMARÃES JUNIOR

A desconstrução de memórias coletivas pela desinformação: o Golpe Civil-Militar de 1964, ame-o ou deixe-o!

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Aprovada em: **29/02/2024**

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Murilo Artur Araújo da Silveira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho a maior referênciã da minha vida:
minha mãe, d. Socorro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, Pai Celestial soberanamente justo e bom, porque sem Ele nenhuma conquista é possível.

À Valdirene, minha querida e amada esposa, companheira fiel e meu porto seguro.

À Amanda e Aline, minhas duas amadas filhas, que tanto me ensinaram e ajudaram ao longo desses últimos 04 anos.

Aos meus queridos pais, Guimarães e Socorro (*in memoriam*), por tudo que me ensinaram na vida e por terem plantado em mim as sementes para que eu pudesse realizar todos esses sonhos acadêmicos.

À Májory Miranda, que além de ser uma excelente professora, pesquisadora e orientadora, é uma pessoa iluminada e diferenciada. Agradeço muito a Deus por tê-la colocado em meu caminho nessa trajetória acadêmica.

Ao professor Fábio Pinho, pelo acolhimento no primeiro ano do Doutorado.

A todos os Coordenadores que passaram pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE ao longo desses 04 anos. Faço uma referência especial a Suzana Wanderley, pela competência e dedicação que vem realizando ao longo dos anos como secretária do Programa.

Aos prezados colegas de Doutorado da turma de 2020, Anna Carla Queiroz, Felipe Medeiros, Francisco de Assis, Ismael Santos e Karoline Fernandes, grandes heróis, pois no momento mais importante do curso, enfrentamos uma terrível inimiga, a pandemia de COVID19, que derrubou a gente inicialmente... mas não conseguiu nos vencer!

À colega de turma que se tornou uma amiga na vida, Anna Carla Queiroz, por ter sido um “ombro amigo” nas horas de dúvidas e de desânimo.

Aos professores Carlos Alberto Ávila Araújo (UFMG), Raimundo Nonato Macedo dos Santos (UFPE), Fellipe Sá Brasileiro (UFPB) e Murilo Artur Araújo da Silveira (UFPE), membros da banca examinadora de defesa, grandes referências na Ciência da Informação no Brasil, pelas valiosas sugestões e contribuições a esta pesquisa.

E, finalmente, aos amigos espirituais, que me acompanharam e inspiraram durante todo este trabalho acadêmico.

“O erro só se propaga, só se amplia, só vive com uma condição: encontrar na sociedade em que se difunde um caldo de cultura favorável” (Marc Bloch, 1921).

RESUMO

O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e da própria internet, facilitou a constante produção, disseminação e consumo de informações via *web*. Todavia, esse fluxo informacional gerou também graves problemas como o uso e a propagação indiscriminada de informações caluniosas, manipuladas ou falsas, acendendo discussões e preocupações sobre os impactos desses fenômenos na sociedade, além de provocar o crescimento da desinformação e a popularização de alguns termos, tais como “*fake news*” e “pós-verdade”. Esta dinâmica desinformacional atinge todas as áreas da atividade humana, inclusive o conhecimento científico, tendência conhecida como negacionismo, repercutindo em campos relacionados à memória coletiva e histórica referente a acontecimentos históricos. A problematização da pesquisa consiste em saber a que serve a desconstrução de uma memória coletiva e histórica no contexto da desinformação. O objetivo geral da pesquisa é compreender como a desinformação é utilizada na desconstrução de memórias coletivas e históricas, tendo como referência os discursos e pronunciamentos proferidos pelo Governo Federal, durante o período de 2019 a 2022, relacionados ao Golpe Civil-Militar ocorrido no Brasil em 1964. Como objetivos específicos: investigar o fenômeno da desinformação ao longo da história e seus impactos na atualidade; identificar a atuação e construção da memória no campo informacional e sua relação com o campo historiográfico; analisar as versões do fato histórico de 1964 e sua relação com a memória coletiva e histórica; e demonstrar como ocorre e a que serve a desconstrução da memória relacionada a um evento histórico. Para alcançar os objetivos propostos, optou-se pela metodologia de análise de conteúdo, que possibilita a descrição e a interpretação do conteúdo das mensagens e dos comportamentos ligados ao contexto do enunciado. A primeira etapa da pesquisa teve um caráter exploratório, caracterizada por análises bibliográficas. A segunda etapa teve um caráter descritivo com a aplicação da análise de conteúdo nos discursos e pronunciamentos do Presidente da República e por membros do seu governo, contidos no site oficial do Governo Federal e em outras plataformas. Os resultados demonstram um processo contínuo de desinformação que culminaram na desconstrução de memórias coletivas sobre o fato histórico ao longo dos quatro anos de governo. Neste processo foram utilizadas informações falsas e descontextualizadas, articuladas com os elementos constituintes da memória relacionadas ao evento de 1964 e com as suas formas de caracterização e apropriação. Foi constatado que a memória de uma nação é um alvo político e sua alteração se torna um objetivo primordial para determinados grupos manterem a dominação, o controle e perpetuação de um *status quo*.

Palavras-chave: Informação e memória. Desinformação. *Fake news* e pós-verdade. Negacionismo e revisionismo. Golpe Civil-Militar de 1964.

ABSTRACT

The development of new information and communication technologies (ICTs) and the internet itself has facilitated the constant production, dissemination and consumption of information via the web. However, this information flow also generated serious problems such as the indiscriminate use and propagation of slanderous, manipulated or false information, sparking discussions and concerns about the impacts of these phenomena on society, in addition to causing the growth of misinformation and the popularization of some terms, such as “fake news” and “post-truth”. This disinformation dynamic affects all areas of human activity, including scientific knowledge, a trend known as denialism, having repercussions in fields related to collective and historical memory regarding historical events. The problematization of the research consists of knowing what the deconstruction of a collective and historical memory serves in the context of disinformation. The general objective of the research is to understand how disinformation is used in the deconstruction of collective and historical memories, taking as a reference the speeches and statements made by the Federal Government, during the period from 2019 to 2022, related to the Civil-Military Coup that occurred in Brazil in 1964. Specific objectives: investigate the phenomenon of disinformation throughout history and its impacts today; identify the performance and construction of memory in the informational field and its relationship with the historiographical field; analyze the versions of the historical fact of 1964 and their relationship with collective and historical memory; and demonstrate how the deconstruction of memory related to a historical event occurs and what it serves. To achieve the proposed objectives, we opted for the content analysis methodology, which enables the description and interpretation of the content of messages and behaviors linked to the context of the statement. The first stage of the research had an exploratory character, characterized by bibliographical analyses. The second stage had a descriptive nature with the application of content analysis to speeches and statements by the President of the Republic and by members of his government, contained on the Federal Government's official website and other platforms. The results demonstrate a continuous process of disinformation that culminated in the deconstruction of collective memories about the historical fact throughout the four years of government. In this process, false and decontextualized information was used, articulated with the constituent elements of memory related to the 1964 event and its forms of characterization and appropriation. It was found that the memory of a nation is a political target and its alteration becomes a primary objective for certain groups to maintain domination, control and perpetuation of a *status quo*.

Keywords: Information and memory. Disinformation. Fake news and post-truth. Denialism and revisionism. Civil-Military Coup of 1964.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teores semânticos do prefixo <i>des-</i>	36
Quadro 2 – Síntese da análise semântica de desinformação	38
Quadro 3 – Características da desinformação	41
Quadro 4 – Análise comparativa entre boatos e <i>fake news</i>	46
Quadro 5 – Categorias de verdade para compreensão da pós-verdade	53
Quadro 6 – Relação entre informação e memória	57
Quadro 7 – Análise comparativa das revisões na História	71
Quadro 8 – Cronologia do Golpe	75
Quadro 9 – Configuração da análise de conteúdo	93
Quadro 10 – Citações diretas de Bolsonaro em discursos	97
Quadro 11 – Citações diretas de Bolsonaro no rádio e na TV	101
Quadro 12 – Citações diretas de membros do governo	101
Quadro 13 – Citações indiretas de Bolsonaro em discursos	103
Quadro 14 – Mensagens de autovalorização	121
Quadro 15 – Elementos da memória na desinformação do golpe	125
Quadro 16 – Caracterização e apropriação da memória do golpe	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pós-verdade como ponta do <i>iceberg</i>	55
Figura 2 – Capa do jornal O Dia	78
Figura 3 – Editorial do jornal O Globo	78
Figura 4 – Capa do jornal O Globo	79
Figura 5 – Principais bibliografias negacionistas e revisionistas	83
Figura 6 – 1ª Etapa da pesquisa	89
Figura 7 – 2ª Etapa da pesquisa	90
Figura 8 – Imagem do site do Governo Federal – Discursos	94
Figura 9 – Imagem do site do Governo Federal – Pronunciamentos	95
Figura 10 – Comparativo entre as falas e citações de 2019 a 2022	122
Figura 11 – Temáticas mais exploradas nas citações indiretas	123
Figura 12 – Falas de valorização do período militar	123
Figura 13 – Fluxograma de desconstrução de memórias coletivas	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de discursos e pronunciamentos	95
Tabela 2 – Citações do golpe em discursos e pronunciamentos	96
Tabela 3 – Citações do golpe em outras fontes	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC PAULISTA	Região da grande São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
AI-1	Ato Institucional nº 1
BIBLIEx	Biblioteca do Exército
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação
BREXIT	Junção das palavras: Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída)
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Ciência da Informação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
SciELO	Scientific Eletronic Library Online
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	DESINFORMAÇÃO: O ANTIGO E NOVO PROBLEMA DA SOCIEDADE	23
2.1	A DESINFORMAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA	24
2.2	CONCEITUANDO DESINFORMAÇÃO	29
2.2.1	Revisão de literatura	29
2.2.2	Análise semântica e taxonômica	35
2.3	TIPOS DE DESINFORMAÇÃO	42
2.3.1	<i>Fake news</i>	43
2.3.2	Negacionismo científico	46
2.3.3	Pós-verdade	50
3	MEMÓRIA, INFORMAÇÃO, NEGACIONISMO E REVISIONISMO	56
3.1	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA	57
3.1.1	Elementos constituintes da memória	60
3.1.2	Caracterização e apropriação da memória	62
3.1.3	Diferença entre memória e história	64
3.1.4	Desconstrução de memórias	67
3.2	NEGACIONISMO OU REVISIONISMO HISTÓRICO?	68
4	MARÇO DE 1964: GOLPE OU REVOLUÇÃO?	73
4.1	A VERSÃO OFICIAL DO GOLPE	74
4.2	BIBLIOGRAFIAS NEGACIONISTAS E REVISIONISTAS	80
4.3	MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRICA DO GOLPE	84
5	CONSTRUCTO METODOLÓGICO DA PESQUISA	87
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	88
5.2	FASES DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	91
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	94
6.1	PRÉ-ANÁLISE	94
6.2	EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	96
6.2.1	Citações diretas	97
6.2.2	Citações indiretas	103
6.2.3	Mensagens de autovalorização	121
6.3	TRATAMENTO DOS RESULTADOS	122
7	CONSIDERAÇÕES	134
	REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

Brasília, tarde de 08 de janeiro de 2023. Após uma semana da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, milhares de apoiadores radicais do ex-presidente Jair Bolsonaro, que não aceitavam o resultado das eleições presidenciais de 2022, invadiram as sedes dos Três Poderes e depredaram o patrimônio nacional. Este dia tornou-se histórico no Brasil, pois correspondeu a uma tentativa desastrada de golpear a democracia.

Além disso, esse fatídico acontecimento simboliza uma das consequências de um fenômeno complexo que vem crescendo de forma assustadora no mundo nos últimos anos. E esta pesquisa representa uma forma de se compreender a gênese de todo esse processo. Porém, é preciso retroceder um pouco no tempo.

No início do século XXI, com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e da própria internet, que desempenham um papel fundamental no processo de universalização da informação, ocorreu a chamada explosão informacional, constatada na contemporaneidade nos espaços entre indivíduos, grupos sociais, empresas, enfim, na própria sociedade.

Esta atual paisagem informacional é caracterizada pela constante produção, disseminação e consumo de informações via *web*, principalmente por meio dos compartilhamentos nas redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter* etc.) e dos aplicativos de mensagens instantâneas (*WhatsApp, Telegram, Messenger* etc). Com o avanço tecnológico, qualquer pessoa ou organização pode funcionar como uma emissora de rádio ou de imagens, produzindo notícias, comentários e opiniões com grande alcance, o que permite uma alta capacidade de interconexão de informações, ideias e conhecimentos. Além disso, essa instantaneidade e imediatismo das informações fazem com que o indivíduo esteja em todos os cantos do planeta, testemunhando e até interagindo com os acontecimentos.

Em contrapartida, esse fluxo informacional, realizado com facilidade através das novas formas de acesso e produção de conteúdo, tem gerado também graves problemas como o uso e a propagação indiscriminada de informações caluniosas, manipuladas ou falsas, que podem interferir na opinião pública, servindo a diversas finalidades pessoais e institucionais.

Além de ter provocado o crescimento da chamada desinformação e a popularização de alguns termos, tais como “*fake news*” e “*pós-verdade*”, o aumento

da circulação de notícias falsas acendeu discussões e preocupações sobre os impactos desses fenômenos na sociedade. De acordo com Leal (2021, p. 148),

propagadas mais rapidamente que qualquer vírus já conhecido, as *fake news*, ou notícias falsas, em bom português, se tornaram um dos mais importantes fenômenos políticos e sociais do nosso tempo, desafiando democracias e o conhecimento científico.

Vale salientar que a disseminação de notícias falsas não é uma novidade no mundo contemporâneo. Essa prática existe desde os primórdios da humanidade. Entretanto, este fenômeno se tornou mais comum e mais grave na atualidade, pois

foi em nosso tempo presente que elas adquiriram maior notoriedade, poder e influência. Com a ascensão das redes sociais on-line, no início da década de 2010, as *fake news* se converteram em um problema incontornável para as maiores democracias do planeta (Leal, 2021, p. 159-160).

Um outro aspecto que distingue a desinformação produzida no passado com a do presente é que, atualmente, o mundo está vivendo o que se convencionou chamar de “era da pós-verdade”.

Pós-verdade foi escolhida “a palavra do ano” pelo Dicionário Oxford em 2016, o termo é definido da seguinte maneira: “relacionar ou denotar circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelar à emoção e à crença pessoal” (Leal, 2021, p. 161).

Em outras palavras, quando discursos ignoram, desrespeitam e manipulam a verdade dos fatos, entra-se no universo da pós-verdade. Segundo D’Ancona (2018, p. 57), “a questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê”.

Evidentemente, a dinâmica desinformacional juntamente com os efeitos da pós-verdade não está deixando isenta nenhuma área da atividade humana, atingindo, inclusive, questões de cunho científico. Atualmente, o mundo vem assistindo de forma perplexa uma onda de manifestações que ferem o bom senso e o conhecimento que a humanidade vem produzindo ao longo de séculos, também chamado de conhecimento científico.

Estas manifestações anticientíficas, conhecidas como negacionismo científico, também não é um fenômeno recente, mas é possível perceber o seu crescimento mundial nos últimos anos em várias áreas do conhecimento. O campo da História, por exemplo, vem sofrendo constantes ataques político-ideológicos.

Aliás, tornou-se comum ler e ouvir discursos que desvalorizam a importância das Ciências Sociais e Humanas em detrimento de outros campos do saber científico considerados mais práticos.

Por conseguinte, o processo de negação e de revisão de fatos históricos, que ganhou mais nitidez após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), foi impulsionado nesta era digital. Antigas concepções negacionistas e revisionistas ganham força, como, por exemplo, o “Holocausto nunca existiu”, “o nazismo é um movimento de esquerda” e “não houve genocídio indígena nas colônias das Américas”, estão a cada dia se tornando mais comuns.

De acordo com Funari (2021, p. 117), “a História acaba sendo alvo privilegiado de pessoas e grupos que procuram manipular seus relatos a favor ou contra isso ou aquilo, muitas vezes distorcendo informações, inventando e mentindo”, com a intenção de defender seus valores ou interesses.

Segundo Gandra e Jesus (2020, p. 12), no Brasil e no mundo,

os movimentos conservadores e, principalmente, de extrema direita, como os negacionistas, foram perspicazes em adaptar a sua prática política e discursiva à era virtual das redes sociais, que estão sendo os principais instrumentos de divulgação e manipulação dos discursos extremados.

Esses grupos fazem da negação um empreendimento sistemático, buscando apresentar reinterpretações de certos fatos históricos e, conseqüentemente, desqualificando competentes e consolidados estudos historiográficos.

A partir de 2019, primeiro ano do Governo do Presidente Jair Bolsonaro, um dos acontecimentos da história brasileira mais discutidos nessa onda de negacionismo refere-se ao Golpe Civil-Militar de 1964. Este evento dá início ao regime militar, um dos períodos mais marcantes da história recente do país, que durou até 1985. A versão defendida por esses grupos é a de que não houve uma trama dos militares para tomar o poder, mas, sim, uma revolução contra a ameaça comunista que pretendia dominar o Brasil (Prado, 2021).

Alguns atos e declarações do próprio Governo Federal, logo nos primeiros meses de mandato, ilustram o fenômeno do negacionismo a respeito deste fato histórico:

O presidente Jair Bolsonaro determinou nesta semana que as Forças Armadas brasileiras realizem celebrações no dia 31 de março, dia que marca o golpe de 1964, que abriu as portas do repressivo regime militar à frente do país durante 21 anos. A medida de Bolsonaro contrasta com a postura de países vizinhos ao Brasil, que também

passaram por ditaduras militares e cujos governos rejeitam qualquer apologia ao golpismo e à repressão.

Ao anunciar a medida, o porta voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, afirmou que “o presidente não considera o 31 de março de 1964 golpe militar”, mas sim uma ocasião em que “civis e militares” se uniram para “recuperar” o país (Carta Capital, 2019).

Esses supracitados discursos e ações são formas de alterar ou negar conhecimentos ou verdades já estabelecidas cientificamente, utilizando informações falsas ou descontextualizadas. É também uma tentativa descarada de se criar uma versão ou verdade alternativa para o fato. Fica evidente que o fenômeno da desinformação, do negacionismo e da pós-verdade já começou a mudar posturas e valores em relação aos conceitos tradicionais de verdade e mentira, honestidade e desonestidade, credibilidade e dúvida.

Diante deste atual cenário, como se comporta a memória de um povo, a respeito de um acontecimento histórico de grande relevância para o Brasil, como foi o Golpe Civil-Militar de 1964, em face dos constantes ataques sofridos pelo fenômeno da desinformação? Em outras palavras, informações falsas ou manipuladas podem impactar ou destruir um conhecimento histórico presente na memória coletiva da sociedade?

A partir desta perspectiva, a problematização da pesquisa é estruturada da seguinte maneira: a que serve a desconstrução de uma memória coletiva e histórica no contexto da desinformação?

Na atualidade, percebe-se uma intensa preocupação em tentativas de desconstrução de memórias:

A memória é notoriamente falível, mas alguns especialistas temem que um novo fenômeno esteja emergindo. “Lembranças são compartilhadas entre grupos de formas diferentes, através de sites tais como Facebook e Instagram, confundindo a linha entre as memórias individual e coletiva”, diz o psicólogo Daniel Schachter, que estuda a memória na Universidade Harvard em Cambridge, Massachusetts. “O desenvolvimento de desinformação baseada na internet, tal como os sites de notícias falsas, tem o potencial de distorcer as memórias individual e coletiva de forma perturbadora”, afirma Schachter. Memórias coletivas formam a base da história e o entendimento da história pelas pessoas molda a forma como pensam o futuro (Spinney, 2018).

Uma memória coletiva pode ser desconstruída através de processos de desinformação, utilizando determinados conhecimentos ou lembranças fora de contexto do próprio passado. Além disso, em qualquer acontecimento, histórico ou

não, haverá sempre lacunas, pontos mal explicados e até com ausência de informação oficial, que podem gerar incertezas e negações. Neste cenário de dúvidas, “entra em campo o conhecimento, as crenças e o imaginário do grupo na tentativa de produzir uma explicação lógica ou uma resposta plausível para o obscuro fato em questão” (Guimarães Junior, 2018, p. 30).

Conseqüentemente, as recordações do passado podem ganhar novas interpretações e significados no contexto do momento presente, levando a questionamentos sobre uma verdade histórica. Com o avanço das TICs, esses “questionamentos”, que antes eram dispersos e fragmentados na sociedade, ganham mobilização e robustez nas redes sociais, que produzem e propagam informações que, por sua vez, acabam gerando inúmeras reinterpretações que são compartilhadas e que podem reforçar ideias, preconceitos e influenciar tomadas de decisão.

É preciso ressaltar que o avanço tecnológico é capaz de proporcionar desenvolvimento, inclusão social e geração de oportunidades a todas as camadas da sociedade. Entretanto, esta mesma tecnologia, que pode compartilhar conhecimento de alto nível, também pode ser utilizada para promover confusão, desinformação e negação científica.

Portanto, este trabalho surge da necessidade de se discutir a crise informacional pela qual o mundo está vivenciando atualmente, caracterizada pelo fenômeno da desinformação, que vem causando profundas transformações nos modos como as informações são produzidas, recebidas e compartilhadas. Conseqüentemente, a memória torna-se uma parada obrigatória no roteiro da pesquisa, uma vez que ela desempenha um papel fundamental na construção e difusão da informação e do conhecimento.

Além disso, a desinformação, considerada equivocadamente pelo senso comum como o oposto da informação, situa-se claramente no campo da Ciência da Informação. Esta desempenha um papel social relevante no foco da dimensão humana com a dimensão tecnológica, como também no processo de transformação pela informação. Seja ofertando discussões relevantes, seja propondo formas de enfrentamento e prevenção a esse fenômeno, a CI pode tomar o protagonismo de quem possui a informação como seu objeto de estudo. Neste sentido, desenvolver pesquisas que, de algum modo, relacionem informação, memória e desinformação são cruciais para a área da Ciência da Informação, “que chamou para si a tarefa de

estudar e propor soluções para os problemas relacionados à transferência da informação” (Oliveira; Rodrigues, 2017, p. 17).

Em pesquisas realizadas em repositórios institucionais de Universidades brasileiras, principalmente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e em Bases de Dados como a BRAPCI, SciELO e Scopus, não foram localizados trabalhos ou publicações com uma proposta similar a esta, ou seja, entrelaçar informação, memória e desinformação, aprofundando os estudos deste último fenômeno e seus impactos relacionados a construção e desconstrução de memórias coletivas, no campo da Ciência da Informação.

Em síntese, a justificativa para esta pesquisa decorre do fato de que lembrar acontecimentos históricos é uma forma de mantê-los vivos, garantindo que sirvam de exemplos para o futuro. Em contrapartida, o esquecimento ou a distorção dos mesmos dificulta o acesso ao conhecimento e à verdade dos fatos, gerando desinformação, dúvidas e confusão na sociedade. Sendo assim, além das motivações acadêmicas e sociais, vale ressaltar a familiaridade do autor com a temática, sua formação e especialização em História do Brasil e o desejo de desenvolver os estudos sobre os fenômenos info-comunicacionais, iniciados durante o Mestrado em Ciência da Informação, cuja pesquisa se pautou sobre a propagação de boatos alarmistas na sociedade.

Com base nestas justificativas, o objetivo geral da pesquisa é compreender como a desinformação é utilizada na desconstrução de memórias coletivas e históricas de eventos históricos, tendo como referência os discursos e pronunciamentos emitidos pelo Governo Federal, durante o período de 2019 a 2022, relacionados ao Golpe Civil-Militar ocorrido no Brasil em 1964. Para o desenvolvimento deste trabalho, situam-se como objetivos específicos:

- a) Investigar o fenômeno da desinformação ao longo da história e seus impactos na atualidade;
- b) Identificar a atuação e construção da memória no campo informacional e sua relação com o campo historiográfico;
- c) Analisar as versões do Golpe Civil-Militar de 1964 e sua relação com a memória coletiva e histórica;
- d) Demonstrar como ocorre e a que serve a desconstrução da memória relacionada a um evento histórico.

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, optou-se por uma metodologia que possibilitasse a descrição e a interpretação do conteúdo das mensagens e dos comportamentos ligados ao contexto do enunciado. Deste modo, segundo Bardin (2009, p. 11), a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Como a pesquisa está pautada na identificação e análise das citações relacionadas ao Golpe Civil-Militar de 1964, emitidas pelo governo de 2019 a 2022, a supracitada metodologia torna-se adequada “a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 2009, p. 33).

Após essa introdução, onde foi apresentado o tema de forma sucinta, a justificativa e a definição do problema de pesquisa, bem como os objetivos, geral e específicos, propostos e a metodologia utilizada, segue uma visão geral do corpus da tese:

Na seção 2, será analisado o crescimento da desinformação na atualidade, observando sua trajetória ao longo da história e seus impactos no mundo contemporâneo. Através de uma revisão de literatura e de uma análise semântica e taxonômica, o fenômeno da desinformação será situado no âmbito da Ciência da Informação e de suas perspectivas informacionais. Serão também apresentados os principais tipos de desinformação para os objetivos da pesquisa: *fake news*, negacionismo científico e pós-verdade.

Na seção 3, será desenvolvida uma revisão dos principais estudos de referência sobre memória e sua relação com a informação. Além disso, serão apresentados o processo de construção social, os elementos constitutivos, caracterização, formas de apropriação e desconstrução da memória. Também será estabelecida uma distinção entre memória e história, bem como a diferença entre negacionismo e revisionismo histórico.

Na seção 4, será apresentado o contexto histórico do Golpe Civil-Militar de 1964, a versão do fato de acordo com a historiografia oficial e a análise relacionada às controvérsias de golpismo ou de revolucionismo defendidas pelos movimentos negacionistas. Também serão examinadas as principais produções bibliográficas de cunho negacionista e revisionista sobre o referido evento e suas repercussões na sociedade. Por fim, será discutido a relação entre a memória coletiva e histórica da

sociedade sobre o fato na atualidade diante das investidas de processos de desinformação.

Na seção 5, será apresentada a trajetória metodológica da pesquisa, as justificativas da escolha da análise de conteúdo, a caracterização e a descrição de cada fase da coleta de dados.

Na seção 6, os resultados obtidos na pesquisa de coleta de dados serão interpretados e discutidos, relacionando-os com a revisão bibliográfica, com o intuito de fornecer respostas ao problema proposto para investigação.

E, finalmente, na seção 7, será realizada uma “reflexão pessoal” da trajetória de execução do trabalho, dos objetivos e dos resultados obtidos para o problema da pesquisa. Também serão destacadas as contribuições da tese para o campo da Ciência da Informação e sugestões para futuros estudos.

2 DESINFORMAÇÃO: O ANTIGO E NOVO PROBLEMA DA SOCIEDADE

A internet e as novas TIC's possibilitaram uma forma de comunicação mais democrática ao permitirem não apenas que as grandes instituições disseminassem informações, mas também a qualquer indivíduo que estivesse conectado à grande rede. Além da internet, Santaella (2018, p. 28) ressalta que

as redes sociais instauraram uma lógica inédita imensamente facilitadora para a publicação e o compartilhamento. Tal lógica atingiu seu pico a partir das mídias móveis que permitem a publicação e interação de qualquer ponto do espaço, no momento em que se desejar. Qualquer pessoa pode abrir um site, um blog ou um perfil em quaisquer plataformas que quiser.

Deste modo, nunca foi tão simples consumir, produzir e compartilhar informações. Ferrari (2018, p. 31) destaca que “a informação mediada por uma tela de dispositivo móvel não é mais um privilégio de poucos, ela está presente na vida de grande parte da população global”. Além de permitir que as mesmas tenham um alcance mundial de forma instantânea, o acesso à tecnologia digital (através de *notebooks*, *smartphones* e *tablets*) e o surgimento de plataformas para publicação e compartilhamento de conteúdo, como aplicativos de mensagens e redes sociais, fez com que grande parte das pessoas no mundo inteiro se sentisse e atuasse como verdadeiros repórteres, analistas e comentaristas dos mais variados assuntos, limitados a uma audiência restrita aos seus grupos de amigos ou, até mesmo, alcançando uma dimensão de visualização muito mais ampla.

Um outro ponto importante a respeito desta atual realidade informacional, é que “tem-se a impressão que o protagonismo não vem mais da notícia do jornal, da revista semanal, mas do internauta que é o produtor da informação. Essa é falsa ou verdadeira? A minha verdade é a única que conta?” (Dodebei, 2021, p. 11). A consequência desta realidade se traduz na gradual perda de audiência e, até mesmo, de credibilidade da imprensa tradicional para as mídias alternativas e as redes sociais, que estão cada vez mais sendo acessadas e valorizadas.

Se, por um lado, todos estes recursos e tecnologias democratizam a produção e a disseminação de informações, dando voz a diferentes indivíduos e facilitando a troca de conhecimentos, por outro lado, surgiram novos problemas sociais: indivíduos ou grupos, com diferentes intenções e graus de conhecimento,

dividem o mesmo ambiente virtual, promovendo a divulgação irresponsável de conteúdos falsos e que podem ser prejudiciais às instituições sociais.

De acordo com Ferrari (2018, p. 10),

a associação da facilidade de se gerar e disseminar informações nas plataformas digitais com o uso de filtros informacionais dissociados de pensamento crítico agravou dois fenômenos alienadores que tem comprometido o cenário comunicacional recentemente – *fake news* e pós-verdade.

Neste atual panorama informacional, percebe-se uma grande quantidade de informações falsas, manipuladas e de caráter duvidosas circulando livremente em plena era da informação, adequando-se às novas tecnologias presentes na sociedade. Vale ressaltar que este quadro de desinformação não é algo novo no mundo e começou muito antes das redes sociais. Para uma melhor compreensão, é importante lançar um breve olhar sobre este fenômeno ao longo da história.

2.1 A DESINFORMAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

A mentira é uma realidade presente na sociedade há milhares de anos, sendo utilizada para “derrubar reis, enganar generais, envenenar relacionamentos, vender produtos ou ideias e difamar toda sorte de gente” (Leal, 2021, p. 148). Não ser fiel a verdade dos fatos é algo que governantes e políticos praticam há muitos séculos. Segundo Pinsky e Pinsky (2021, p. 10), “desde o tempo do faraó Ramsés II, dirigentes tentam distorcer episódios históricos (Ramsés mandava raspar o nome de outros faraós de monumentos e colocava o seu, para ficar com o crédito de obras e conquistas militares)”.

Na Roma Antiga, os governantes tinham consciência da importância da informação e de como era fundamental adaptá-la às suas necessidades políticas, independentemente da verdadeira realidade. Posetti e Mathews (2018) narram que o imperador romano Otaviano procurou manchar a honra de Marco Antônio, membro da República Romana, com informações falsas sobre sua relação com Cleópatra. No século VI, o historiador bizantino Procópio de Cesareia escreveu o livro *Anékdota* (História secreta), repleto de informações duvidosas para manchar a reputação do imperador Justiniano (Leal, 2021). Percebe-se, nestes dois casos, a utilização de notícias falsas com a clara intenção de prejudicar alguém.

No capítulo XVIII da obra *O Príncipe*, intitulado “Da maneira pela qual os príncipes devem honrar a sua palavra”, Maquiavel (2007, p. 151) assegura a importância em distorcer a verdade em benefício da boa governabilidade:

Todos sabem quão louvável é o príncipe que cumpre com a palavra dada e que vive com integridade e não com astúcia; contudo, a experiência de nossos tempos demonstra que são precisamente os príncipes que muito realizaram os que menos mantiveram a palavra dada, e que souberam por meio da astúcia transtornar a mente dos homens. E, afinal, conseguiram superar aqueles que se fundamentaram na lealdade.

A prática da mentira e/ou da distorção da verdade sempre esteve presente no campo político no decorrer da história. Tiburi (2019, p. 73) ressalta que “a política é um ambiente que primeiro rompe com a noção da verdade [...] Onde há jogos de poder, a verdade sempre é deixada de lado ou manipulada”. Esta prática teve um incremento substancial com o desenvolvimento da prensa por Gutenberg no século XV. Além de permitir a impressão em massa de livros, com o objetivo de levar o esclarecimento, o acesso e a divulgação do conhecimento até então produzido a toda a população, o invento permitiu também que inúmeros panfletos espalhassem todo tipo de informações, tanto as verdadeiras quanto as inverídicas (Posetti; Mathews, 2018).

Vale também destacar o papel dos *canards* no aumento das notícias falsas na Europa a partir do século XVII. Os *canards* eram jornais impressos bem populares, repleto de boatos e notícias sensacionalistas. Eram baratos, curtos, objetivos e ricamente ilustrados com gravuras chamativas para atrair a atenção do público mais crédulo (Darnton, 2017). O estilo do conteúdo desses jornais assemelha-se bastante às *fake news* que circulam atualmente nas redes sociais. Entretanto, as notícias falsas não eram veiculadas apenas pelos *canards*. Certamente, as pessoas se informavam sobre os acontecimentos através dos jornais, mas não exclusivamente por eles. Segundo Leal (2021, p. 155), “em muitas comunidades, a tradição oral, os panfletos, discursos e livros continuavam sendo uma importante fonte de informação. E, em todos esses espaços, notícias falsas poderiam ser encontradas”.

No século XX, os regimes totalitários conseguiram se estruturar em cima de notícias falsas. As ditaduras nazista, fascista e soviética, além de produzir grandes mentiras, foram capazes de construir outra realidade, onde o verdadeiro e o falso eram apenas detalhes. Neste período, o antissemitismo foi um terreno fértil para se plantar mentiras. O próprio ministro da propaganda da Alemanha Nazista, Joseph

Goebbels (1897-1945), criou campanhas e publicou notícias falsas nos jornais que condenavam judeus por crimes que nunca aconteceram, conseguindo persuadir parcela significativa da população alemã de que o antissemitismo fazia sentido. A visão de Goebbels pode ser sintetizada na famosa frase, atribuída a ele mesmo: “uma mentira dita uma única vez, permanece como mentira; mas uma mentira repetida milhares de vezes, torna-se verdade” (Volkoff, 2004). A influência desse pensamento perdura até nos dias atuais, sendo a base de muitas técnicas de persuasão.

No Brasil, a disseminação de notícias falsas foi uma prática bastante comum em todos os períodos históricos. Gilberto Freyre (2006) relata a escassez de víveres na época colonial. Os produtos da agricultura eram colhidos, mas ainda era raro encontrar carne fresca, leite e ovos. Esse contexto foi um terreno fértil para um famoso boato que atravessou séculos, que afirmava que a ingestão de leite e manga, misturados, seria prejudicial à saúde, podendo, até mesmo, levar à morte. Na realidade, “o leite era, então, um alimento bastante raro, e caro, exclusivo dos patrões, os senhores de engenho. Como eles não queriam que essa preciosidade fosse consumida por escravos, inventaram e espalharam a lenda, que sobreviveu até hoje” (Ramalho, 2018).

No período imperial, o golpe militar que resultou na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi precedido de uma série de boatos que anteciparam a queda da monarquia brasileira:

Enquanto Glicério e Aristides se encontravam com Benjamin, um boato começou a tomar conta do centro do Rio de Janeiro. Dizia-se que o governo tinha ordenado a prisão de Deodoro e determinado a transferência de várias unidades militares para outras regiões do país, em uma tentativa de conter os focos de rebelião nos quartéis. Falava-se também que o visconde de Ouro Preto planejava dissolver o Exército e substituí-lo pela Guarda Nacional, supostamente mais fiel à Monarquia. Os rumores eram plantados de forma proposital na rua do Ouvidor — definida pelo historiador Anfriso Fialho como “coração e ouvidos do Rio de Janeiro” (Gomes, 2013, p. 42).

No final do século XIX e início do século XX, as notícias falsas foram cruciais para a eclosão de dois famosos conflitos ocorridos em locais distintos do território brasileiro: a Guerra de Canudos e a Revolta da Vacina.

A luta em Canudos aconteceu de novembro de 1896 a outubro de 1897, no sertão da Bahia, numa fazenda improdutiva ocupada pelo beato Antônio Conselheiro e seus mais de 20 mil seguidores. Foi uma guerra que marcou o período entre a

queda da monarquia e a instalação do regime republicano no Brasil. Além disso, teve um caráter messiânico, devido às pregações do beato, que envolvia principalmente a luta contra a fome, a miséria e a seca. O Governo Central e os poderosos da região propagaram mentiras e distorceram a realidade para evitar que o povo fosse se aliar ao Conselheiro. Posteriormente, essas notícias falsas serviram de justificativa para destruir Canudos (Moniz, 2001).

A Revolta da Vacina, que ocorreu entre 10 e 16 de novembro de 1904 no Rio de Janeiro, capital federal na época, resultou em 945 prisões, 110 feridos e 30 mortos. O estopim do conflito foi a promulgação da lei que tornou obrigatória a vacinação contra a varíola, desencadeando um enorme descontentamento popular. Além dos inúmeros problemas sociais enfrentados pela população mais pobre e da truculência da vacinação, os opositores veicularam uma série de informações falsas sobre a vacina. Afirmavam que ela causava diversos males à saúde, dentre eles, gangrena, epilepsia, meningite, tuberculose e sífilis. Essas falsas histórias trouxeram à circulação uma absurda teoria segundo a qual quem tomasse a vacina poderia assumir características de um bovino – crescimento de um chifre, casco ou pelagem do animal. A história se devia a que, nos primórdios da criação da vacina, havia um processo de inoculação da benigna varíola bovina (Sevcenko, 2018). A propagação de informação que se assemelha a uma teoria falsa e absurda como esta foi também utilizada em 2020, quando o então presidente Jair Bolsonaro questionou os possíveis efeitos colaterais das vacinas contra o coronavírus, afirmando que não havia garantia de que elas pudessem transformar quem as tomasse em um “jacaré” (Notícias Uol, 2020).

Já no período republicano, durante a Era Vargas (1930-1945),

em setembro de 1937, o governo brasileiro divulgou um documento que revelava um suposto plano comunista para a tomada do poder no país. Ele ficou conhecido como ‘Plano Cohen’ [...]. Setores anticomunistas e diversos veículos de comunicação noticiaram o plano como verdadeiro (Leal, 2021, p. 158).

Alguns anos mais tarde, soube-se que esse suposto plano comunista não passava de um mero embuste criado para manter o então presidente Getúlio Vargas no poder. Essa forma de desinformação, baseada no medo de uma possível tomada de poder pelos comunistas, seria utilizada também mais adiante, em 1964.

Ao longo da história, as notícias falsas não foram produtos exclusivos dos detentores do poder e da mídia. Alguns grupos da área científica, por exemplo, de

forma bastante antiética, valendo-se da sua autoridade, disseminaram informações mentirosas, colocando em risco a saúde de milhões de consumidores em todo o mundo. Entre as décadas de 1920 e 1950,

Grandes marcas de cigarro contrataram médicos para fazerem comerciais favoráveis a elas. Esses médicos, a despeito de pesquisas já indicarem o contrário, não só diziam que os cigarros não faziam mal à saúde e eram saborosos, como, em muitos casos, com a ajuda de pesquisas falsas, receitavam-nos às pessoas, dizendo que o hábito de fumar, bem como a nicotina, tinha o poder de curar ansiedades, nervosismos, histerias, inflamações na garganta e problemas digestivos (Leal, 2021, p. 159).

Um fato recente que causou grande repercussão no Brasil, principalmente por ter sido motivado por informações desconstruídas propagadas pela internet, foi a morte de Fabiane Maria de Jesus, em 03 de maio de 2014, moradora do Guarujá (SP), que foi linchada ao ser confundida com uma suposta sequestradora de crianças, cujo retrato falado passou a circular nas mídias sociais (Carpanezi, 2018). Trata-se de um caso que demonstra que um *post* enganoso, publicado e disseminado de forma irresponsável nas redes sociais, pode provocar terríveis tragédias.

Os exemplos citados nesta subseção representam um breve panorama de alguns episódios que evidenciam definitivamente que a desinformação não é um fenômeno recente, restrito a contemporaneidade e muito menos ao meio digital. No entanto, é inegável que o desenvolvimento das TICs, especialmente com o advento das redes e mídias sociais, impulsionou o processo de desinformação e a propagação de inverdades a patamares jamais vistos. Vale salientar que o termo desinformação surgiu relacionado a estratégias militares de contrainformação e espionagem, que extrapolou para os meios de comunicação e para os setores privados e estatais, podendo estar presente em livros de história ou em discursos políticos, em histórias em quadrinhos ou em jornais de ampla circulação (Brisola; Bezerra, 2018).

A partir deste ponto, começam a surgir indagações sobre a questão da desinformação: como pode ser definida e caracterizada? Há tipos de desinformação? Como é o processo de atuação na sociedade? Na próxima subseção, este fenômeno será analisado de acordo com a visão de vários autores que já publicaram obras e pesquisas de referência sobre o tema.

2.2 CONCEITUANDO DESINFORMAÇÃO

Desinformação é uma temática bastante frequente na literatura da Ciência da Informação como também de alguns outros campos do conhecimento. Em um primeiro momento, através de uma observação intuitiva do significado do termo, pode se deduzir que esta temática dispensa grandes explicações. No Minidicionário Aurélio (2019, p. 241), por exemplo, desinformação é definida como “ato ou efeito de desinformar; falta de informação, de conhecimento; informação propositadamente falseada ou deformada”.

De acordo com um comunicado da Comissão Europeia,

a desinformação é entendida como informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente o público, e que é suscetível de causar um prejuízo público (Comissão Europeia, 2018).

A supracitada definição é bastante utilizada em debates internacionais e estabelece critérios significativos que abrangem diversos aspectos, como o econômico, o social e o político. Entretanto, existem várias outras análises e interpretações para a desinformação, como também uma ausência de consenso sobre este fenômeno. A seguir, será apresentada uma revisão de literatura sobre as principais pesquisas sobre a temática.

2.2.1 Revisão de literatura

Mesmo não sendo um fenômeno contemporâneo, o interesse pelo estudo sistematizado da desinformação despontou no final do século XX, por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Dois trabalhos bem estruturados chamam a atenção e servem de referência para esta pesquisa: Serva (2001) e Volkoff (2004).

Há mais de duas décadas, Leão Serva (2001) apresentou dois tipos de desinformação: a informada e a funcional. A desinformação informada é quando uma determinada informação se submete ao paradigma de outra, ficando ofuscada, retirando assim o sentido necessário ao entendimento do fato e, conseqüentemente, provocando uma compreensão equivocada da informação inicial. Geralmente, isto acontece quando não é dado um destaque necessário a uma importante informação ou notícia, ao mesmo tempo que é dado uma maior repercussão a fatos ou aspectos

mais atraentes ou interessantes para quem está produzindo ou repassando a informação. Isto geralmente ocorre na circulação de informações tendenciosas. É dada uma grande ênfase a determinados aspectos dos fatos em detrimento de outros também relevantes, sem explicar o contexto dos mesmos, gerando um entendimento restrito e superficial nos receptores da mensagem. Ainda segundo o autor, “embora tendo tido acesso às informações, o consumidor não consegue compreender claramente o fato” (Serva, 2001, p. 68).

Já a desinformação funcional,

corresponde a um fenômeno definido pelo fato de que as pessoas consomem informações através de um ou mais meios de comunicação, mas não conseguem compor com tais informações uma compreensão do mundo ou dos fatos narrados nas notícias que consumiram (Serva, 2001, p. 71).

Esse tipo de desinformação é muito comum atualmente e está bastante relacionado ao excesso de informações disseminadas nas mídias e nas redes sociais. Ainda de acordo com Serva (2001, p. 76),

mais informações têm sido produzidas nos últimos 30 anos do que nos 5.000 anos anteriores. Uma edição de dia da semana do *New York Times* contém mais informações do que tudo aquilo que um homem médio do século XV ficou sabendo em toda a sua vida.

Na realidade, são produzidos uma grande e constante quantidade de informação que o próprio indivíduo parece não dar conta de interpretar e refletir sobre a carga informacional que recebe diariamente. É o que se chama, na atualidade, de “infodemia”, um termo que se refere ao quadro caracterizado pelo excesso e velocidade de informações, no qual as falsas estão mais presentes na vida das pessoas do que as verdadeiras (Araújo, 2021). Esta saturação informacional pode “tanto provocar o esquecimento, a perda da informação, como alterar a sua compreensão de tal forma que se caracterizará como deformação da informação” (Serva, 2001, p. 124).

Além disso, como na internet informações falsas se misturam a informações verdadeiras, acaba ficando difícil distinguir uma da outra. Sobre este aspecto, Levitin (2019, p. 16) pontua que “desinformação é algo promíscuo – pode acontecer com pessoas de todas as classes sociais e níveis de educação e aparecer em lugares inesperados”.

Basicamente, os dois tipos de desinformação estabelecidos por Serva (2001) apresentam uma espécie de caráter espontâneo e acidental, ao responsabilizar

principalmente a limitação cognitiva do usuário e sua falta de competência informacional em apreender o contexto e interpretar racionalmente os fatos, provocando assim distorções na compreensão da informação. Todavia, na maioria dos casos, a desinformação é causada de forma extremamente intencional.

Vladimir Volkoff (2004) analisou as grandes operações de desinformação ao longo da História, desde o mitológico Cavalo de Tróia até o surgimento da internet. O autor destaca que “o termo surge primeiro em russo (*dezinformatsiya*), logo após a Segunda Guerra Mundial, e deve ser entendido como designando práticas exclusivamente capitalistas visando a sujeição das massas populares” (Volkoff, 2004, p. 11). Para o autor, a palavra já expressava um sentido de distorção ou falsidade, pois os soviéticos atribuíam aos seus adversários práticas que estes nem sabiam que cometiam.

O ponto de partida para a compreensão da desinformação estaria no contexto da própria informação. Volkoff (2004, p. 8) ressalta que “toda a informação implica a existência de três variáveis em que não se pode confiar absolutamente: o informador, o canal de comunicação e o informado”. E acrescenta que

a informação nunca tem 100% de verdade. Erros infiltram-se por todos os lados, mesmo quando nenhum elemento da cadeia de informação, do informador ao informado, tem más intenções; [...] qualquer pretensão à objetividade deve ser encarada com suspeita [...] é natural que cada testemunha tenha a sua própria impressão sobre o acontecimento a que assistiu (Volkoff, 2004, p. 9-10).

O autor ainda caracteriza três elementos para a composição da desinformação: uma manipulação da opinião pública, processos ocultos e fins políticos. De posse desses elementos, ele define o fenômeno como “uma manipulação da opinião pública para fins políticos através de informação trabalhada por processos ocultos” (Volkoff, 2004, p. 19). Além disso, a desinformação

pode tratar o tema de várias formas: não difundindo uma informação, ou difundindo uma informação incompleta, tendenciosa ou simplesmente falsa, ou saturando a atenção do público através de uma sobreinformação que faz perder o sentido do que é e não é importante, ou através de comentários orientados (Volkoff, 2004, p. 104).

Tanto em Volkoff (2004) quanto em Serva (2001), verifica-se a questão da sobrecarga ou da sobreposição de informações, confundindo o sentido de outras mais importantes para a devida compreensão de um determinado fato. Muitas

vezes, isto ocorre de modo proposital, podendo ser enquadrada como uma forma de manipulação da informação.

Na Ciência da Informação, os estudos sobre a temática ganharam mais amplitude nos últimos anos. Um dos primeiros trabalhos bem elaborados foi o de Pinheiro e Brito (2014). Os autores defenderam a necessidade de se aprofundar a discussão em torno do conceito de desinformação, como também das suas múltiplas interpretações a partir da literatura corrente, uma vez que havia pouco esforço naquele período no sentido de uma melhor compreensão dos chamados “fenômenos negativos da informação”, como seria o caso deste tema.

Os referidos autores (2014) identificaram três conjuntos de significados para desinformação: ausência de informação, informação manipulada e engano proposital.

O primeiro conjunto refere-se à associação do termo com o estado de ignorância ou de ausência de informação. O sujeito estaria carente de informação devido a sua própria falta de conhecimento sobre determinado tema ou acontecimento. Segundo Pinheiro e Brito (2014, p. 1), “desinformação significaria ausência de cultura ou de competência informacional, impossibilitando que o usuário localize por si mesmo a informação que necessita, não chegando, portanto, as suas próprias conclusões”.

Esta primeira visão sobre desinformação relaciona-se em certo grau com a visão de Serva (2001) no que se refere a competência necessária para acessar, avaliar e usar a informação de maneira eficiente, crítica e precisa.

No segundo conjunto de significado – informação manipulada – grupos detentores de informações (governos, empresas e a grande mídia) desinformariam amplamente de modo a se perpetuarem no poder, visando seus próprios interesses. Conforme Pinheiro e Brito (2014, p. 2),

sob esta óptica desinformação consistiria em um grande conjunto de informações disponibilizadas cotidianamente, mas que não supririam o indivíduo com conhecimento necessário para participar do processo político e tomar as decisões necessárias ao progresso de sua própria vida e de seus semelhantes. Mais do que acaso, estas desinformações seriam o fruto de um projeto de dominação política e ideológica, em que tanto as redes digitais, quanto veículos de comunicação tradicionais seriam empregados para difundir prioritariamente tudo àquilo que confunde e desarma.

Vale salientar que uma informação manipulada não é necessariamente falsa ou mentirosa. Entende-se que a manipulação informacional abrange várias maneiras de se apresentar uma informação ao público: uma distorção do conteúdo da mensagem; o modo mais ou menos intenso na divulgação de uma informação; a propagação de uma informação verdadeira, porém descontextualizada. Todas essas estratégias são tentativas de convencer ou alienar alguém, contemplando o atendimento dos desejos ideológicos de alguma parte. Em se tratando de desinformação, “é preciso levar o público não só a engolir, mas a acreditar” (Volkoff, 2004, p. 102).

Finalmente, o terceiro conjunto de significado refere-se a questão do engano proposital. Nesta perspectiva, a desinformação “é considerada uma ação proposital para desinformar alguém, de maneira a enganá-lo” (Pinheiro; Brito, 2014, p. 3). Desta forma, o objetivo do ato seria induzir ao erro, enganar alguém. Na maioria das vezes, o recurso utilizado para atingir este propósito seria informação falsa ou descontextualizada.

Outro aspecto levantado por Pinheiro e Brito (2014) e que vale a pena ser destacado se refere a comparação dos significados das duas traduções da palavra desinformação para a Língua Inglesa: *misinformation* e *disinformation*. A primeira significa uma informação errada ou enganosa, que não foi criada intencionalmente para causar prejuízo; a segunda diz respeito a uma informação falsa, criada deliberadamente para causar prejuízos.

A *misinformation* seria uma forma mais ingênua e não deliberada de espalhar a desinformação. Nos dias atuais, é muito fácil encontrar na internet informações com ou sem base científica sobre algum assunto. E as pessoas compartilham essas informações muitas vezes sem qualquer referência sobre a autoria ou qualquer controle sobre a fidedignidade do conteúdo. O ato de compartilhar uma notícia falsa nas redes sociais, de modo inocente, sem conferir a veracidade da informação e sem a intenção de manipular os contatos, é um exemplo deste significado.

Em contrapartida, a *disinformation* seria um processo planejado e mais complexo de manipulação da opinião pública, com a clara intenção de enganar ou persuadir, a partir da transmissão de notícias falsas e da distorção da realidade. Quando grupos poderosos contratam agências especializadas em campanhas de disseminação de notícias falsas para espalhar mentiras a favor dos seus próprios interesses, é um exemplo deste significado.

Para uma melhor distinção entre *misinformation* e *disinformation*, pode-se caracterizar os “disinformantes” como aqueles que produzem e propagam de forma intencional a desinformação, enquanto os “misinformantes” são aqueles que repassam e propagam a desinformação de forma pueril. Logicamente, na maioria das vezes, os “disinformantes” se utilizam da ingenuidade e ignorância dos “misinformantes”, que se tornam massa de manobra para os primeiros atingirem seus objetivos.

De qualquer modo, constata-se que na Língua Inglesa o sentido da palavra ‘desinformação’ é mais restrito e específico, enquanto na Língua Portuguesa é mais abrangente e vago, dificultando, em parte, uma melhor delimitação do fenômeno.

Outro trabalho significativo sobre desinformação foi realizado por Don Fallis (2015). O autor identifica três características para o fenômeno: a primeira é que desinformação é um tipo de informação; a segunda é que desinformação é um tipo de informação enganosa que criará, provavelmente, falsas crenças; e a terceira é que desinformação é uma informação enganosa não acidental.

Ao afirmar que desinformação é um tipo de informação, Fallis (2015) esclarece que isto vai depender da escolha da análise de informação adotada. Este aspecto é muito importante, pois informação possui vários conceitos e significados. A seleção de uma definição adequada, permitirá uma melhor compreensão do fenômeno.

O autor ressalta ainda que, pelo fato de ser uma informação enganosa, com capacidade de produzir ideias e crenças falsas, torna a desinformação perigosa e preocupante, pois “quando as pessoas são enganadas sobre tópicos importantes, como oportunidades de investimento, tratamentos médicos ou candidatos políticos, isso pode causar sérios danos emocionais, financeiros e até físicos” (Fallis, 2015, p. 402, tradução nossa).

Fallis (2015) conclui sua análise argumentando que há uma definição que abrange todas as características elencadas acima: desinformação é uma informação enganosa que foi criada com o propósito de enganar alguém.

O trabalho de Wardle e Derakhshan (2017) caracteriza os elementos que compõem a desinformação. Após analisar o cenário que eles denominam de “desordem da informação”, levando em consideração a variedade de atores envolvidos, as situações de produção, consumo e conteúdos possíveis, os referidos autores elaboraram um modelo constituído por três categorias: agente, mensagem e

intérprete. Para cada um desses três componentes, os autores apresentam variáveis que devem fazer parte dos estudos da desinformação.

Segundo Wardle e Derakhshan (2017), para o estudo do agente produtor de desinformação o foco deve estar nas vinculações, motivações e intencionalidades do mesmo. Ainda de acordo com os referidos autores, as principais motivações são de natureza financeira, política, social e psicológica. Para o estudo da mensagem, deve se levar em conta as características intrínsecas a ela, como sua duração, veracidade, legalidade e propósito. E, finalmente, para o estudo do intérprete ou receptor, deve se considerar a relação que o mesmo estabelece com a mensagem e a ação tomada em relação a ela.

Percebe-se nas análises de Volkoff (2004), Fallis (2015), Wardle e Derakhshan (2017) a existência de aspectos em comum para a compreensão da desinformação. A principal delas decorre do fato de que o fenômeno está embutido no próprio processo de informação. Em outras palavras, segundo esses autores, a desinformação é uma informação. Além disso, a chamada desordem informacional pode surgir quando algum elemento do processo (informador, canal de comunicação ou informado) interfere numa determinada informação, de forma proposital, para atender seus interesses ou motivações.

Sendo assim, sob a ótica dessas análises, a desinformação apresenta uma dimensão bastante ampla, tendo, ao mesmo tempo, algumas peculiaridades em comum e outras bem distintas. No próximo subtópico, será apresentado uma análise semântica e taxonômica do termo e sua relação e desdobramento com o próprio sentido de informação.

2.2.2 Análise semântica e taxonômica

Tendo em vista a amplitude da dimensão da desinformação e do seu significado, é necessário buscar uma melhor análise do termo pelo ponto de vista semântico. De um modo geral, o referido substantivo é uma junção do prefixo “des-” com a palavra “*informação*”. De acordo com Schneider e Bidarra (2009, p. 73), os prefixos “respondem por uma mudança semântica sensível no significado original da palavra com a qual se adjungiu”.

Os mesmos autores (2009, p. 74) elencam sete teores ou significados semânticos para o prefixo *des-*: “1. Negatividade; 2. Positividade; 3. Ação contrária;

4. Aumento, intensidade; 5. Separação; 6. Transformação; 7. Falta de harmonia”. No Quadro 1, a seguir, são relacionados os referidos teores e alguns exemplos de palavras:

Quadro 1 – Teores semânticos do prefixo *des-*

Teores semânticos	Exemplos de palavras
1. Negatividade	Desonesto, desconhecem, despersonalização
2. Positividade	Desobrigado, descensem
3. Ação contrária	Desembolsar, desmontada, desminta
4. Aumento, intensidade	Desgastados, desdobrado
5. Separação	Descolamento, desatrelada
6. Transformação	Desfigurado, degelo
7. Falta de harmonia	Desequilíbrio, desproporção, descontrole

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Schneider e Bidarra, 2009

De todos os sentidos apresentados, “o teor negativo é o mais dominante [...] a função é trazer para o plano da palavra derivada algo que deixa de estar presente no significado da palavra-base” (Schneider; Bidarra, 2009, p. 74). Este teor imprime uma característica negativa, de prejuízo e perda à palavra no qual o prefixo *des-* está ligado. Dentro desta perspectiva, desinformação representaria uma ausência de informação ou perdas significativas em seu fluxo, de forma intencional ou não, gerando lacunas na construção do conhecimento, uma vez que sem informação completa haverá limitações e dificuldades na construção da aprendizagem de um indivíduo.

Além deste sentido de negatividade, é preciso considerar também outros significados que o referido prefixo imprime à base da palavra. Esta observação facilita a análise sobre as diferentes nuances da dimensão da desinformação.

Conforme estabelecido por Schneider e Bidarra (2009, p. 78), a ação contrária é “uma ação transeunte, diferente, oposta ou imanente em relação ao sentido expresso pela base da palavra”. Sendo assim, desinformar seria uma prática contrária a de informar, remetendo a uma obstrução ao acesso à fontes e canais de informação, não permitindo a verificação e o questionamento da realidade apresentada. Consequentemente, diante de uma ausência de informação, seriam repassadas informações errôneas ou falsas, com o objetivo de atender uma

necessidade informacional de um determinado grupo, mas sempre de acordo com os interesses daqueles que detém o poder.

Um outro teor semântico para o prefixo que merece atenção é o de separação. Esta noção revela uma ideia de afastamento, tanto físico, quando há corpos (matéria) envolvidos, quanto abstrato, quando há uma divergência, discordância ou ruptura (Schneider; Bidarra, 2009). Neste caso, uma informação correta e verídica, mas afastada ou retirada de contexto e de historicidade, poderia causar confusão ou prejuízos a um grupo ou até mesmo a própria sociedade. Vale ressaltar que “a desinformação não é necessariamente falsa; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade” (Brisola; Bezerra, 2018, p. 3319).

Em relação ao significado semântico relacionado a ideia de separação, Volkoff (2004, p. 12) argumenta em sua análise que desinformação é uma palavra mal construída, pois

o prefixo *de, dé, des, dés* indica em francês afastamento, separação, privação e não fraude. “*Despimo-nos*”, “*desengordura-se*”, “*desorganiza-se*”, isto é, eliminam-se os fatos, a gordura, a organização. Ora, “desinformar” não significa “privar de informação”, mas sim “fornecer uma informação falsa”.

O sentido de transformação refere-se a “alteração na estrutura em relação à base da palavra” (Schneider; Bidarra, 2009, p. 81). Deste modo, desinformação corresponderia a uma informação modificada, distorcida ou manipulada, de maneira acidental ou intencional.

O último teor semântico apontado expressa o sentido de um estado de instabilidade e desequilíbrio. Considerando informação como a base do termo, exprimindo a ideia de algo estável, concreto e bem definido, acrescentando o prefixo *des-*, “imprime-se à palavra a ideia geral de falta de harmonia” (Schneider; Bidarra, 2009, p. 82). Neste caso, desinformação pode ser entendida como uma informação ambígua e imprecisa, disseminada por fontes desconhecidas, tendenciosas ou sem nenhuma credibilidade. A falta de harmonia seria também a consequência de todos os teores semânticos analisados, repercutindo na capacidade do indivíduo em selecionar, interpretar e refletir sobre uma excessiva quantidade de informações produzidas e propagadas diariamente.

Percebe-se que o caráter dominante de negatividade não é modificado de forma radical com a análise dos outros teores semânticos. Porém, o significado dos demais sentidos ampliam, desenvolvem e complementam a noção de

desinformação. O Quadro 2, a seguir, sintetiza a análise semântica do referido termo.

Quadro 2 – Síntese da análise semântica de desinformação

Desinformação	Ausência de informação
	Perdas no fluxo informacional, de forma espontânea ou proposital
	Obstrução ao acesso à informações
	Informações descontextualizadas
	Informações distorcidas ou manipuladas
	Informações ambíguas, duvidosas e tendenciosas
	Excesso de informações

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

No entanto, se desinformação é um tipo de informação (Volkoff, 2004; Fallis, 2015), é preciso analisar também a base da palavra para um melhor entendimento do fenômeno. Porém, tentar estabelecer um conceito para a informação não é tarefa fácil, pois o termo tem um caráter amplo, possuindo vários sentidos e significados, estando presente em praticamente todas as áreas. Além disso, todos os campos do conhecimento se alimentam de informação e são poucos aqueles que a tomam como objeto de estudo.

A etimologia da palavra informação apresenta duas origens: uma latina (*informare*), que significa modelar, dar forma; e uma grega (*morphe, eidos*), que significa ideia, forma, aquilo que se vê (Bueno, 2003). Ao longo da história, o termo sofreu modificações em sua acepção, chegando na atualidade com um sentido difuso, podendo ser usado como sinônimo de mensagem, notícia, comunicação, dado, instrução, que são adquiridos e repassados adiante, com o objetivo de reduzir a incerteza ou aprofundar o conhecimento sobre um determinado assunto.

Esta variedade e complexidade de conceitos e ocorrências da informação no contexto cotidiano e técnico-científico tem gerado uma série de significados que dificultam a elaboração de definições mais objetivas. No decorrer do processo de desenvolvimento da CI, a informação foi recebendo abordagens diferentes e se ampliando no decorrer do tempo, adquirindo particularidades específicas de acordo com o enfoque utilizado.

Para entender esse processo de desenvolvimento, é necessário recorrer a noção de paradigma: “[...] realizações científicas universalmente reconhecidas que,

durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 2007, p. 13). Todavia, para Almeida *et al.* (2007, p. 77-78), a noção de paradigmas na CI

não seriam a mesma coisa designada por Kuhn, o melhor é compreendê-los como orientações gerais ou dominantes que durante um certo tempo marcaram as pesquisas, a prática e o discurso da Ciência da Informação, cujas raízes ainda influenciam os estudos realizados recentemente.

Para Capurro (2003), tanto a CI quanto o conceito de informação foram explorados através de uma sucessão de três momentos paradigmáticos, que servem de fundamento para diferentes análises do fenômeno informacional. Tais paradigmas ou perspectivas seriam o físico, o cognitivo e o social.

A perspectiva física baseia-se na existência de um objeto físico (informação) que é transferido de um emissor para um receptor, por meio de um canal. Na perspectiva cognitiva, o usuário é um sujeito conhecedor que usa seus modelos mentais no processo de recepção da informação, que pode ser modificada no processo para emergir em outro estágio de conhecimento. Por sua vez, a perspectiva social demonstra que os campos cognitivos sensitivos, de recepção e de interpretação, do sujeito estão diretamente relacionados aos contatos com as comunidades e os grupos sociais que formam a sociedade (Capurro, 2003). Vale salientar que essas perspectivas não estabelecem uma ideia de ruptura teórico-epistemológica total, mas de complementação.

Em contrapartida, Silva e Ribeiro (2002) percebem a existência de apenas dois momentos paradigmáticos. O primeiro deles, o custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista apresenta como principais características: a sobrevalorização da custódia/guarda, conservação e restauro do suporte como função de arquivistas e bibliotecários; a identificação do serviço de guarda na preservação da cultura ‘erudita’ e ‘intelectualizada’; a ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação (Silva; Ribeiro, 2002).

O segundo momento, o paradigma pós-custodial, informacional e científico, é caracterizado pela: valorização da informação (fenômeno/processo humano e social), residindo nela e não no suporte (material externo ao sujeito) a sua própria historicidade (orgânico-contextual) e a sua riqueza patrimonial/cultural; a afirmação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao “imobilismo” documental; a necessidade de conhecer (indagar, compreender e explicitar) a informação social

através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes (Silva; Ribeiro, 2002).

Miranda (2012, p.97) enfatiza que “a CI do paradigma pós-custodial não só armazena, preserva e organiza, mas, principalmente, se preocupa com a episteme, teoria e métodos próprios; com os produtos e serviços de informação, origem e comportamento, melhoria e uso”. Além disso, este momento “concretiza a importância da relação social e dos contextos, nos quais atuam a vertente inter e transdisciplinar. Com o objeto informação há uma ênfase na interação social e no contexto” (Miranda, 2012, p.106).

Deste modo, as várias vertentes que influenciaram o desenvolvimento da Ciência da Informação, delimitaram abordagens epistemológicas distintas, embora inter-relacionadas e complementares. Além disso, em cada contexto paradigmático da CI, a forma de se tratar e entender a informação é modificada e/ou ampliada.

A perspectiva adotada nesta pesquisa é a abordagem pós-custodial categorizada por Silva e Ribeiro (2011). Esta perspectiva estabelece uma nova visão sobre os estudos da informação, aproximando a CI com a informação que circula no dia a dia da sociedade. Segundo os referidos autores (2011, p. 13-14), o paradigma pós-custodial possui caráter “informacional e científico – fomentado e intensificado pelo desenrolar acelerado da Era da Informação (datável, genericamente, a partir de 1945) em que estamos e, em particular, pela conjuntura internacional da Rede”. A preocupação da pós-custódia não está mais na posse e guarda de documentos, mas, sim, no acesso e disseminação da informação contida nos documentos. Deste modo, a informação é vista como algo dinâmico, em movimento, que permite a geração do conhecimento individual e coletivo, não a separando do indivíduo e da sociedade.

Sob o viés pós-custodial, Silva e Ribeiro (2002, p.37) definem informação como

conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.

A partir dessa definição, entende-se que

a informação, enquanto objeto da Ciência da Informação (que estuda a ação mediadora entre a informação e o conhecimento), é percebida como potencialmente capaz de extrapolar a condição de registro em

um suporte qualquer, para atuar socialmente em um determinado contexto, a partir da percepção do outro (Carvalho, 2013, p.34).

Portanto, tendo como referência os cinco principais significados semânticos para o prefixo *des-* (Schneider; Bidarra, 2009) e o entendimento sobre a dimensão e a perspectiva da informação, de acordo com Silva e Ribeiro (2002), o termo desinformação apresenta as seguintes características, analisadas no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Características da desinformação

Teor semântico do prefixo <i>des-</i>	Caráter da informação	Tendência informacional
Negatividade	Ausência de informação	Custodial
	Perda no fluxo informacional, de forma espontânea ou proposital	
Ação contrária	Obstrução ao acesso à informação	Custodial
Separação	Informação equivocada, distante da realidade, descontextualizada, retirada de sua historicidade	Pós-custodial
Transformação	Informação distorcida ou manipulada.	Pós-custodial
Falta de harmonia	Informação ambígua, duvidosa ou tendenciosa	Pós-custodial
	Excesso de informação	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Portanto, os teores analisados do prefixo *des-* juntamente com a base da palavra, “consegue gerar determinados significados de uma forma bastante produtiva, já que, muitas vezes, são pequenas as fronteiras de delimitação entre uma categoria semântica e outra” (Schneider; Bidarra, 2009, p. 82). Sob esta perspectiva, a constituição da desinformação “envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde” (Brisola; Bezerra, 2018, p. 3319).

Vale também destacar as tendências informacionais para cada teor semântico. Assim como a informação, o fenômeno da desinformação pode ser associado a características custodiais e pós-custodiais. Por exemplo, os teores de “negatividade” e “ação contrária” possuem tendências predominantemente custodiais pois, de um modo geral, há uma obstrução no acesso à informação. Essa obstrução ou restrição, que também pode ser provocada por um fluxo informacional deficiente ou fragmentado, acaba gerando uma ausência ou escassez informacional.

Neste cenário, podem circular informações falsas, produzidas de forma espontânea por grupos sociais ou de forma proposital por grupos que estão ou que almejam o poder, com o objetivo de suprir suas próprias necessidades informacionais ou manter sob alienação grupos que pretendam dominar, respectivamente.

Por outro lado, os teores “separação”, “transformação” e “falta de harmonia” possuem tendências predominantemente pós-custodiais. O aspecto principal desta tendência é o acesso e a democratização da informação, que circula de forma dinâmica e interativa na sociedade. Conseqüentemente, neste atual contexto caracterizado pelo livre acesso, facilidade e elevado fluxo informacional, muitas informações são produzidas e propagadas de forma equivocada, descontextualizada, distorcida e ambígua, além do surgimento de várias fontes desconhecidas ou sem nenhuma credibilidade. Em outras palavras, quanto maior o acesso, o compartilhamento, a quantidade de informações em circulação e a variedade de TICs, maior a possibilidade de haver desinformação.

Diante das perspectivas dos autores analisados e dos significados semânticos como referência, desinformação apresenta-se como um processo de falsificação da realidade, através da emissão de informações ambíguas, descontextualizadas, falsas, manipuladas, tendenciosas ou simplesmente pela ausência, escassez ou até mesmo excesso de informação. Esse processo ou modo de operação pode ocorrer de forma acidental (*misinformation*) ou intencional (*disinformation*), sendo esta última com o objetivo de induzir a opinião pública a pensar de determinada maneira ou confundir a compreensão sobre determinados conhecimentos.

A desinformação pode se manifestar de várias formas numa sociedade, assumindo denominações e feições diferenciadas, como a pós-verdade e, a mais conhecida de todas, as *fake news*. Dentro deste contexto, vale destacar também a atuação do negacionismo científico, que abrange a ciência de um modo geral, e do negacionismo histórico, voltado exclusivamente para o campo da História. Nas próximas subseções, serão abordadas as referidas manifestações desse fenômeno nos dias atuais, contextualizando aos objetivos desta pesquisa.

2.3 TIPOS DE DESINFORMAÇÃO

Atualmente, o modo de operação da desinformação se manifesta de várias formas na sociedade, adotando novas designações e táticas sofisticadas. Para os

objetivos desta pesquisa, a abordagem envolverá as *fake news*, o negacionismo científico e a pós-verdade. As outras manifestações da desinformação podem ser consideradas derivações ou nuances dessas três que serão analisadas.

2.3.1 *Fake news*

Tendo como tradução literal notícias falsas, as *fake news* representam um fenômeno do universo digital. Conforme abordado anteriormente, muitas mentiras foram divulgadas como verdades nos mais variados meios e em todas as épocas históricas. Entretanto, esse tipo de publicação foi revigorado com o advento da internet e das redes sociais, “pois houve um barateamento na produção e disseminação de conteúdos, saindo o polo emissor das mãos apenas dos jornalistas e ganhando escala entre os cidadãos comuns” (Ferrari, 2018, p. 16).

O termo ficou famoso mundialmente durante as eleições presidenciais nos Estados Unidos em 2016, quando o então candidato Donald Trump utilizou na mídia a referida expressão visando desqualificar informações que favorecessem seus adversários. Neste mesmo ano, no Reino Unido, o referendo que levou o país a sair da União Europeia (*Brexit*) e a ingressar numa grave instabilidade política e econômica para a Europa foi, em grande parte, arquitetado por mentiras de xenófobos e ativistas de direita. A disseminação de notícias falsas também impactou o Brasil, durante as eleições presidenciais em 2018, quando a extrema direita conseguiu, graças ao poder viral das redes sociais, depreciar as candidaturas do centro e, principalmente, da esquerda (Galhardi *et al.* 2020).

Segundo Allcott e Gentzkow (2017, p. 213), *fake news* são notícias intencional e verificadamente falsas para enganar os leitores. Geralmente, são matérias produzidas, com características jornalísticas e manchetes sensacionalistas, de modo a incitar a curiosidade dos indivíduos e fazer com que os mesmos tomem determinadas atitudes ou criem determinadas convicções.

Elas podem ter origem em um site que copia, na aparência, as características de um site jornalístico; podem ter como nome ou endereço web o mesmo nome de uma instituição já existente, com uma letra trocada; podem ser assinadas por pessoas que se apresentam como jornalistas sem serem, ou por pessoas com o nome quase idêntico ao de jornalistas ou colunistas reconhecidos e respeitados (Araújo, 2021, p. 4)

As *fake news* buscam se beneficiar da legitimidade e do prestígio que os veículos jornalísticos possuem. A notícia falsa vai fingir que é verdadeira, sendo disseminada por sites e blogs que aparentam ter credibilidade. Além disso, podem se tornar um negócio bem interessante e lucrativo para o mercado. Allcott e Gentzkow (2017) afirmam que matérias jornalísticas viralizadas podem gerar receita de publicidade para o site de origem, através da venda dos serviços de produção e propagação das *fake news*.

Algumas vezes, para convencer o público e obter êxito no processo, os produtores de *fake news* se utilizam de alguns dados plausíveis e reais, porém descontextualizados, tornando a notícia falsa.

Primeiramente, devemos reconhecer que as notícias falsas são, na verdade, uma variedade de desinformações que pode variar entre a correta utilização de dados manipulados, a utilização errada de dados verdadeiros, a incorreta utilização de dados falsos e outras combinações possíveis (Ferrari, 2018, p. 26).

No atual cenário desinformacional, é bastante comum utilizar os termos *fake news*, desinformação e até mesmo boatos como sinônimos. É preciso ressaltar que esses fenômenos possuem conceitos e características diferentes. Além disso, essa distinção se faz necessária para nortear uma melhor compreensão do universo da desinformação.

Na realidade, as *fake news* representam uma variação do vasto fenômeno da desinformação, sendo esta última mais completa e com diversas facetas e artifícios (Brisola; Bezerra, 2018). As notícias falsas promovem a desinformação através da criação e propagação intencional de informações mentirosas (*disinformation*) para determinado público (Allcott; Gentzkow, 2017).

É preciso também diferenciar boatos de *fake news*. O boato também é um produto do processo de desinformação, caracterizado pela circulação de informações ambíguas produzidas de forma espontânea devido a uma ausência informacional. A propagação de boatos ocorre na interação social desde os primórdios da humanidade, não necessitando de ferramentas tecnológicas e nem de ambientes digitais para o seu aparecimento e disseminação. Sendo assim, diferentemente das *fake news*, o boato é construído no meio social, na interação de grupos e comunidades, sempre com a intenção de explicar situações e ocorrências caracterizadas pela falta de informações oficiais (Guimarães Junior; Miranda, 2018).

Segundo Kapferer (1993), o boato surge quando o público quer entender algum acontecimento ou situação, mas não dispõe de respostas oficiais e satisfatórias. Além disso, o mesmo autor define boato como uma informação não-oficial que começa a ser disseminada fora dos canais habituais de comunicação, geralmente de forma oral, afirmando que se trata de um “mercado negro (clandestino) da informação” (Kapferer, 1993, p. 11).

Ramon-Cortés (2008) aponta o medo com um dos principais fatores que levam as pessoas a espalhar boatos. Este medo é resultante de mudanças mal explicadas e a cenários caracterizados pela incerteza. O referido autor salienta ainda que na construção de boatos “altera-se a história, tornando-a mais aguda, mais interessante e mais incisiva. Tudo isso à base de pequenas manipulações da informação, que lhe dão força” (Ramon-Cortés, 2008, p. 62). É como afirma um famoso ditado popular: “quem conta um conto, sempre aumenta um ponto!”.

Por outro lado, Sunstein (2010, p. 12), alega que “as pessoas não processam as informações com neutralidade”. Sendo assim, acreditar ou não num determinado boato “depende, em parte, de como aquele boato se encaixa no que você já sabe. Se um boato não puder encaixar-se em seu estoque existente de conhecimentos, parecerá ridículo e não terá força” (Sunstein, 2010, p. 26).

Além de todas essas análises referentes aos boatos, há um aspecto bastante peculiar que pode distinguir decisivamente este fenômeno das *fake news*: alguns boatos podem ser verdadeiros. Há dois famosos ditos populares que incentivam esta investigação: “Onde há fumaça, há fogo” e “todo boato tem um fundo de verdade”. Portanto, “sob o ângulo da sabedoria popular, o boato não é necessariamente falso ou ruim. Ele pode ser uma fonte de informação válida a respeito de algum assunto ou acontecimento” (Guimarães Junior, 2018, p. 15).

Já as *fake news*, surgem repentinamente nas redes sociais, de forma intencional, sensacionalista e, na maioria das vezes, com um caráter maldoso, tentando manipular a opinião pública ou denegrir a imagem ou a reputação de alguém. Essa realidade é corroborada por Tiburi (2019, p. 155) quando afirma que as *fake news* “fazem parte de um projeto maior de desinformação e de destruição da noção de realidade”.

O que mais impressiona nas *fake news* é a sua imensa velocidade de propagação ou viralização. Com um simples clique, podem dar volta ao mundo, atravessar fronteiras e limites, podendo chegar onde a informação distribuída pelos

canais oficiais não chega. De uma forma geral, elas apresentam duas características essenciais para viralizar na internet: o viés de confirmação e/ou o recebimento por pessoas conhecidas. O viés de confirmação ocorre quando a notícia falsa confirma uma opinião pré-existente e o indivíduo se sente tão satisfeito em estar certo que compartilha sem verificar a origem da informação. Em relação ao recebimento por pessoas conhecidas, as notícias são compartilhadas sem prévia verificação, pois foram enviadas por familiares e amigos, ou seja, pessoas de confiança na visão do indivíduo (Ferrari, 2018.)

O Quadro 4, a seguir, sintetiza as diferenças entre esses dois processos de desinformação:

Quadro 4 – Análise comparativa entre boatos e *fake news*

Processo de desinformação		
Aspectos gerais	Tipos	
	Boatos	<i>Fake news</i>
Origem	Grupos sociais, comunidades	Grupos especializados travestidos de jornalismo
Motivação	Ausência de informação	Manipulação do público
	Situações ambíguas ou desconhecidas	Geração ou desconstrução de crenças e convicções
	Medos e incertezas	Manutenção da união e mobilização de um grupo
Momentos de conflito ou de tensão social		
Transmissão	Oralidade	Viralização nos meios digitais: viés de confirmação e/ou recebimento por pessoas conhecidas
	Canais informais	
Configuração	Informação não-oficial, fofoca, rumor, fuxico	Matérias jornalísticas com teor sensacionalista

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

A análise comparativa acima demonstra que boatos e *fake news*, mesmo sendo processos de desinformação, são fenômenos completamente distintos, tanto na origem, quanto nas motivações, formas de transmissão e configuração.

2.3.2 Negacionismo científico

O cenário de desinformação vivenciado pela sociedade tem proporcionado um crescimento na disseminação de informações falsas ou distorcidas sobre o conhecimento científico. Essas manifestações estão presentes e bem visíveis no

mundo atual, como, por exemplo, nos movimentos antivacina, terraplanista e negacionista histórico, representando uma grande ameaça a todas as fontes confiáveis de informação.

O negacionismo vai além de um simples boato, *fake news* ou de uma mera opinião polêmica de um indivíduo sobre um determinado tema já consagrado pela ciência. Segundo Napolitano (2021), é um sistema de crenças que, sistematicamente, nega o consenso científico, a crítica pertinente, as evidências empíricas, o argumento lógico, as premissas de um debate público racional, sendo um movimento organizado de desinformação para fins ideológicos ou interesses específicos.

No entanto, negar a ciência não é um fenômeno recente. Ao longo da história, sempre houve movimentos contrários ao conhecimento científico. Na realidade,

o cerne da questão do negacionismo científico, também chamado *fake science*, é que toda vez que a ciência descobre uma verdade que desagrade determinado grupo (país, empresa, religião, etc), esse grupo mobiliza esforços para desacreditar a ciência e, inclusive, se fortalece com a confluência de outros movimentos negacionistas (Araújo, 2021, p. 6)

No início da Idade Moderna, autoridades religiosas negavam os avanços científicos e as reflexões de filósofos e cientistas humanistas. Giordano Bruno (1548 – 1600) foi condenado à morte na fogueira por defender a existência de vida em outros mundos. Galileu Galilei (1564 – 1642) foi processado pela Inquisição e precisou negar suas teorias sobre o Heliocentrismo – o Sol no centro do sistema solar – para não ter o mesmo destino de Giordano Bruno. Vale lembrar que a Igreja Católica defendia o Geocentrismo – a Terra no centro do sistema solar -, teoria ligada às narrativas bíblicas (Napolitano, 2021).

Um outro exemplo foi o lançamento da obra “A Origem das espécies” em 1859, do naturalista britânico Charles Darwin (1809 – 1882), considerada a base da Biologia Evolutiva e que traz relevantes considerações sobre os seres vivos e sua evolução. Tanto a obra quanto o autor foram alvos do negacionismo, cuja intenção era preservar um modelo fundamentalista pautado no conservadorismo cristão (Chassot, 1994).

Apesar de todas as contribuições de Isaac Newton (1643 – 1727) sobre a gravitação universal, as ideias planetárias de Kepler (1571 – 1630) e as propostas a respeito da gravidade feitas por Albert Einstein (1879 – 1955), há movimentos que

arriscam em afirmar que a Terra não seria redonda, mas, sim, plana como um disco de vinil (Chassot, 1994). Chamados de terraplanistas, esses grupos defendem que a forma esférica do planeta é uma grande farsa mantida pela Agência Espacial Estadunidense (NASA), devido a motivos relacionados ao poder financeiro e hegemônico.

Em relação aos fatos históricos, Vidal-Naquet foi um dos pioneiros na questão de inserir o negacionismo histórico no contexto da sociedade e da cultura contemporâneas, com o objetivo de analisar as razões que levam amplos grupos sociais a tomar a mentira como verdade. De acordo com o autor (1988), o movimento negacionista ganhou destaque logo após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), quando, inicialmente, houve a tentativa de minimizar o número de vítimas decorrentes do Holocausto. Logo depois, houve a própria negação do fato, com a afirmativa de que as câmaras de gás nunca existiram.

No contexto da perspectiva negacionista, Cohen (2001) classifica três tipos de comportamento:

- a) **Literal:** consiste na negação explícita do fato. Exemplo: “isso não aconteceu” ou “isso não é verdade”;
- b) **Interpretativo:** não há negação do fato, mas, sim, uma interpretação particular, um significado diferente para o ocorrido. Exemplo: “não houve um golpe civil-militar no Brasil em 1964, mas, sim, uma revolução contra a ameaça comunista que pretendia dominar o Brasil”;
- c) **Implicatório:** não há negação do fato e nem uma interpretação particular. Há, sim, uma atenuação ou justificativa para as implicações morais, psicológicas ou políticas do acontecimento. Exemplo: “as pessoas estão morrendo de Covid19, mas não há nada que possa ser feito... as pessoas iriam morrer de qualquer jeito” ou “o golpe civil-militar de 1964 foi, infelizmente, necessário para impedir uma revolução comunista no Brasil”.

De um modo geral, os negacionistas históricos, além de negar a existência de um fato, criam reinterpretações, algumas absurdas, para desconstruir a hegemonia cientificamente embasada em torno daquele fato, procurando construir versões alternativas ou lançando questionamentos com a intenção de gerar dúvidas, confusão ou polarização sobre algo que era até então visto como consenso histórico. Esse processo de desinformação baseado no negacionismo é “uma

estratégia articulada com o objetivo de produzir o esquecimento ou a supressão do conhecimento histórico e científico, em nome de sectarismos e interesses particulares” (Fonseca, 2021, p. 15).

O advento da internet facilitou a ampla propagação do ideal negacionista, pois “permitiu que muitas pessoas pudessem contribuir com esses negacionismos de uma maneira fácil, simplesmente refazendo ou reunindo pedaços de informações encontradas no espaço virtual” (Valim *et al.* 2021, p. 18). Não é difícil ver nas redes sociais pessoas acreditando que o efeito estufa não existe, que as vacinas matam ou que a COVID19 é apenas uma “gripezinha”. A aglutinação dessas tendências anticientíficas é o que se denomina “[...] bolhas, também chamadas de câmaras de eco, ou seja, o ecossistema individual e coletivo de informação viciada na repetição de crenças inamovíveis” (Santaella, 2018, p. 51).

Nas bolhas do ambiente digital, as ideias são propagadas apenas entre usuários “[...] que possuem a mesma visão de mundo, valores similares e o senso de humor em idêntica sintonia” (Santaella, 2018, p. 52), não havendo discordância de opiniões e que muitas vezes acabam criando versões mais radicais do que pensavam antes de se conectar umas com as outras. Como nesse ambiente a diversidade de pensamentos é inexistente, o grande perigo desse fenômeno é a produção de informações distorcidas da realidade. No entanto, é preciso ressaltar que “as bolhas não são as causadoras diretas das notícias falsas. Elas as incubam e ajudam no seu processo de propagação” (Santaella, 2018, p. 72).

Na maioria das vezes, os negacionistas reivindicam o “direito à livre expressão”, um dos princípios básicos da democracia moderna, para expressar suas ideias adversas em público e buscar o reconhecimento no meio científico. Entretanto, o problema não está na privação do direito de opinião, mas, sim, em “quem emite tal opinião quer vê-la reconhecida como legítima e verdadeira, sem passar por avaliação por pares como é submetida toda comunidade científica” (Napolitano, 2021, p. 95-96). Em outras palavras, não é simplesmente questionar ou invalidar um determinado conhecimento científico já estabelecido. É preciso também prová-lo errado, falso ou incompleto, submetendo o mesmo a um processo rígido de observações e estudos, fundamentado em teorias e seguindo uma metodologia de coleta e análise de dados.

2.3.3 Pós-verdade

As campanhas de desinformação, através da disseminação de *fake news* e dos discursos negacionistas, conseguiram abalar a confiança e a credibilidade nas mais variadas instituições da sociedade que, tradicionalmente, dedicam-se a disseminação de informações oficiais e do conhecimento, como, por exemplo, os governos, os veículos de comunicação e os meios científicos, que vêm gradualmente perdendo espaço e favorecendo a autonomia das pessoas na busca de informações. Este cenário gerado pela desinformação torna-se um terreno fértil para a chamada pós-verdade.

Assim como *fake news*, o termo ganhou repercussão a partir de 2016, com a eleição presidencial americana e com o *Brexit* (Galhardi *et al.* 2020). Para o Dicionário Oxford, pós-verdade deve ser entendida em dois sentidos diferentes: o primeiro, “depois que a verdade tenha se tornado conhecida”; o segundo, “o fato de que a verdade se tornou irrelevante”. No seu sentido expandido, o prefixo “pós” não significa apenas “depois de um evento ou situação específica”, mas também se refere a “um tempo em que um conceito se tornou irrelevante ou sem importância” (Santaella, 2018).

Mesmo tendo sido escolhida “a palavra do ano de 2016”, o Dicionário Oxford informa que o termo e conceito de pós-verdade não é novo. Ele apareceu pela primeira vez em um artigo do dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich na revista americana “*The Nation*” (1992), para se referir ao escândalo do Irã e da Guerra do Golfo (1990 – 1991), lamentando que, numa sociedade dominada pela pós-verdade, os fatos importam menos do que as crenças (Santaella, 2018). Isso significa que, na sociedade atual, as interpretações sobre um determinado fato teriam mais importância do que o próprio fato em si. A verdade sobre algum acontecimento torna-se irrelevante e o que realmente importa são as crenças, ideologias e opiniões que envolvem o referido acontecimento. Percebe-se, assim, uma tendência de desvalorização e/ou superação de uma verdade estabelecida. Mas o que se deve entender por verdade? Qual a principal característica de algo considerado verdadeiro?

Segundo Chauí (2000, p. 126), verdade “é a conformidade entre nosso pensamento e nosso juízo e as coisas pensadas ou formuladas”. É a indicação do que é correto, certo, estando de acordo com a realidade apresentada. Por isso, sua

busca exerce grande importância no julgamento das ações humanas. O grande problema é que este conceito não possui um único significado, sendo influenciado por muitos fatores e dando margem a várias interpretações.

É importante ressaltar que a ideia de verdade teve origem na Antiguidade e foi sendo desenvolvida ao longo dos séculos, a partir do pensamento grego, latino e hebraico. Na visão grega, verdade (*aletheia*) significa aquilo que não está oculto, que não está escondido, manifestando-se aos olhos do corpo e do espírito, sendo a expressão daquilo que é ou existe tal como é. O verdadeiro está nas evidências ou naquilo plenamente visível para a razão. Na visão latina, verdade (*veritas*) se refere à precisão e ao rigor da linguagem enquanto narrativa de fatos ocorridos, ou seja, a enunciados que dizem com exatidão as coisas tais como foram ou aconteceram. E, finalmente, na visão hebraica, verdade (*emunah*) se refere a confiança, a esperança em algo que foi prometido ou pactuado irá se cumprir ou acontecer. Ou seja, a verdade se estabelece no consenso entre os membros de uma comunidade (Chauí, 2000).

Em síntese, essas concepções moldam a visão contemporânea sobre a verdade:

Aletheia se refere ao que as coisas são; *veritas* se refere aos fatos que foram; *emunah* se refere às ações e as coisas que serão. A nossa concepção da verdade é uma síntese dessas três fontes e por isso se refere às coisas presentes (como na *aletheia*), aos fatos passados (como na *veritas*) e às coisas futuras (como na *emunah*). Também se refere à própria realidade (como na *aletheia*), à linguagem (como na *veritas*) e à confiança-esperança (como na *emunah*) (Chauí, 2000, p. 124).

Há também diferentes teorias que pretendem explicar a natureza da verdade, de acordo com a concepção predominante em determinado pensamento. Segundo a teoria consensual (quando predomina a *emunah*), a verdade resulta do consenso ou do acordo entre os indivíduos de uma determinada comunidade ou cultura quanto ao que consideram aceitável ou justificável em sua maneira de encarar a realidade. A verdade se estabelece, portanto, no consenso e na confiança recíproca entre os membros de uma comunidade de pesquisadores e estudiosos. Por outro lado, a teoria da coerência (quando predomina a *veritas*) considera a verdade de um juízo ou proposição como resultado de sua coerência com um sistema de crenças ou verdades anteriormente estabelecidas, mantendo assim a ausência de contradição e questionamento dentro de um determinado contexto. Deste modo, a característica

de algo verdadeiro é a validade lógica de seus argumentos. Finalmente, para a teoria pragmática, a verdade de uma proposição ou de um conjunto de proposições se estabelece a partir de seus resultados, de sua aplicação prática e de sua verificação pela experiência. Neste caso, um conhecimento é tido como verdadeiro não só quando explica alguma coisa ou algum fato, mas sobretudo quando permite retirar consequências práticas e aplicáveis. Essa teoria está próxima da concepção de *aletheia* (Japiassu; Marcondes, 2001).

A forma de lidar com informações e com o conhecimento, principalmente para solucionar problemas e tomar decisões, foi influenciada por três correntes filosóficas que definem a maneira de conhecer e encarar algo como verdadeiro:

- a) **Dogmatismo**: baseado no racionalismo de René Descartes, afirma que o conhecimento adquirido é seguro e universal, conferindo certeza às decisões. Princípios e valores são indiscutíveis. A verdade absoluta é aquela em todo o tempo e em todos os lugares. O que é verdade para uma pessoa é verdade para todos. Exemplo: todos precisam de ar para respirar;
- b) **Ceticismo**: é o oposto do dogmatismo e tem origem no empirismo. Afirma que o verdadeiro conhecimento é fornecido pelos sentidos e pela experiência, sendo impossível construir uma verdade segura. Sendo assim, toda decisão é provisória e sujeita a constantes reajustes;
- c) **Relativismo**: originada a partir do criticismo kantiano, que defende a ideia de que cada indivíduo possui uma verdade, um ponto de vista e uma perspectiva, para qual as decisões só podem ser tomadas em conjunto, analisando os diversos ângulos e pontos de vista. A verdade é relativa, ou seja, não existe uma verdade absoluta que se aplique no plano geral. Assim, a verdade pode se aplicar para algumas pessoas e para outras não, pois depende da perspectiva e contexto de cada um (Vasconcelos, 2011).

Em virtude da dimensão dos pensamentos, teorias e correntes filosóficas apresentadas e para os objetivos desta pesquisa, é necessário sintetizar os tipos de verdade em duas categorias, de acordo com suas características principais, conforme o Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 – Categorias de verdade para compreensão da pós-verdade

Verdade	Características principais	Exemplo
Absoluta	Realidade inflexível e imutável	Todo ser humano precisa de ar para respirar
	Algo completo e pleno, inquestionável	A Terra é redonda
Relativa	Realidade em determinadas condições bem estabelecidas (consenso)	Leis judiciais
	Está sujeita a revisões	Conhecimentos científicos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

No quadro acima, a verdade pode ser classificada em absoluta ou relativa. A primeira se refere a fatos ou conhecimentos inquestionáveis, devidamente estabelecidos e consolidados pelo conhecimento científico. É a verdade de todos os tempos e lugares, não deixando margem para controvérsias ou revisões. Caso surjam possíveis objeções ou discordâncias, são atitudes que refletem completa ignorância ou maldade, não representando ameaça a verdade ou ao conhecimento consolidado.

Em relação a verdade relativa, situam-se fatos ou conhecimentos que já foram comprovados e testados cientificamente ou estabelecidos por consenso, porém ainda estão sujeitos a controvérsias, interpretações e revisões. Muitas vezes, um dado conhecimento ainda não está plenamente desenvolvido por uma determinada área científica, gerando margem para questionamentos, correções e, até mesmo, a novas teses sobre o assunto. Em vários casos, aquela “verdade estabelecida” começa a ficar ultrapassada para os novos tempos e necessidades da sociedade, sendo necessário adaptá-la ou corrigi-la para o atual contexto, algo semelhante aos paradigmas científicos (Kuhn, 2007). É importante salientar também que a ciência não é constituída de verdades definitivas e inquestionáveis. Pelo contrário, seu conhecimento está em constante processo de melhoria e aperfeiçoamento. E é justamente este aspecto que a torna segura e confiável. Entretanto, “a epistemologia da pós-verdade incita que aceitemos que existem ‘realidades incomensuráveis’ e que a conduta prudente consiste em escolhermos lados, em vez de avaliarmos evidências” (D’Ancona, 2018, p. 90).

De acordo com as duas categorias de verdade apresentadas, o conceito de pós-verdade não pode ser confundido com o de mentira. Segundo D’Ancona (2018, p. 9), “pós-verdade não é a mesma coisa que mentira”. A base do fenômeno consiste em negligenciar uma verdade estabelecida e semear a dúvida. Como as instituições oficiais ou de referência “foram sendo cada vez mais desacreditadas, os

grupos de pressão bem financiados estimularam o público a questionar a existência da verdade conclusivamente confiável” (D’Ancona, 2018, p. 49), promovendo confusão sobre a realidade.

Um outro fator que estimula o fenômeno da pós-verdade é o ambiente de forte polarização política, que contribui para a disseminação de notícias falsas com o objetivo de atingir um suposto inimigo ideológico. A ação visa plantar no indivíduo mal-informado ou sem conhecimento, uma convicção que se transforma em sentimento, favorecendo os interesses de determinado grupo, que pouco importa para a verdade dos fatos (Tiburi, 2019). Neste contexto, caracterizado por informações verídicas, falsas e ambíguas,

o cidadão desiste de tentar discernir a agulha da verdade no palheiro da mentira e passa a aceitar, ainda que sem consciência plena disso, que tudo o que resta é escolher, entre as versões e narrativas, aquela que lhe traz segurança emocional. A verdade, assim, perde a primazia epistemológica nas discussões públicas e passa a ser apenas um valor entre outros, relativo e negociável, ao passo que as emoções, por outro lado, assumem renovada importância (D’Ancona, 2018, p. 10).

O surgimento do fenômeno da pós-verdade também é consequência de uma condição que ganhou repercussão a partir da década de 1950, no contexto do pós-guerra e da era pós-industrial. Essa condição ou visão de mundo foi denominada pós-moderna ou pós-modernidade, termo que é “aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo” (Santos, 2008, p. 07-08). Segundo Zammataro e Monteiro (2017, p. 26), “nesse momento de transformações nos mais diversos âmbitos – sociais, culturais e econômicos – rompe-se com alguns dogmas da modernidade”.

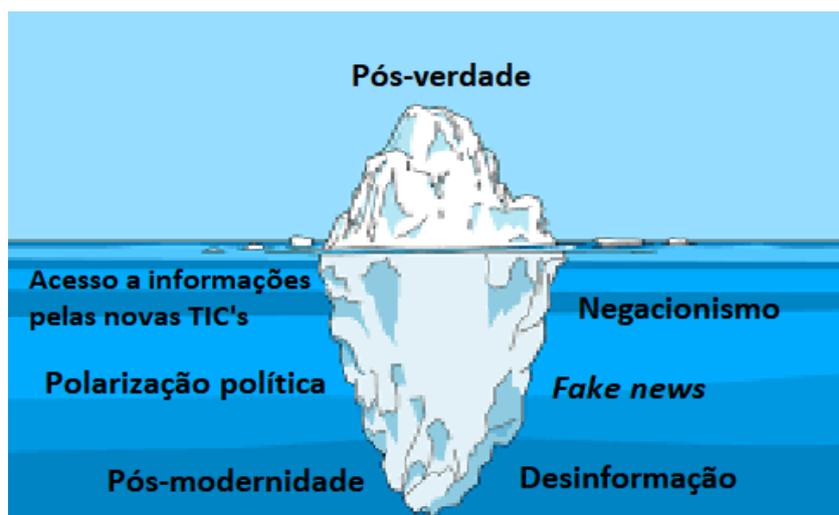
O pós-modernismo é um fenômeno típico das sociedades pós-industriais baseadas na informação e propõe a desconstrução de paradigmas anteriormente construídos, com o intuito de reconstruir uma nova sociedade, mais plural e crítica, fundamentada em valores flexíveis. Além disso,

no âmbito da ciência e da universidade, o pós-moderno desconfia de valores como “verdade”, “razão”, “progresso”, conceitos muito caros à ciência dita moderna. Isso não significa a substituição de um conhecimento em detrimento do outro, mas sim a sua contínua transformação (Zammataro; Monteiro, 2017, p. 25-26).

Na ótica pós-moderna, tudo deveria ser criticado e questionado, como princípios, regras, valores, práticas, realidades e, principalmente, as “certezas científicas”. Conseqüentemente, “ao questionar a própria noção de realidade objetiva, desgastaram muito a noção de verdade” (D’Ancona, 2018, p. 85).

Diante do exposto, a pós-verdade seria um estado promovido pelos reflexos das ideias pós-modernas e pela desinformação. Além disso, outros fatores agravam o fenômeno, como a descentralização da informação trazida pelas novas TICs e a forte polarização política observada na atualidade. O estado de ódio em que milhões de pessoas estão mergulhadas devido ao embate de visões políticas divergentes impede o funcionamento da razão, retirando a possibilidade de discernimento e qualquer tipo de reflexão. A pós-verdade, portanto, seria a consequência de toda esta conjuntura, conforme apresenta a Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Pós-verdade como ponta do *iceberg*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Na próxima seção, a abordagem da desinformação será encaminhada para o terreno dos estudos sobre memória e sua relação com a informação. O processo de negacionismo será tratado e aprofundado no campo historiográfico, estabelecendo a devida distinção com o revisionismo histórico.

3 MEMÓRIA, INFORMAÇÃO, NEGACIONISMO E REVISIONISMO

Estabelecer um conceito para memória não é uma tarefa simples, pois o termo perpassa vários entendimentos e áreas do conhecimento, como a Educação, a História, a Psicologia, dentre outras. No entanto, quando se fala e pensa em memória, logo vem à mente a capacidade de recordar fatos e informações do passado. Não é à toa que, na mitologia grega, esta faculdade era considerada uma entidade divina, representada pela deusa *Mnemosine*, cujo poder consistia em resgatar as lembranças e impedir que o ser humano esquecesse os acontecimentos (Le Goff, 2013).

De acordo com Tomaz (1993, p. 49),

memória é a capacidade de o indivíduo se situar no presente levando em consideração o passado e o futuro. A memória fornece as bases para todos os nossos conhecimentos, habilidades, sonhos, planos e anseios. Memória é, por conseguinte, um fator determinante do nosso comportamento.

É através da memória que os processos de aprendizagem, da linguagem e da comunicação são constituídos, exercendo um papel fundamental na formação e desenvolvimento de culturas e identidades de grupos, indivíduos, comunidades e nações.

Quando a memória é vista apenas sob a perspectiva da recordação, não se percebe a dimensão e a importância desta área na sociedade. Por isto, é necessário compreender a memória não apenas como uma função orgânica responsável pelo desenvolvimento cognitivo, mas também como instância que possui uma função social. É por meio desta capacidade que o indivíduo pode armazenar conhecimentos, evocar fatos e processar informações adquiridas pela sua própria experiência. Diante do exposto, percebe-se a estreita relação entre memória e informação. De fato,

não vemos que seja possível abordar o conceito de “memória” desligado do de “informação” uma vez que os dois são indissociáveis e remetem para a dimensão cognitiva do ser humano. [...] o ato de memorizar necessita de algo para se poder consumir e a informação é esse algo, que se inscreve/regista, tanto na memória cerebral, quanto nas memórias “externas” ao agente que a produz, as quais se materializam em suportes dos mais variados tipos (desde a pedra dos tempos pré-históricos aos suportes digitais na atualidade) (Ribeiro, 2017, p. 111-114).

Entretanto, a memória não pode ser vista apenas como uma espécie de reservatório de dados, destinado a guardar e acumular informações, mas, sim, como uma fonte de informação com fluxo dinâmico, que jamais pode ser resgatada, mas sim, reconstruída (Thiesen, 2013). As recordações são sempre reconstruções do passado, nunca plenamente fiéis, apresentando às vezes pequenas ou grandes diferenças. Quando são analisadas pelas abordagens epistemológicas da CI, percebe-se que tanto memória quanto informação possuem aspectos convergentes com a perspectiva de Silva e Ribeiro (2002), conforme o Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 – Relação entre informação e memória

Informação		Memória
Custodial	←	Posse e guarda de documentos
Pós-custodial	←	Acesso e disseminação da informação contida nos documentos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Na perspectiva custodial, a informação está materializada nos documentos, sendo estes considerados a constituição da memória, testemunhos do passado e muito ligados aos interesses da História. A mudança para a vertente pós-custodial deslocou o objeto de estudo do “documento” para a “informação”, acarretando “novas problemáticas, novas abordagens e novos modos de ver e de interpretar a realidade informacional” (Ribeiro, 2017, p. 123). Consequentemente, neste novo contexto, a abordagem sobre a memória também será diferente, pois “além de fenômeno individual e psicológico, a memória também pode ser analisada como fenômeno social, produto das relações sociais estabelecidas pelos homens” (Oliveira *et al.*, 2017, p. 88). A partir deste novo enfoque, torna-se necessário verificar o modo pelo qual a memória é construída na sociedade.

3.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA

O caráter social da memória pode ser visto no trabalho de Maurice Halbwachs (1877 – 1945) no início do século XX, que promoveu uma importante ruptura com a ideia que se tinha até então sobre o assunto. O autor trouxe ao estudo o aspecto

social, mostrando a existência de uma estreita relação entre o individual e o coletivo. Naquele momento, acreditava-se que o indivíduo era o único responsável pelo resgate de seu próprio passado, ou seja, que a memória era exclusivamente regida por leis biológicas.

A memória individual, aquela que o indivíduo carrega consigo, é acessada durante a recordação de algum fato ou acontecimento. A impressão que se tem é que, ao fazer este processamento, aquilo que está se recordando pertence exclusivamente a memória do indivíduo. No entanto, o que precisa ser observado é que a maioria das lembranças de um indivíduo é referente a momentos compartilhados com outros indivíduos ou grupos, em qualquer ambiente que esteja inserido. Neste sentido, a constituição da memória de um indivíduo é o resultado da combinação das memórias dos distintos grupos dos quais ele faz parte e, conseqüentemente, influenciado por eles, tais como a família, a escola, a igreja, partidos políticos e no ambiente de trabalho. O indivíduo participa, assim, de dois tipos de memória: a individual e a coletiva (Halbwachs, 2003).

Ainda conforme o autor, esta memória coletiva é submetida a variações, transformações e mudanças constantes. São os próprios indivíduos que lembram de algo, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável” e de que forma esse algo será lembrado. Neste sentido, a memória individual se interligaria a uma memória social ou coletiva, sendo a primeira considerada um ponto de vista sobre a segunda. Qualquer recordação nunca estaria isenta de participantes, ela sempre aconteceria em grupo porque essa é a sua natureza. Mesmo que uma determinada lembrança individual não envolva diretamente nenhuma outra pessoa, ela necessariamente se estrutura no mesmo espaço de lembranças de várias outras pessoas (Halbwachs, 2003).

Deste modo, o processo de construção da memória ocorre de forma contínua, em diversas instâncias, de maneira oculta ou não, nos mais diversos setores da sociedade, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das representações do pretérito (Catroga, 2020).

Neste panorama, quando uma lembrança, vivenciada por uma pessoa ou repassada para ela, vem à tona, referindo-se a uma comunidade, essa recordação vai se tornando um patrimônio daquele grupo. As informações mais importantes dessas lembranças vão sendo transmitidas de pessoa a pessoa e vão formando a história oral de uma determinada sociedade ou lugar (Halbwachs, 2003). Essa

memória coletiva estará vinculada a um acontecimento pontual, relevante e, geralmente, com tendência de idealização do passado. Conforme apontado por Simson (2003, p. 14-15), a memória coletiva

é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Ela geralmente se expressa naquilo que chamamos de lugares da memória que são os memoriais, monumentos, murais, arquivos, bibliotecas, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que exprimem a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade.

Um ponto relevante da afirmativa acima é que a memória coletiva depende do poder social dos grupos dominantes que a detém. Ou seja, quanto mais forte e persuasivo for o grupo, mais agregadora será a memória social. Isto acontece porque, durante a rememoração, os indivíduos não recordam das imagens do passado tal como aconteceram, mas, sim, de acordo com o contexto social do presente que está agindo sobre eles.

Diante desta perspectiva, fica também evidente um elemento crucial para a memória coletiva: os lugares de memória. Este conceito é apresentado por Pierre Nora em meados do século XX, sendo “uma estratégia, inventada pelas sociedades contemporâneas, para o problema da perda de identidade dos grupos sociais e da ausência de rituais mnemônicos” (Oliveira *et al.*, 2017, p. 90).

Ainda para Nora (1993), o mundo vive a aceleração da história, que produz cada vez mais rapidamente um passado morto, desaparecido, causando o desmoronamento da memória. Deste modo,

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p. 13).

Desde a sua idealização, os museus, as bibliotecas e os arquivos foram considerados como lugares de memória da humanidade, pois a perspectiva da memória está voltada a preservação. Deste modo, “ao preservar documentos, os lugares da memória guardam materialmente a memória de um povo, de uma cidade, de um país” (Monteiro *et al.* 2008).

De uma forma geral, o “lugar de memória” pode ser entendido a partir de três características: é material ou físico, como museus, arquivos, coleções, comemorações, monumentos etc.; é funcional, pois garante, ao menos por hipótese,

a estruturação da lembrança e, conseqüentemente, sua difusão; e é simbólica, pois remete a um evento vivido por um grupo minoritário de pessoas que, muitas vezes, já nem estão mais vivas, porém, mesmo assim, carrega uma representação para uma maioria que não participou de um determinado acontecimento (Nora, 1993).

A percepção da memória coletiva de Halbwachs (2003) e de Nora (1993) possui afinidade com a visão que Capurro (2003) apresenta sobre informação como fenômeno social e com a perspectiva pós-custodial de Silva e Ribeiro (2011). Segundo Meneses (1992, p. 11), “a elaboração da memória se dá no presente e para responder as solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar”.

Entretanto, informações que foram produzidas no passado e que agora são disponibilizadas no presente, permitem novas utilizações, atualizações e a construção de novos conhecimentos. É a partir desse princípio que uma memória coletiva referente a fatos históricos pode sofrer revisões e reinterpretações no presente, descaracterizando sua configuração original. Para um melhor entendimento deste processo, torna-se necessário identificar as características dos elementos que constituem a memória.

3.1.1 Elementos constituintes da memória

Mesmo possuindo um caráter mutável quando acessada no presente, a memória, tanto individual quanto coletiva, apresenta aspectos relativamente invariáveis ou imutáveis. A partir desses aspectos, podem se reconhecer os acontecimentos passados, bem como preservar as informações que são relevantes à rememoração. Pollak (1992) destaca três elementos formadores de memórias individuais e coletivas: os acontecimentos, as personagens e os lugares.

Os **acontecimentos** podem ser divididos em dois: os que são vividos pessoalmente e os que são vividos “por tabela”. Os primeiros se referem à vivência particular de cada sujeito, lembranças e experiências marcantes vividas individualmente ou coletivamente (Pollak, 1992). Certos grupos costumam defender memórias que a história já desconstruiu através de pesquisas e análises críticas, porque eles querem que sua memória seja a “única e verdadeira”, e dizem que o resto seria mentiras ou “história dos vencedores”. Um exemplo deste aspecto ocorre

com alguns militares brasileiros, que vivenciaram e se beneficiaram durante o período do regime militar no Brasil (1964 – 1985).

Já os acontecimentos vividos “por tabela” são os eventos que os indivíduos não vivenciaram. Todavia, devido a suas crenças políticas, ideológicas, religiosas, identitárias etc., esses sujeitos ou grupos são tão ligados a esses eventos que, mesmo não tendo vivido pessoalmente o determinado acontecimento, absorvem a memória pela identidade de assimilação ao grupo ao qual pertencem, sentindo que fizeram parte daquele passado. Alguns exemplos são os traumas coletivos que afetaram determinado grupo, como genocídios, experiência em regimes ditatoriais, guerras etc. Geralmente, membros de famílias que foram afetadas por essas experiências, mesmo fazendo parte de duas ou três gerações depois do ocorrido, guardam essa memória, sem ter vivido o evento. É possível também que, por meio da socialização política ou histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, como se a memória fosse hereditária. Sendo assim, a memória pode estar relacionada a algo não vivenciado, mas identificado, tornando-se uma memória coletiva e compartilhada por um grupo do qual se faz parte (Pollak, 1992).

As **personagens ou indivíduos** são os atores que fazem parte dos acontecimentos presentes na memória individual e coletiva. São personagens contemporâneas, encontradas no contexto cotidiano do indivíduo, como também personagens encontradas “por tabela”, que se tornaram conhecidas, mas que não pertencem necessariamente ao espaço-tempo do sujeito (Pollak, 1992). Exemplo: Para muita gente, e até mesmo por muitas que nem eram nascidas na época, o atual presidente Luís Inácio Lula da Silva é associado as memórias das manifestações operárias e das greves que ocorreram no ABC Paulista de 1978 a 1980, contra as políticas de arrocho salarial e reivindicação por liberdade e autonomia salarial. Devido a afinidade política e ideológica, essas pessoas agregam este conhecimento na memória coletiva. Em compensação, muita gente na atualidade associa a figura de Lula à corrupção e a crise econômica, diante de uma memória que foi construída por várias relações de forças na sociedade brasileira nos últimos anos. Nas redes sociais, há até adolescentes, que nasceram no início da década passada (2011), falando sobre a época devido a um compartilhamento dessa memória coletiva com outras pessoas e não por uma lembrança individual.

Além dos acontecimentos e das personagens, os **lugares** representam o elemento que completa a tríade da constituição da memória. São espaços físicos que remetem a momentos vivenciados pelos indivíduos que marcaram a construção de sua memória. De acordo com Pollak (1992, p. 202), são

lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu.

Na memória coletiva também há esses lugares, que são os espaços de comemoração. Um monumento aos mortos, um obelisco, um cemitério por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período vivido individualmente ou vivido “por tabela”. São lugares onde as pessoas ritualizam e eternizam as memórias, mantendo o vínculo social com sua identidade territorial. Além disso, as comemorações públicas, em geral, costumam ser organizadas pelo Estado, que tem como função celebrar acontecimentos que são identificados como fundadores de uma comunidade nacional. Normalmente, para conseguir uma unidade política, os detentores do poder tentam imprimir uma continuidade temporal com o passado a partir do presente (Pollak, 1992).

Sendo assim, de acordo com os elementos constituintes da memória, os acontecimentos não ficam totalmente gravados e nem registrados, caracterizando o ato de lembrar como sendo seletivo e, em grande parte, herdado “por tabela” dos grupos e da própria sociedade.

3.1.2 Caracterização e apropriação da memória

A memória não vem à tona de forma automática e nem se trata de algo que possui uma origem espontânea. As preocupações e necessidades da atualidade representam o fator de estruturação da memória. E esta estruturação ainda sofre influências e variações de acordo com o momento de sua articulação e expressão no presente. Pollak (1992, p. 204) ressalta que “a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”.

A identidade está relacionada à forma como cada indivíduo se percebe e se reconhece, abrangendo a sua história, suas características pessoais, suas crenças e valores. Ela é construída a partir de elementos culturais, sociais, familiares, dentre outros. O sentimento de identidade se refere ao pertencimento de fazer parte de determinada comunidade ou grupo, de integrar uma cultura, de compartilhar os mesmos valores, tradições e costumes. A sensação de pertencimento está relacionada à identificação e ao sentimento de ligação com um grupo específico (Pollak, 1992; Candau, 2011).

Como numa sociedade há inúmeras memórias coletivas e cada uma delas possui uma estreita ligação com o sentimento de identidade, a memória de uma nação pode se tornar motivo de tensões e disputas entre diversos grupos, instituições e correntes ideológicas.

Conseqüentemente, se existe uma boa articulação entre as memórias coletivas com a memória oficial e dominante, elas se tornam apropriadas. Caso contrário, tornam-se “memórias subterrâneas” (Pollak, 1992).

As memórias subterrâneas vivem no silêncio, não por dificuldades de serem narradas, mas por não poderem aparecer, pois questionam a memória oficial. Devido a este aspecto, socialmente, não possuem reconhecimento e legitimação. Além disso, essas memórias não são visíveis no cenário social, não são exaltadas e geralmente não são divulgadas em filmes e livros de referência. Todavia, elas não desaparecem da sociedade, sendo transmitidas oralmente entre indivíduos de um mesmo grupo social. Em consequência desta situação, nutrem ressentimentos acumulados com o tempo, aguardando um momento propício para invadir o espaço público para contestar e reivindicar reconhecimento (Pollak, 1992).

A apropriação de uma determinada memória coletiva pode ser realizada através de alguns trabalhos de articulação. Dentre eles, há o chamado enquadramento da memória. Segundo Pollak (1989, p. 8), este trabalho

se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.

Além desse trabalho de enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si. Cada vez que uma memória está relativamente

estabelecida, ela realiza um movimento de manutenção, de coerência e de continuidade em sua organização. Esse fenômeno fica evidente em momentos de mudança de percepção, de reorganização interna ou de reorientação ideológica de grupos ou de instituições, nos quais há algum interesse em reescrever ou alterar uma determinada história. Nesse trabalho de rearrumação, pode ocorrer cisões nos grupos e uma crise de memória e identidade coletiva (Pollak, 1992).

Finalmente, quando a memória e a identidade estão suficientemente formadas e estabelecidas, qualquer questionamento ou problema advindos de grupos internos ou externos, não chega a provocar a necessidade de se efetuar rearrumações ou revisões. Esses momentos em que a memória e a identidade possuem essa estabilidade são chamados de conjunturas ou períodos calmos (Pollak, 1992).

3.1.3 Diferença entre memória e história

A memória não representa a totalidade do que foi vivenciado no passado, mas, sim, um reflexo da história ou do que foi vivido pela percepção dos indivíduos. Neste sentido, é fundamental fazer uma distinção entre memória e história, dois conceitos que se dialogam tanto, com o intuito de traçar as relações e diferenças entre ambas. Segundo Nora (1993, p. 9),

a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, [...] ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal.

Apesar da memória e da história apresentarem aspectos distintos, estas não devem ser vistas como contrárias ou opostas. Le Goff (2003) define que é a partir da memória coletiva que a história é produzida. Já a memória não é construída intencionalmente, mas, sim, recuperada de elementos da ação humana. De acordo com Ricouer (2007), a memória dá significado ao que aconteceu antes que isso seja estruturado e convertido em história.

Esta relação entre memória e história coloca em discussão a formação social da experiência subjetiva, ajudando a compreender como a relação indivíduo-sociedade se manifesta no processo de constituição das lembranças.

Percebe-se a importância e a natureza desta relação desde a mitologia grega. A história (Clio) seria uma das nove musas, filha de Zeus e *Mnemosine*, a deusa da memória. Clio é considerada a musa da história e da criatividade, sendo conhecida por divulgar e celebrar as realizações (Le Goff, 2003).

Por outro lado, a história sempre foi um campo de acirrada disputa em torno de suas funções sociais e ideológicas. Ademais,

como “disciplina científica”, surgiu no século XIX sob a demanda das novas elites políticas dos Estados nacionais recém-criados. Ela serviu para justificar fronteiras, uniformizar as memórias sociais dispersas de grupos, estamentos, regiões e etnias dentro de um mesmo Estado-nação, justificar o porquê de uma determinada elite estar no poder, além de criar um sentimento de patriotismo e nacionalismo que não raro acabou caindo na xenofobia e no racismo (Napolitano, 2021, p. 88).

A finalidade da História é produzir um conhecimento racional, através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória, por sua vez, também é uma “construção do passado, mas pautada em emoções e vivências, ela é flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (Ferreira, 2002, p. 321).

Sobre a história, Albuquerque Junior (2012, p. 30) argumenta que a mesma “possui a utilidade de produzir o artefato mais complexo e mais importante da vida social: o próprio ser humano, a subjetividade dos homens”. Talvez seja por isso que ela cause tantos temores e seja considerada perigosa para determinados grupos políticos devido a uma possível “doutrinação político-ideológica” e, por conta disso, precisaria ser controlada ou manipulada para o atendimento de alguns interesses particulares.

Para Halbwachs (2003), a memória coletiva desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Ela dá vida aos objetos culturais, realça os momentos históricos significativos, preservando o valor do passado para os grupos sociais, sendo a guardiã dos objetos culturais que atravessam os tempos e que podem vir a ser fontes para a pesquisa histórica. Segundo o mesmo autor,

nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um

período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto (Halbwachs, 2003, p. 78-79).

Nesta perspectiva, a história não exerce um fator importante para o processo de preservação da memória. Todavia, é por intermédio de uma memória histórica que um fato externo e distante do contexto do indivíduo deixa sua impressão em determinado momento. Conseqüentemente, é a partir dessa impressão que é possível recordar esse determinado momento. De acordo com Halbwachs (2003), a definição de memória histórica é diferente de memória coletiva. A história é a reunião dos fatos que ocupam maior destaque na memória da sociedade. Entretanto,

lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo (Halbwachs, 2003, p. 100).

Diferentemente da memória coletiva, a memória histórica busca respostas no passado para poder entender o presente. Ela é constituída dos fatos mais importantes da memória da sociedade e é acessada no momento “em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (Halbwachs, 2003, p. 101). A memória histórica é justamente o esforço para preservar, por meio da narrativa escrita, fatos que já foram esquecidos.

Há outros fatores que diferenciam a memória coletiva da memória histórica. A primeira é caracterizada por uma corrente de pensamento contínuo, que não ultrapassa os limites do grupo. Em contrapartida, uma das marcas da história é a descontinuidade, dando a impressão que cada fato se encontra “separado do que o precede ou o segue por um intervalo, em que se pode até acreditar que nada aconteceu” (Halbwachs, 2003, p. 109). Além disso, como uma sociedade é constituída de vários grupos e segmentos, conseqüentemente, existirá muitas memórias coletivas, ao passo que se pode dizer que há apenas uma história (Halbwachs, 2003).

Independente das aproximações, interações e divergências, é preciso entender a história como sendo um procedimento intelectual orientado por métodos que permite questionar e criticar os conteúdos das memórias. Assim, a história seria uma análise crítica do passado ou um estudo do presente a partir do passado. Vale salientar que essa reconstrução histórica do passado precisa ser feita de forma

crítica, com respaldo teórico e metodológico, passando pela análise de outros acadêmicos da área.

Em contrapartida, a memória é um compartilhamento de lembranças e discursos acerca do passado, guiado pelos interesses e visões de mundo do presente, sem muito senso crítico e sem método. É uma fonte de informação utilizada pela história, mas não é a história em si. Conseqüentemente, a memória pode glorificar ou demonizar o passado ou parte do passado, aquilo que ela quer lembrar, carregando julgamentos morais a respeito de determinados eventos que ela lembra, que podem se modificar ao longo dos anos, de acordo com os interesses e disputas atuais.

3.1.4 Desconstrução de memórias

No senso comum, o termo desconstrução não apresenta dificuldades para ser compreendido, referindo-se a ideia de desmontar ou desfazer algo que já está construído, montado ou estruturado. No campo da Filosofia, o sentido de desconstruir se refere a um método de análise e interpretação de textos baseado no pensamento de Jacques Derrida (1930 – 2004). O método derridiano procura destacar as ambiguidades, falhas e fragilidades de uma teoria ou de um discurso, desmontando a estrutura da linguagem utilizada. Neste processo, os diversos significados ficam expostos ou desconstruídos, possibilitando assim várias leituras possíveis de determinado conhecimento (Japiassu; Marcondes, 2001).

Todavia, saindo da perspectiva filosófica e conforme abordado nas subseções anteriores, o contexto da atualidade desempenha um importante papel na configuração da memória coletiva. Quando acessada no presente, a memória fica suscetível de sofrer atualizações e variações devido à influência de outros indivíduos ou grupos nos quais o sujeito esteja inserido naquele momento. Sendo assim, a lembrança de algo pelo sujeito é moldado pela visão do grupo social, que estabelece como esse algo deve ser lembrado (Halbwachs, 2003). Além disso,

Inútil esperar que as lembranças que afloram no presente sejam cópias fiéis de realidades vividas no tempo que passou. Nossas lembranças do passado são recriadas no instante presente, com o acervo que detemos no momento da recuperação dessas informações. E, nesse novo presente, já não somos os mesmos, a realidade também já se apresenta de forma diversa, e aqueles que nos rodeiam, caso tenham partilhado conosco dessas experiências

que queremos reviver, são também indivíduos em transformação (Thiesen, 2013, p. 253-254).

A ideia de desconstrução da memória parte do princípio de que sua natureza apresenta fragilidades, que podem gerar distorções e transformações em sua configuração. Deste modo, as informações produzidas no passado, que representam a base de sua sustentação, podem ser intencionalmente manipuladas ou negadas no presente, devido a um processo articulado de desinformação ou sendo influenciado pelo fenômeno da pós-verdade, alterando ou desconstruindo a sua forma original.

A desconstrução seria a consequência das desconfianças e questionamentos sobre conhecimentos estabelecidos pelo método científico. Desconstruir uma memória ou um conhecimento histórico “não é destruí-lo, nem mostrar como foi construído, mas pôr a nu o não-dito por trás do que foi dito, buscar o silenciado (reprimido) sob o que foi falado” (Santos, 2008, p. 71). Quando as chamadas memórias subterrâneas encontram um contexto favorável para sua propagação, provocam muitos impactos na memória oficial histórica. Alguns grupos, por exemplo, que almejam chegar ou se manter no poder, semeiam dúvidas e lançam novas versões ou explicações sobre um determinado fato histórico, sem nenhuma aceitação da historiografia oficial. Se esses discursos atenderem aos anseios e expectativas da população e encontrarem elementos de afinidade com as suas lembranças individuais e coletivas, a memória histórica oficial fica bastante comprometida.

3.2 NEGACIONISMO OU REVISIONISMO HISTÓRICO?

A História, enquanto ciência, com seus métodos e critérios, busca narrar o passado pautado em fontes, vestígios e documentos, com o intuito de estruturar uma narrativa mais fundamentada possível. A compreensão do processo de construção historiográfica é importante para se evitar achismos, revisionismos baratos ou negacionismos em relação a fatos e acontecimentos históricos, principalmente neste atual contexto social e tecnológico, no qual há uma avalanche de informações disponibilizadas à sociedade, muitas vezes, falsas, duvidosas ou distorcidas da realidade factual.

Conforme apresentado na seção anterior, o negacionismo histórico ganhou visibilidade após a Segunda Guerra Mundial nas polêmicas em torno dos crimes de massa praticados pelo nazismo. Os negacionistas se utilizaram de um conjunto de procedimentos e estratégias discursivas para questionar o consenso historiográfico sobre o tema (Vidal-Naquet, 1988). Na verdade,

os nazistas tentaram apagar as provas dos crimes cometidos nos campos de extermínio, destruindo fornos crematórios e documentação escrita, desenterrando corpos de valas comuns para incinerá-los etc [...] A partir de então, o conceito de negacionismo se difundiu entre os historiadores para se referir à negação do Holocausto, fenômeno já em curso, como dissemos, desde os primeiros anos da Guerra Fria. Portanto, tal negação esteve marcada pelo caráter ideologizado dos embates da nova fase, que, por vezes, assumiu pretensões historiográficas e acadêmicas (Rolleberg; Cordeiro, 2021, p. 75-76).

Segundo Napolitano (2021, p. 98), o negacionismo histórico pode ser definido como “a negação *a priori* de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado, em que pese várias possibilidades de interpretação validadas pelo debate historiográfico”. Trata-se de uma corrente de interpretação que não acredita em consensos obtidos por amplo e profundo estudo científico, pautando sua visão em informações falsas e em teorias conspiratórias. As principais manifestações negacionistas defendem que não houve escravidão, nazismo, fascismo, holocausto etc. Além disso, os negacionistas procuram fazer uma releitura do passado de forma a reforçar preconceitos, exclusões, violências simbólicas, polarizações, dicotomias que destroem o pensamento complexo e a diversidade das ideias (Meneses, 2019).

Ainda segundo Napolitano (2021), o negacionismo não tem como objetivo revisar e ampliar o conhecimento sobre o passado, mas destruir este conhecimento. A estratégia consiste em disseminar informações falsas ou adulteradas de fatos e processos históricos. Além disso, tenta convencer as pessoas colocando dúvidas na mente delas a respeito de alguns fatos históricos. É uma tentativa deliberada de negar a cientificidade da história, orquestrada por determinados grupos políticos de extrema-direita (Moraes, 2008).

Assim como os disseminadores de *fake news* se beneficiam da legitimidade e do prestígio da imprensa para promover desinformação através de sites que imitam a linguagem jornalística, o negacionismo histórico se apresenta no espaço público com uma aparência de credibilidade, travestindo-se de revisionismo, que é “um

processo de revisão de conhecimento factual e das interpretações historiográficas dominantes, com base em novas questões teóricas, novas hipóteses, novos métodos de análise e novas fontes primárias” (Napolitano, 2021, p. 98).

A natureza do conhecimento histórico requer uma revisão constante das interpretações dominantes sobre o passado. Desta forma, a revisão historiográfica torna-se um procedimento indispensável tendo em vista o avanço de outros campos do conhecimento auxiliares da história, o aprimoramento de instrumentos de análise e o surgimento de novas fontes de pesquisa.

Em muitos casos, uma interpretação vigente de um fato histórico passa a receber uma nova leitura diante do surgimento de uma nova fonte ou evidência ou até mesmo por uma nova reinterpretação das fontes que já foram analisadas. Um grande exemplo está no estudo da Idade Média (476 – 1453), que durante muito tempo foi considerada por muitos historiadores e pesquisadores como “Idade das Trevas”, devido a uma possível baixa produção cultural no período. As correntes historiográficas mais recentes não aceitam essa visão, pois argumentam que no período medieval foi criada as bases que culminaram no movimento renascentista em meados do século XIV.

No exemplo de revisionismo acima fica constatado que não houve alteração, distorção ou negação do fato histórico. Houve apenas o desenvolvimento de um novo olhar através de uma ressignificação de fontes e evidências, levando a uma revisão dos conceitos sobre o referido período histórico. Trata-se de um movimento importante na construção do saber. Porém, deve ser realizado com responsabilidade e ética de acordo com métodos científicos. Caso contrário, um revisionismo sem critérios metodológicos pode se tornar negacionismo.

Napolitano (2021) identifica dois tipos de revisionismo: o historiográfico e o ideológico. O primeiro reconhece o legítimo e necessário trabalho da historiografia, baseado na argumentação lógica, identificação de novas fontes e emprego de métodos, ainda que possa colocar em xeque perspectivas históricas consagradas na memória social e na historiografia. Este tipo de revisionismo deve ser incorporado ao debate e não pode ser descartado. Já o segundo tipo possui objetivos ideológicos, caracterizado pela ausência de método e de ética, reunindo autores politicamente interessados em manipular dados e distorcer fatos com interesses específicos.

Vale destacar que as motivações dos revisionistas ideológicos pouco têm a ver com o esforço de uma melhor compreensão do passado. Na maioria das vezes,

suas revisões baseiam-se nas circunstâncias do presente e nas necessidades ideológicas dos grupos políticos nos quais estão ligados. Além disso, fundamentam seu trabalho de revisão “na manchete sensacionalista sobre um tema histórico, na apropriação descontextualizada de trabalhos historiográficos, no anacronismo¹, no uso acrítico de fontes primárias” (Napolitano, 2021, p. 99-100).

Percebe-se que o revisionismo ideológico e o negacionismo possuem vários pontos e estratégias em comum. O Quadro 7, a seguir, sintetiza e compara os principais aspectos do negacionismo e do revisionismo.

Quadro 7 – Análise comparativa das revisões na História

Processo de revisão			
Aspectos gerais	Tipos		
	Negacionismo	Revisionismo ideológico	Revisionismo historiográfico
Objetivo	Destruir ou distorcer um conhecimento consolidado.	Distorcer ou manipular fatos com interesses específicos.	Desenvolver e contribuir com o conhecimento do passado.
Estratégia	Disseminar informações falsas.	Divulgar novas versões com ausência de metodologia e ética.	Identificar novas fontes e métodos de pesquisa.
	Lançar dúvidas e questionamentos sobre conhecimentos históricos consolidados.	Apropriação distorcida e seletiva de teses historiográficas reconhecidas.	Levar novos argumentos e resultados ao debate historiográfico.
	Destaque sensacionalista de casos específicos.		
Exemplo de manifestação	O Holocausto nunca existiu.	Houve uma revolução civil-militar em 1964 e não um golpe.	Reinterpretação da Idade Média (476 – 1453)
	O nazismo é um movimento de esquerda.		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

De um modo geral, o principal aspecto em comum entre os negacionistas históricos e os revisionistas ideológicos é a disseminação de suas opiniões sobre determinados fatos históricos. Muitas vezes, as opiniões desses grupos buscam legitimar os seus projetos políticos a partir de uma visão distorcida da historiografia acadêmica embasada por métodos científicos. Todavia, o conhecimento histórico

¹ Projetar no passado os valores do presente (Napolitano, 2021, p. 100).

tem que ir além de uma mera opinião e precisa ser o resultado de um trabalho sistemático, de uma metodologia científica, de uma reflexão sobre evidências e fontes.

Diante do exposto, é importante ressaltar que o revisionismo historiográfico atua em favor da história, fazendo avançar o conhecimento diante de novas descobertas documentais, instrumentais e perspectivas teóricas, enquanto o negacionismo, muitas vezes tendo se originado de análises revisionistas ideológicas, atuam contra a história, desqualificando ou distorcendo fatos e acontecimentos históricos, gerando uma modificação na verdade factual e, conseqüentemente, na sua interpretação.

4 MARÇO DE 1964: GOLPE OU REVOLUÇÃO?

Nos últimos anos, a relação entre política e memória tem gerado diversos conflitos em torno dos sentidos e das conotações dos acontecimentos do passado e suas repercussões no tempo presente. Utilizando-se de informações falsas e discursos negacionistas, grupos políticos conservadores levaram alguns conhecimentos históricos para um campo de batalhas ideológicas, tentando modificar a versão sobre determinados eventos.

No conjunto dos negacionismos contemporâneos, determinados fatos históricos brasileiros constituem um terreno fértil de exploração de várias estratégias de desinformação de alguns passados sensíveis, como por exemplo a ditadura militar, a escravidão africana e o genocídio dos povos indígenas.

Dentre esses temas históricos, o que tem mais se destacado nesta conjuntura é o do Golpe Civil-Militar de 1964, que instaurou um regime ditatorial no Brasil até 1985. Durante este período, o país viveu uma ditadura marcada pela restrição dos direitos políticos, pela censura e pelo autoritarismo. Aqueles que se opunham ao regime eram reprimidos ou até mesmo brutalmente torturados. Vale destacar que o golpe não se tornou vitorioso apenas pela ação militar. Houve apoio social que se expressou nas “Marchas da Família com Deus e pela Liberdade” no país, na força das tradições conservadoras e autoritárias. Daí a denominação “golpe civil-militar” (Toledo, 2004).

A propagação de discursos que negam o golpe, as mortes, as torturas e as prisões arbitrárias, exaltando ao mesmo tempo a atuação “heroica” dos militares e defendendo a moral e os bons costumes, vem ganhando espaço na sociedade. De 2019 a 2022, várias declarações e manifestações emitidas pelo então Presidente da República Jair Messias Bolsonaro e por alguns membros do seu governo defendem a tese de que, em 1964, não houve um golpe militar, mas sim, uma “revolução”, no qual as Forças Armadas agiram de acordo com os anseios da população brasileira contra a ameaça do comunismo, com a intenção de garantir a paz, a estabilidade, a liberdade e a democracia (Prado, 2021).

Percebe-se que essa visão negacionista e revisionista está sendo um fenômeno apadrinhado pelo próprio Estado, passando distante do rigor e da seriedade acadêmica. Além disso, são potencializadas através das bolhas e câmaras de eco das redes sociais e dos aplicativos de mensagens. Mas qual seria a

visão defendida e consagrada pela historiografia oficial? Na próxima subseção, será apresentada o contexto e os eventos que culminaram com o golpe.

4.1 A VERSÃO OFICIAL DO GOLPE

A ditadura militar, ocorrida de 1964 a 1985, foi um dos períodos mais marcantes da história recente do Brasil. Os militares impuseram, juntamente com significativa mobilização política das classes dominantes e de setores das classes médias, uma nova ordem político-institucional no país (Toledo, 2004). Durante este período, uma série de direitos foi retirada dos cidadãos, como a liberdade de expressão e de imprensa, sendo que muitas pessoas foram torturadas e mortas, enquanto outras foram dadas como desaparecidas. O fato que inaugurou o início do regime foi o golpe civil-militar de 1964, resultado de uma conspiração realizada por grupos conservadores da sociedade brasileira (Napolitano, 2016).

Segundo Prado (2021, p. 56-57),

O governo de João Goulart (1961-1964) foi marcado por fortes tensões sociais e políticas. Delineavam-se dois campos em oposição: os conservadores e os reformistas progressistas, que buscavam atender às demandas sociais dos grupos mais desfavorecidos da sociedade. O descontentamento dos grupos civis conservadores e dos militares com o que era interpretado como um governo esquerdista culminou na noite de 31 de março de 1964. Nessa madrugada, o general Olímpio Mourão Filho colocou suas tropas em marcha em direção ao Rio de Janeiro, surpreendendo conspiradores que aguardavam um momento mais propício para um golpe de Estado. Mas ele foi apoiado por um dos decisivos líderes civis, o então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. No dia 1º de abril, o golpe se consumava com a destituição do presidente democraticamente eleito, João Goulart. Em 11 de abril, o Congresso Nacional elegeu indiretamente o então chefe do estado-maior do exército, o marechal Castello Branco, para governar o país. Portanto, deu-se a quebra da legalidade constitucional.

O regime ditatorial durou 21 anos, tendo o Brasil sido governado por 5 diferentes militares eleitos indiretamente pelo Congresso Nacional. Durante esse período, a ação dos partidos políticos foi muito restringida. Lideranças políticas e sindicais, assim como de professores universitários considerados "perigosos" pelo regime, tiveram seus direitos políticos cassados. Entre 1966 e 1979, existiram apenas dois partidos, que eram fortemente monitorados pelo governo: a Arena, que congregava as forças que apoiavam o regime militar, e o MDB, que reunia os opositores ao governo. Nas universidades, houve perseguição e repressão de professores. Nos sindicatos de trabalhadores, ocorreram intervenções. Instalou-se a censura de imprensa e de manifestações artísticas, impedindo a liberdade de expressão em todos os níveis. Suprimiram-se as

garantias jurídicas internas. Houve desrespeito aos direitos humanos até então garantidos por lei, com a prisão dos então denominados "subversivos". A tortura dos presos políticos passou a ser a regra, levando à morte de muitos deles.

A eleição de Tancredo Neves para a presidência do país por voto indireto de um colégio eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, marcou o fim do período ditatorial.

O Quadro 8, a seguir, apresenta uma cronologia dos acontecimentos mais significativos ocorridos antes e depois do dia 31 de março de 1964.

Quadro 8 – Cronologia do Golpe

Dia	Acontecimento
13/03/1964	Comício da Central do Brasil (RJ), mobilizando quase 200 mil pessoas, onde o presidente Jango reassumiu seu compromisso com as reformas de base.
19/03/1964	Marcha da Família com Deus pela Liberdade, passeata que mobilizou mais de 500 mil pessoas em São Paulo contra o comunismo e reivindicando a intervenção dos militares na política brasileira.
25/03/1964	Início da “revolta dos marinheiros”, no Rio de Janeiro, liderada pelo Cabo Anselmo.
31/03/1964	Movimentação de tropas de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, precipitando o cerco militar ao presidente Jango, que acaba sendo deposto.
01/04/1964	Prisões e protestos ocorrem em diversas regiões do país, em consequência do golpe. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, é incendiada e destrói-se o acervo do Centro Popular de Cultura.
02/04/1964	Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assume a Presidência da República interinamente.
09/04/1964	Editado o Ato Institucional nº 1 (AI-1) que determinava que o governo militar poderia cassar mandatos legislativos, suspender os direitos políticos (por dez anos) ou afastar do serviço público todo aquele que pudesse ameaçar a segurança nacional. Além disso, o ato também convocou eleições indiretas para presidente para ocorrerem em dois dias. A ditadura militar começava a ganhar forma.
10/04/1964	João Goulart, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, dentre outros, estão na lista dos 102 nomes cassados pelo AI-1.
11/04/1964	O marechal Humberto Castello Branco assume a Presidência da República.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Napolitano (2016) e Prado (2021)

Na visão dos negacionistas, o movimento de 1964 representou uma revolução, pois defendia mudanças e rompimento com o panorama imediato, motivado, dentre outras coisas, por um temor de uma revolução socialista, devido ao contexto da Guerra Fria² que o mundo estava vivenciando naquela época. Sendo assim, a justificativa para a intervenção militar no Brasil era uma possível ameaça comunista representada pelo então Presidente João Goulart. Devido a um bom diálogo que mantinha com o sindicalismo brasileiro e pela defesa das reformas de base³, Jango era visto com extrema desconfiança por grupos políticos conservadores que, frequentemente, o acusavam de ser comunista. Aliás, Jango incomodava até o governo dos Estados Unidos, que consideravam o político “muito à esquerda” do que se esperava de um presidente brasileiro (Toledo, 2004).

Esta versão negacionista, de que havia uma ameaça comunista querendo tomar o poder no Brasil em 1964, não encontra bases na realidade. Longe de ser comunista, João Goulart era um latifundiário ligado ao ideário do trabalhismo, que havia herdado do ex-Presidente Getúlio Vargas. Além disso, o fato de terem ocorrido muitas greves e manifestações nos meses que antecederam o golpe não significava que houvesse a possibilidade de implantação de um regime comunista no país. Nesse período, vários grupos sociais, trabalhadores e sindicatos estavam lutando por reformas sociais dentro da lei. Não havia condições para uma tomada de poder por vias revolucionárias, pois as lideranças do movimento eram escassas e não contavam nem com amplo apoio popular e nem com recursos armamentícios. E mesmo que houvesse alguns grupos ou forças extremistas de esquerda, eram fracas e pouco relevantes para representar uma ameaça real de tomada do poder no país (Toledo, 2004; Napolitano, 2016; Motta, 2021; Prado, 2021).

Dentre as reformas de base propostas por Jango, a que ganhou mais repercussão foi a agrária. Mesmo sendo uma proposta tímida para a resolução dos problemas sociais do país na referida época, a reforma mexeria com questões

² Conflito político-ideológico que foi travado entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), entre 1947 e 1991. O conflito travado entre esses dois países foi responsável por polarizar o mundo em dois grandes blocos, um alinhado ao capitalismo e outro alinhado ao comunismo (Toledo, 2004).

³ Incluía reforma agrária, educacional, eleitoral, bancária, urbana e tributária. Estas reformas visavam, basicamente, resolver alguns dos impasses enfrentados pelo capitalismo brasileiro no início dos anos 60. Não tinham nenhum caráter ideológico e nem revolucionário como pregavam os setores das classes dominantes (Toledo, 2004).

históricas do Brasil, incomodando os grupos dominantes, as elites e a classe média, que acabaram apoiando a intervenção militar (Toledo, 2004; Motta, 2021).

Para uma melhor compreensão do contexto histórico e que também servirá para o entendimento do presente, é preciso fazer a devida distinção entre esquerda e direita, duas correntes ideológicas que influenciam o campo da política. De um modo geral, a esquerda tem princípios mais revolucionários, que pretendem aperfeiçoar o mundo por meio de políticas que instaurem a justiça social, ou o igualitarismo, ou a socialização dos meios de produção econômica, ou qualquer outra ação que remeta à ideia de igualdade. Já a direita tem princípios mais conservadores, que pretendem aperfeiçoar o mundo a partir de uma perspectiva idealizada do passado e da tradição, de valores nacionais ou religiosos. Geralmente, as políticas de esquerda defendem os direitos dos trabalhadores, o bem-estar coletivo e a igualdade entre os indivíduos, enquanto as de direita preconizam uma visão mais tradicional, prezando pelo bem-estar individual, o estado mínimo e o liberalismo econômico (Toledo, 2004; Reis, 2005; Napolitano, 2016; Prado, 2021).

No entanto, a realidade prática da dimensão política é mais ampla e diversificada, abrangendo outras categorias, além de esquerda e direita, como, por exemplo: extrema esquerda, centro, centro-esquerda, centro-direita e extrema direita. Essas variações ocorrem porque, ao longo da história, as pautas defendidas pela direita e pela esquerda foram se modificando. Princípios que antes eram legitimados por um lado, passaram a ser adotados pelo outro e vice-versa (Toledo, 2004; Reis, 2005; Napolitano, 2016; Prado, 2021).

A desestabilização do governo Goulart e a implantação do regime militar se deve também, em grande parte, a imprensa brasileira da referida época. Jornais de grande circulação divulgavam toda a agitação política vivida no país, disseminando narrativas anticomunistas, que acabaram criando um clima de medo na população, devido a criação de um inimigo imaginário da nação. Títulos de editoriais como “Basta!”, textos que conclamavam a urgência de uma resolução organizacional contra o “perigo” que ameaçava o país, matérias que associavam o comunismo à corrupção, foram bastante frequentes nos meses que antecederam o golpe de 1964 (Napolitano, 2016; Motta, 2021). As Figuras 2, 3 e 4, a seguir, apresenta manchetes de capa e editoriais tendenciosos de alguns dos grandes veículos de informação. Esta estratégia assemelha-se ao processo de desinformação informada, tratada em seções anteriores (Serva, 2001).

Figura 2 – Capa do jornal O Dia



Fonte: [https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-
revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/](https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/)

Figura 3 – Editorial do jornal O Globo



Fonte: [https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-
12695226](https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226)



Fonte: <https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>

Outro ponto que vale destacar foi o papel da Igreja Católica no referido acontecimento. Na visão da instituição religiosa, o comunismo colocaria em risco o seu rebanho, por acreditar que este sistema defendia o ateísmo em detrimento de outras crenças. Na realidade,

Todos sentiam obscuramente que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iria atingir suas posições rebaixando-as. E nutriam um grande medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos. A ideia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências (Reis, 2005, p. 27).

É preciso destacar a diferença entre revolução e golpe. Basicamente, a primeira manifestação representa um movimento mais profundo, onde se propõe uma mudança substancial das estruturas do Estado. Já o golpe é um movimento mais restrito à esfera política governamental, com a intenção de manter o *status quo* e os interesses de uma classe dominante, que pode estar sendo ameaçada por políticas de cunho reformista. Por isso, nem todo golpe representa uma revolução. Em um governo golpista pode até ocorrer transformações na estrutura do Estado e

nas políticas sociais e econômicas, mas elas não alteram o poder das classes dominantes (Napolitano, 2016).

Ainda neste contexto, vale ressaltar que, quando o governo Goulart, eleito democraticamente, passou a demonstrar um maior empenho na aprovação das reformas de base, teve seu caminho interrompido pelas armas, caracterizando assim um movimento de cunho golpista.

4.2 BIBLIOGRAFIAS NEGACIONISTAS E REVISIONISTAS

No decorrer da década de 1970, o enfraquecimento da ditadura militar abriu espaço para uma série de denúncias, textos e obras que abordavam a repressão e a violência aos opositores do regime. Foi nesse contexto que surgiram várias obras, produzidas por integrantes de setores militares, com o intuito de responder ou negar as acusações sobre o golpe e os abusos praticados pela ditadura instaurada em 1964.

A primeira delas se refere ao “Livro branco” ou “Livro da verdade”, de Alfredo Buzaid, publicado na época em que era ministro da Justiça do governo Médici (1969 – 1974). A obra se configurava numa resposta às denúncias de torturas provenientes do exterior, tornando-se uma referência para os posteriores discursos militares em relação ao referido tema. Um dos argumentos mais utilizados por Buzaid para negar as torturas era de que as denúncias faziam parte de uma campanha difamatória contra o governo, realizada por grupos e setores supostamente subversivos (Chaves, 2014).

Uma outra obra que consolidou o discurso negacionista militar a respeito das torturas e que pretendeu lançar uma nova versão do golpe e do regime foi o “Projeto Orvil” (“livro” escrito de trás para frente), produzido entre 1985 e 1988 pelos órgãos de informação do Exército. Esta publicação colaborou significativamente na construção de uma memória dentro e fora da corporação militar, contribuindo na propagação de um discurso que eliminava quaisquer rastros das práticas repressivas da ditadura. Reafirmando a necessidade de realização do golpe, o livro explora as ações terroristas organizadas pelas guerrilhas urbanas, que surgiram entre os fins da década de 1960 e os primeiros anos de 1970. Os militares construíram uma argumentação interessada em retirar o tom heroico dos opositores

do regime, colocando em evidência a prática da violência e as vítimas atingidas pelos grupos de esquerda (Chaves, 2014).

Além dessas obras citadas, a ditadura militar ao longo da sua existência também se preocupou em repassar para a sociedade uma imagem positiva sobre o golpe de 1964.

Durante o governo Médici, por exemplo, uma série de discursos do presidente da república foram publicados em formato de livros e se constituíram em uma espécie de propaganda do regime. Nesses discursos [...] a narrativa positiva do regime era constante e buscava consolidar uma memória dentro e fora das Forças Armadas (Chaves, 2014, p. 59).

A produção de memórias militares sobre o período teve continuidade nas décadas de 1990 e 2000. Artigos e textos revisionistas passaram a disputar espaço na academia com as leituras já consagradas pela historiografia a partir de pesquisas e trabalhos publicados. Na véspera da comemoração dos 40 anos do golpe civil-militar, em 2004, foi lançada uma coleção de quinze volumes pela Biblioteca do Exército (BIBLIEx) intitulada “31 de março: o movimento revolucionário e sua história”. O Exército, diante dessa disputa de memórias, produziu a sua versão dos fatos, fazendo uma avaliação positiva e saudosista do regime militar. A obra foi o resultado da elaboração do projeto de História Oral, que buscou entrevistar militares e civis que atuaram, em sua grande maioria, em defesa da ditadura. O objetivo da coleção foi o de revelar o perigo em que se encontrava o Brasil naquele contexto de 1964, demonstrando a importância dos militares na condução para uma saída contra a subversão. Por isto, há um empenho para que o termo “revolução” seja consolidado em oposição a “golpe”, pois o primeiro termo expressa uma conotação positiva, de que tudo o que foi construído a partir de março de 1964 foi benéfico e transformador para o país (Chaves, 2014).

Em 2006, foi lançado o livro “A verdade sufocada – a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”, escrito pelo coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra. Esta obra já foi até mesmo recomendada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que é abertamente admirador de Ustra. Sob o olhar de um dos maiores torturadores da ditadura, a obra resgata a luta dos que tentaram evitar que o Brasil se tornasse um “satélite do comunismo internacional”. Além disso, apresentando-se como uma outra interpretação da história, o livro contém as bases

do negacionismo, ocultando o uso sistemático da tortura e os desaparecimentos políticos ocorridos durante o regime. Segundo o próprio autor,

Alguns criticam os métodos usados para pacificar o País. Alegam que o Estado respondeu com violência excessiva à ação dos terroristas [mas] o confronto, que não iniciamos, mas que vencemos, preservou a democracia. [...] quer queiram ou não, foi com o nosso método de combate ao terrorismo que restabelecemos a paz, com um número reduzidíssimo de vítimas (Ustra, 2007, p. 320-321).

Vale salientar que muitos dos argumentos de Ustra foram extraídos diretamente do “Projeto Orvil”. Além disso, sua narrativa apresenta ressentimentos em relação a historiografia oficial, que não reconheceu os esforços daqueles “que atenderam ao chamado da Pátria e arriscaram a vida com coragem, lutando com honra e dignidade para extirpar o terrorismo de esquerda que ameaçava a paz e a tranquilidade do Brasil” (Ustra, 2007, p. 15).

Um outro aspecto desta obra que merece destaque é o uso estratégico de afirmações de historiadores reconhecido pela historiografia. Ustra extraiu citações de estudos e de entrevistas desses profissionais e os inseriu numa rede de sentidos diferente daquela em que foram citadas, dando a entender que simpatizavam com as suas proposições. A alteração intencional de sentido, através da subtração de trechos dos textos originais, aponta para a estratégia cuidadosa de sugerir ao público que foi usado um procedimento legítimo de demonstração por meio da apresentação de resultados de estudo historiográfico, conduta reconhecida como própria da escrita da história (Moraes, 2011). Conforme abordado em seções anteriores, essa estratégia utilizada por Ustra se refere a um processo intencional de desinformação através de descontextualização de informações.

Nos últimos anos, a figura e a publicação de Ustra tem sido positivamente exaltada por militares e grupos conservadores, resultando em várias reedições da referida obra. Atualmente, seu pensamento tem contribuído em muito para a manutenção de um projeto autoritário que não foi finalizado com o término do regime militar em 1985.

No livro “Ditadura à brasileira”, publicada em 2014, o historiador Marco Antônio Villa procura dar uma nova interpretação sobre os governos militares que presidiram o Brasil de 1964 à 1985, tanto em sua duração como em seus desdobramentos. Mesmo não omitindo o golpe e os excessos de violência cometidos durante o período, Villa defende a ideia de que o regime militar brasileiro

não se caracterizou como uma ditadura de 21 anos, comparando a situação do país com outras ditaduras da América do Sul (Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai). Para o autor, enquanto a ditadura argentina, por exemplo, fechou cursos universitários, privatizou e desindustrializou a economia, no Brasil aconteceu o contrário. Além de toda a movimentação político-cultural que transcorria normalmente durante o período, os militares industrializaram o país, modernizaram a infraestrutura, expandiram o ensino superior e a pós-graduação. O autor argumenta que toda essa prosperidade não teria ocorrido se tivesse havido realmente uma ditadura militar no país (Villa, 2014).

Diante de tanta publicação negacionista e enaltecida do período militar, a historiografia oficial afirma que

O governo militar contraiu vultosos empréstimos para realizar projetos faraônicos, como a Transamazônica, a ponte ligando as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, a hidroelétrica de Itaipu, entre outros. A ideia do Brasil-potência foi alardeada pelos meios de comunicação de massa e intensificaram-se os apelos ao patriotismo, com os *slogans* “Brasil, ame-o ou deixe-o”; “Ninguém segura esse país”. A bandeira, o verde e o amarelo invadiram o cotidiano dos brasileiros (Luca, 2001, p. 88).

Entretanto, o regime iniciado em 1964 foi bastante diferente da versão defendida pelos negacionistas. Além da perda da democracia e da liberdade de expressão, o período foi marcado por muita corrupção, violência, tortura e mortes. Devido ao medo do autoritarismo e da censura imposta pelos governos militares, a verdadeira realidade não era divulgada pela imprensa para a sociedade. Não foi à toa que,

Depois de vinte anos de governo, os militares partiam deixando como legado um país em crise, com elevados índices de inflação, uma enorme dívida externa, desemprego crescente e desigualdades sociais profundas. O sonho do Brasil-potência transformara-se em pesadelo (Luca, 2001, p. 94).

Figura 5 – Principais bibliografias negacionistas e revisionistas



Fonte: Imagens extraídas da internet, 2024

De um modo geral, essas produções bibliográficas foram uma reação dos militares à historiografia oficial, distorcendo o conhecimento histórico e negando fatos importantes sobre a ditadura, tentando dar uma aparência de controvérsia científica, porém sem nenhuma credibilidade metodológica. Contudo, essa tentativa de criar uma história alternativa acabou gerando repercussões na memória coletiva e histórica do fato histórico. É o que será tratado na próxima na subseção.

4.3 MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRICA DO GOLPE

Após 60 anos do Golpe Civil-Militar, as repercussões das memórias coletivas sobre este passado recente ainda ecoam na realidade política e social do país. Essas lembranças estão inseridas numa rede de poder e se tornaram objetos de disputas acirradas e de tensões nos últimos anos.

Mesmo com várias produções bibliográficas, a memória negacionista e revisionista do golpe, de uma forma geral, permaneceu isolada e restrita a diversas camadas militares e fragmentadas na sociedade civil, não encontrando receptividade na maioria da população. Em 2012, quando foi instalada a Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo era realizar investigações sobre os vários crimes cometidos pelo Estado brasileiro entre os anos de 1937 e 1985, houve uma sensível mobilização de grupos negacionistas sobre a ditadura militar brasileira (Pereira, 2015). Todavia, após a vitória nas eleições de 2018, o presidente eleito Jair Bolsonaro começou a colocar em dúvida a questão do episódio de 1964, reacendendo a versão de uma revolução militar e enaltecendo o papel dos militares no acontecimento e durante todo o regime.

A negação do passado autoritário recente foi um dos eixos de constituição do bolsonarismo como um fenômeno político de extrema-direita, capaz de agregar forças sociais diversas como comunidades evangélicas, grande parcela do empresariado, militares e agronegócio (Klem; Pereira; Araújo, 2020). Foi um momento oportuno para que esta memória coletiva negacionista, de caráter “subterrâneo” (Pollak, 1992) até então, despertasse, ganhasse força e circulasse no espaço público, confrontando com a memória histórica oficial, agora de forma mais intensa, impulsionada pelas novas TICs e pelos discursos e pronunciamentos do próprio chefe do executivo e membros do seu governo.

É inegável que a ação dos movimentos negacionistas e revisionistas, juntamente com o atual contexto informacional influenciado pelo fenômeno da pós-verdade, geram um clima de dúvidas e desconfianças, abalando o conhecimento histórico consolidado sobre o fato e permitindo a construção e mobilização de memórias coletivas contrárias à versão oficial.

Quando a confusão e a falta de confiança nas fontes se instalam, as portas ficam abertas para que a desinformação tome o comando. Todas as espécies de conteúdos duvidosos e mesmo perigosos se propagam longe do controle das formas de escrutínio tradicionais (Santaella, 2018, p. 31).

No caso de 1964, a estratégia consiste em buscar legitimar a ação civil-militar e desvincular o regime de seu caráter ditatorial, associando o mesmo a uma fase de crescimento econômico, ordem social e orgulho patriótico. Percebe-se que, de 2019 a 2022, houve um fortalecimento e coesão dessa memória coletiva antigolpista no país. Este fato pode ser comprovado quando se observa o resultado final das eleições presidenciais de 2022, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, com 50,90% dos votos válidos em segundo turno, superando o então presidente Jair Bolsonaro, com 49,10%, tornando o referido pleito eleitoral como o mais disputado da história do Brasil (Perillo; Vinhal, 2022).

O que mais chama a atenção é que, mesmo perdendo a eleição, o discurso bolsonarista anticientífico e anti-histórico encontrou adesão em quase metade da população brasileira. Em muitos momentos, tanto antes quanto depois dos resultados das urnas, foram observadas manifestações que pediam uma intervenção militar no país e o retorno da ditadura. Esses movimentos demonstram que a memória histórica do golpe sofreu fortes impactos com o processo de desinformação promovido pelos grupos negacionistas.

Vale destacar que o fortalecimento de uma memória coletiva não se resume apenas na lembrança de fatos e circunstâncias, mas envolve também uma atitude ou apreciação valorativa, que representa uma influência do presente, com as suas preocupações e necessidades, à construção da memória buscada no passado. No caso do Golpe de 1964, alguns sujeitos, principalmente aqueles que vivenciaram o fato, comparam o passado e o presente com algumas argumentações, tais como: “naquele tempo, eu era feliz e não sabia” ou então “não havia tanta violência como nos dias de hoje”. O reconhecimento ou a lembrança das “coisas boas” do regime militar pelas quais ele foi diretamente responsável, dá conta dessa dimensão

valorativa no processo de fortalecimento da memória coletiva e, até mesmo, na construção de uma memória histórica (Sá *et al.*, 2008).

De fato, as pessoas possuem uma tendência natural a acreditar em informações que confirmam ou correspondam melhor as suas crenças e concepções. Da mesma forma, também tem uma propensão a descartar tudo o que contradiz a sua visão de mundo. Isso acontece porque se busca, na maioria das vezes, satisfazer apenas determinadas necessidades perceptivas ao invés de avaliar objetivamente a veracidade das informações (Guimarães Junior; Miranda, 2018, p. 6413).

Sendo assim, a atitude valorativa da memória que se tem de algum fato histórico pode contribuir para a conformação de certas impressões e representações presentes até os dias de hoje na memória social do período. Além disso, ela também se torna fundamental para a assimilação ou não de ideias negacionistas ou revisionistas, podendo até refletir nas memórias coletivas dos indivíduos que não vivenciaram o acontecimento, ou seja, vivenciaram “por tabela” (Pollak, 1992).

Em meio a essas disputas de narrativas e diante de muita desinformação, encontram-se indivíduos que nem sempre possuem uma formação crítica suficiente para analisar as informações que chegam até eles. Assim, aliado ao negacionismo que atinge as mais diversas áreas do conhecimento científico, o revisionismo histórico, distante da metodologia historiográfica, ganha, reiteradamente, mais espaço e força. Esse revisionismo de cunho ideológico responde a projetos de poder, que também buscam, nos espaços de educação, legitimar suas narrativas como verdadeiras ou elucidativas.

5 CONSTRUCTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Conforme tratado inicialmente, o objetivo desta pesquisa é compreender como uma memória coletiva e histórica pode ser alterada ou desconstruída através de processos de desinformação. A referência utilizada são os discursos e pronunciamentos feitos pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro e membros do seu governo durante o período de 2019 a 2022, relacionados ao Golpe Civil-Militar ocorrido no Brasil em 1964.

Entretanto, é importante ressaltar que a eleição presidencial de 2018 foi marcada pela desinformação em grande escala. O então candidato Bolsonaro

usou de forma massiva conteúdos de desinformação disseminados de forma estratégica a partir do uso de dados pessoais e muito recurso para impulsionar e disparar essas mensagens para milhões de pessoas. Mais do que em nenhuma outra eleição documentada na história democrática do país, em 2018 as notícias falsas se transformaram em tática eleitoral de largo alcance, graças ao uso massivo das redes sociais na internet e do uso de dados pessoais privados para definir as estratégias de direcionamento (Rodrigues *et al.* 2020, p. 37).

Após a vitória nas urnas e no decorrer de todo o governo, a desinformação prosseguiu firme e forte. De acordo com “Aos Fatos”, que é uma plataforma jornalística de investigação de campanhas de desinformação e de checagem de fatos, “em 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas” (Aos Fatos, 2022).

Portanto, diante da possibilidade de se conhecer mais a respeito de um fenômeno que não é recente, mas que ganhou novas proporções nesta era digital, que é a desinformação, bem como relacioná-la ao contexto da memória e da informação para alcançar os objetivos propostos, optou-se por uma metodologia que pudesse analisar discursos e pronunciamentos provenientes do próprio Governo sobre o evento histórico de 1964.

Na abordagem da dinâmica de um determinado problema social, há várias formas de análise, dentre elas, a análise de conteúdo. Este procedimento analítico foi iniciado por Harold Laswell com estudos sobre materiais jornalísticos e a propaganda durante a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Porém, foi com Laurence Bardin que esta metodologia alcançou popularidade. De acordo com esta autora (2009), a análise de conteúdo não é um instrumento, mas um conjunto de técnicas de análise para um campo muito amplo de aplicação: as comunicações.

Sendo assim, “o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido” (Franco, 2021, p. 20).

Diante do grande volume e da diversidade de formas que apresenta a comunicação interpessoal, a análise de conteúdo demonstrou ser um procedimento adequado para os propósitos dessa pesquisa, pois “dentre alguns exemplos que comportam análise de conteúdo [...] detecção de intenções em um discurso político” (Richardson, 2012, p. 225).

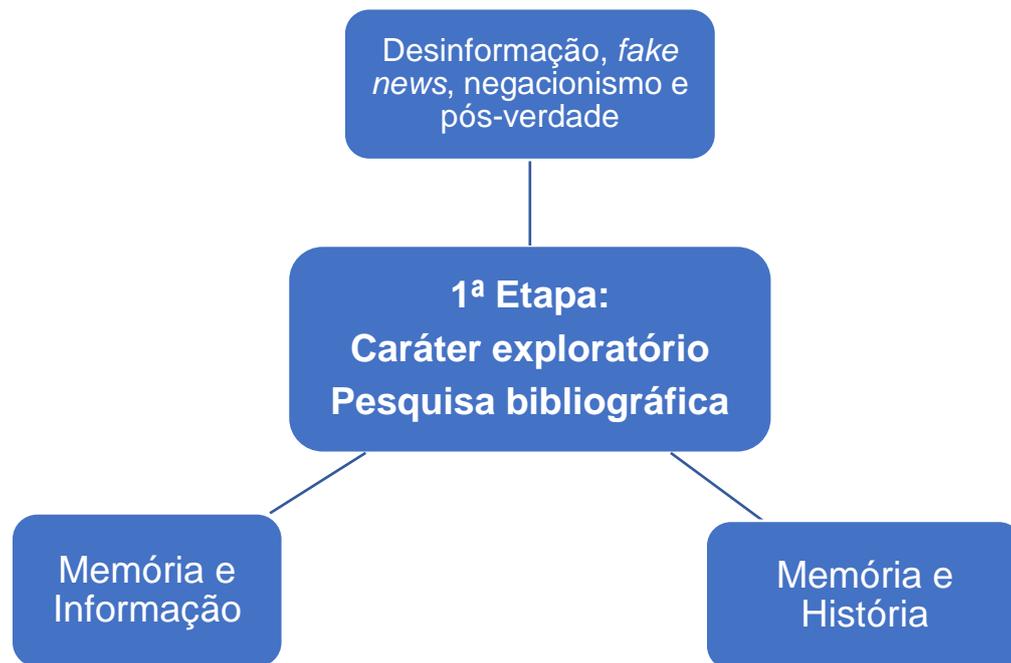
Na próxima subseção, serão apresentadas as descrições de cada etapa e as características da pesquisa quanto ao tipo, à abordagem, aos objetivos, às fontes e o percurso utilizado na análise de conteúdo.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Uma pesquisa científica pode ser classificada de acordo com diferentes critérios. Tendo em vista o objetivo geral da pesquisa, pode se enquadrá-la em três categorias: exploratória, descritiva e explicativa.

A pesquisa de caráter exploratória consiste em “fazer a primeira aproximação de um tema e visa a criar maior familiaridade em relação a um fato, fenômeno ou processo” (Santos, 2006, p. 25). Este tipo de pesquisa envolve grandes levantamentos bibliográficos, citações e exemplos que facilitem a compreensão do assunto.

A primeira etapa deste trabalho foi enquadrada como exploratória, pois a relação entre desinformação, memória e informação ainda é frágil na literatura tanto da Ciência da Informação quanto de áreas correlatas como a História. Além disso, este caráter de exploração também visou construir hipóteses sobre o tema ou fenômeno estudado para que outras pesquisas possam testar e validar (Gil, 2017). A Figura 6, a seguir, sintetiza a visão geral desta primeira etapa.

Figura 6 – 1ª Etapa da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

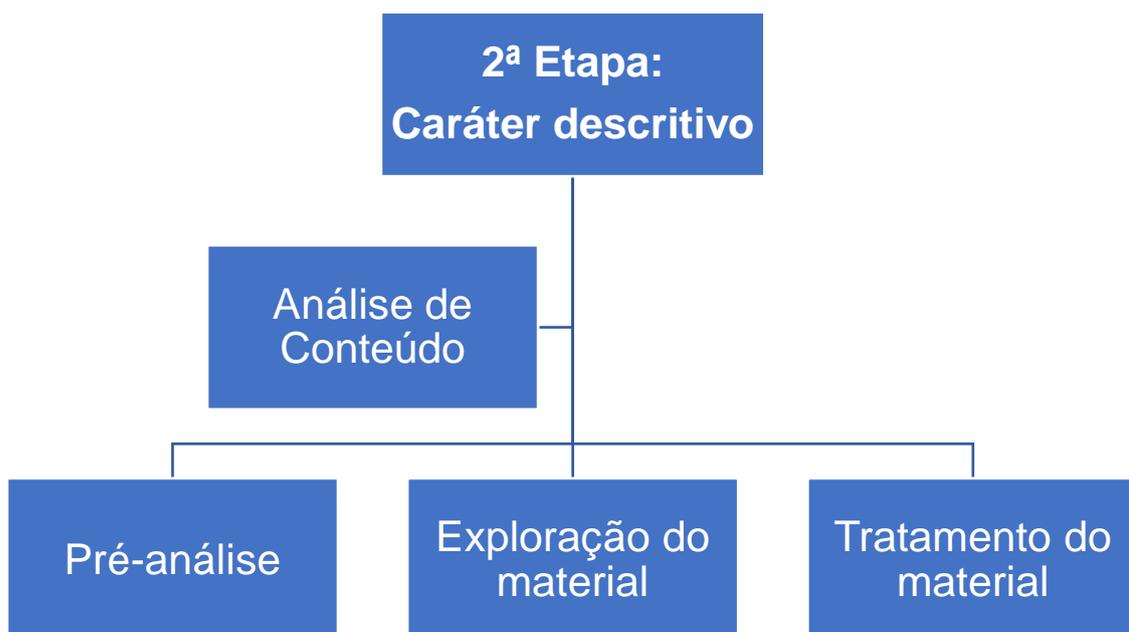
Nesta etapa inicial, foram realizadas revisões bibliográficas, elaboradas “com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema” (Gil, 2017, p. 28). Estas revisões se basearam em estudos de referência como também nas publicações mais recentes sobre desinformação, *fake news*, negacionismo científico, pós-verdade e revisionismo histórico, articuladas de forma teórica e conceitual com os estudos sobre memória e informação na CI. Com base nestas análises bibliográficas, também foi abordado a diferença entre memória e história e o processo de desinformação, representado pelo negacionismo e revisionismo ideológico, no campo historiográfico.

É preciso salientar ainda que a pesquisa bibliográfica “é elaborada com base em material já publicado” (Gil, 2017, p. 28), tendo como fontes utilizadas para este trabalho os livros, trabalhos acadêmicos, reportagens na internet e, principalmente, artigos científicos em periódicos da área de Ciência da Informação, Comunicação, História, Sociologia e Linguística, pertinentes a proposta da pesquisa. A maioria dos trabalhos científicos, pelo menos em sua fase inicial, assume uma natureza exploratória, “constituindo-se da primeira etapa de uma investigação mais ampla” (Lira, 2014, p. 25).

Por outro lado, a pesquisa classificada como descritiva “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (Gil, 2017, p. 26). De um modo geral, as pesquisas descritivas visam aprofundar o conhecimento sobre assuntos já explorados nas pesquisas exploratórias, buscando características e modelos que melhor possam descrevê-los. Normalmente, essa pesquisa é “feita na forma de levantamento ou observações sistemáticas do fato/fenômeno/processo escolhido” (Santos, 2006, p. 26).

Sendo assim, a segunda etapa deste trabalho foi enquadrada como descritiva, pois caracterizou-se pela aplicação da análise de conteúdo no que se refere a pré-análise, exploração e tratamento do material da pesquisa. De acordo com Gil (2017, p. 26), “são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”. Neste sentido, citações e referências diretas e indiretas, relacionadas ao negacionismo histórico do Golpe Civil-Militar de 1964, emitidas pelo Governo, representa a opinião do grupo que está no poder, na tentativa de desconstruir ou manipular uma determinada memória coletiva histórica da sociedade. A Figura 7, a seguir, sintetiza a visão geral desta segunda etapa.

Figura 7 – 2ª Etapa da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Geralmente, as pesquisas descritivas são utilizadas para estabelecer relações entre construtos ou variáveis nas pesquisas quantitativas, estas caracterizadas “pelo emprego da quantificação na coleta de informações por meio de técnicas estatísticas” (Lira, 2014, p. 26). Entretanto, quando realizadas de forma qualitativa, tendem a utilizar mapas, modelos ou quadros descritivos para categorizar características (Gil, 2017). Vale destacar que a pesquisa qualitativa “busca a compreensão dos fenômenos e o modo de interpretá-los, não utilizando instrumentos estatísticos para o processo de análise de um problema de pesquisa” (Lira, 2014, p. 26).

Nesta segunda etapa, foi utilizado um tipo de abordagem que usa tanto os métodos quantitativos quanto qualitativos, com o intuito de uma análise mais aprofundada sobre o assunto pesquisado. Apesar das pesquisas quantitativas e qualitativas serem normalmente aplicadas de maneira separada, elas possuem pontos de convergência e podem se complementar, enriquecendo a análise e as discussões finais (Minayo, 1997), sendo chamadas de quali-quantitativa, devido a esta abordagem mista. A própria “análise de conteúdo visa a um tratamento quantitativo que não exclui uma interpretação qualitativa” (Richardson, 2012, p. 237).

5.2 FASES DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

De acordo com o modelo de Bardin (2009), a análise de conteúdo está organizada em três fases: 1) uma pré-análise; 2) uma exploração do material; 3) um tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A **pré-análise** é o momento da organização do material da pesquisa. Esta primeira fase compreende quatro objetivos e/ou procedimentos: a leitura flutuante, que é o primeiro contato com os documentos a serem analisados; a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, que consiste na constituição de um *corpus*⁴; a formulação das hipóteses e dos objetivos, a partir da leitura inicial dos dados; e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final do material analisado (Bardin, 2009).

⁴ Conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos (Bardin, 2009, p. 122).

Nesta pesquisa, a pré-análise foi caracterizada pela escolha e leitura do material a ser analisado. A opção foi pelos discursos e pronunciamentos⁵ realizados pelo próprio Presidente da República e por membros do seu governo, de 2019 à 2022, arquivadas no site do Governo Federal (<https://www.gov.br/planalto/pt-br>). Acessando a aba “**Acompanhe o Planalto**”, dentre vários acessos foram localizados os “Discursos” e os “Pronunciamentos”. Tanto na aba “**Discursos**” quanto na aba “**Pronunciamentos**”, foram encontrados todos os textos referentes as duas categorias no período supracitado. Realizada a leitura minuciosa dos textos, foram extraídas as citações que faziam alusões direta e indireta sobre o contexto do Golpe Civil-Militar de 1964 e suas consequências na história do Brasil.

Além desses discursos e pronunciamentos do próprio Presidente, contidos no site oficial do Governo Federal, foram também rastreados na internet, matérias e declarações advindas de membros do Governo sobre o referido evento histórico. Esse material foi encontrado em redes sociais como o *Twitter*, na plataforma *YouTube* e em documentos oficiais como a Ordem do Dia.

Na sequência da análise de conteúdo, a fase de **exploração do material** “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2009, p. 127). Nesta fase, ocorre a análise propriamente dita, classificando as informações necessárias em categorias simbólicas ou temáticas. Vale ressaltar que “a criação de categorias é o ponto crucial da análise de conteúdo” (Franco, 2021, p. 68).

Nesta pesquisa, a exploração do material consistiu na criação de três categorias de análise sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, que refletem “as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características das mensagens” (Franco, 2021, p. 79):

- a) **citações diretas**: o fato histórico é citado de forma direta, clara e objetiva, conforme a versão dos defensores da “revolução de 1964”;
- b) **citações indiretas**: são citados os elementos simbólicos relacionados ao contexto do fato histórico e de suas consequências, de acordo com a visão dos que não aceitam o golpe civil-militar;

⁵ Segundo o Minidicionário Aurélio (2010), discurso é uma “peça oratória proferida em público; exposição metódica sobre certo assunto”. A referida obra também define pronunciamento como “ato ou efeito de pronunciar-se ou manifestar sua opinião”. Enquanto esta última refere-se a um tipo de declaração ou anúncio, a primeira tem um caráter de argumentação, demonstração ou persuasão.

c) **mensagens de autovalorização**: são citações que defendem e valorizam o papel e a atuação dos revisionistas do fato histórico.

O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, representa a última fase da análise de conteúdo e consiste na compreensão dos conteúdos explícitos e ocultos contidos em todo o material pesquisado. É o momento de “propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos –, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 2009, p. 127).

Nesta etapa da análise, são apresentadas as interpretações dos resultados obtidos, de forma quali-quantitativa, buscando compreender o fenômeno através do significado das citações e da sua quantidade em cada contexto pesquisado. Vale destacar que os aspectos do contexto quantificados se referem ao ano em que foi proferido e ao tipo de comunicado (discurso ou pronunciamento).

Para se ter uma visão geral da configuração da análise de conteúdo desta pesquisa, observar o Quadro 9, a seguir:

Quadro 9 – Configuração da análise de conteúdo

Análise de conteúdo		
Fases	Caracterização	Aplicação
Pré-análise	Leitura flutuante	Textos e citações que fazem referência direta e indireta sobre o Golpe Civil-Militar de 1964 em: Discursos e pronunciamentos do Presidente da República de 2019 à 2022; Declarações de membros do Governo Federal no referido período.
	Escolha dos documentos	
	Formulação dos objetivos	
	Elaboração de indicadores	
Exploração do material	Criação das categorias	Citações diretas
		Citações indiretas
		Mensagens de autovalorização
Tratamento dos resultados	Apresentação e interpretação dos resultados	Resultados quantitativos e qualitativos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Os resultados das fases da análise de conteúdo desta pesquisa serão expostos e discutidos na próxima seção.

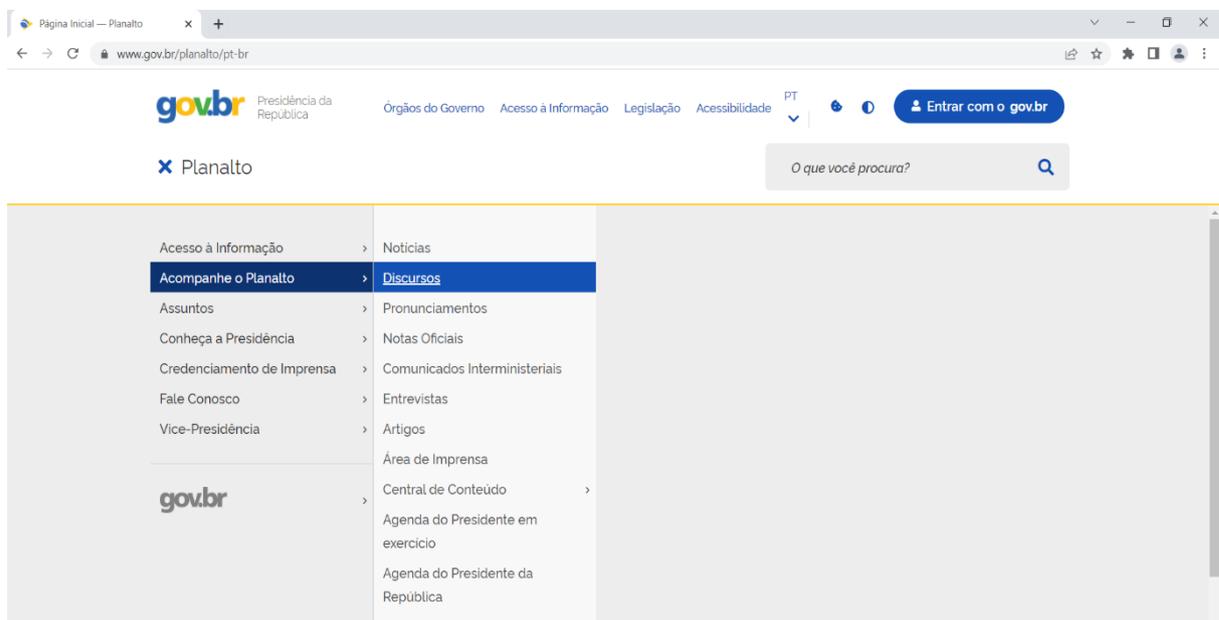
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentados os resultados da análise de conteúdo do material pesquisado. Nas fases de pré-análise e de exploração do material, os dados foram analisados de forma quali-quantitativa, ou seja, além do conteúdo das citações, a análise também levou em consideração a quantidade de incidências das mesmas em cada contexto: ano, local de publicação, número de discursos e de pronunciamentos.

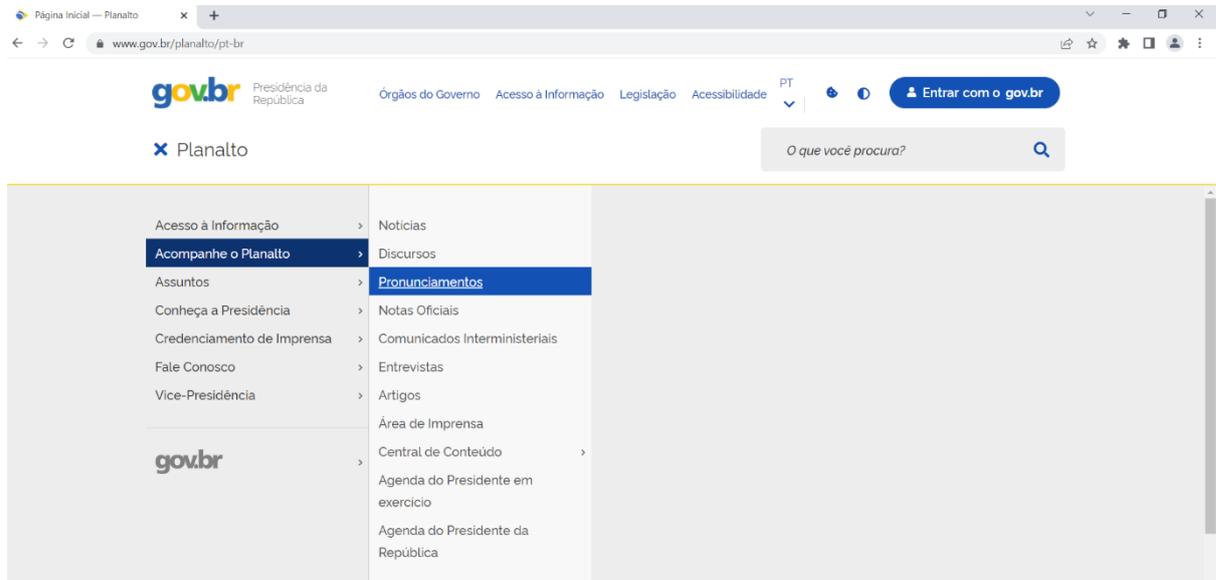
6.1 PRÉ-ANÁLISE

Nesta fase, foram realizadas leituras em todo o material contido nas abas “**Discursos**” e “**Pronunciamentos**” do site do Governo Federal, de janeiro/2019 à dezembro/2022, conforme as Figuras 8 e 9, a seguir:

Figura 8 – Imagem do site do Governo Federal – Discursos



Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos>

Figura 9 - Imagem do site do Governo Federal – Pronunciamentos

Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos>

Na Figura 8, na aba “**Discursos**”, foram encontrados 633 discursos proferidos pelo Presidente de 2019 à 2022, em cerimônias, solenidades, lançamento de projetos e inauguração de obras. Já na aba “**Pronunciamentos**”, foram encontrados 33 pronunciamentos proferidos pelo Chefe do Poder Executivo Federal e por alguns de seus ministros em cadeia de Rádio e TV no referido período. Ver Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Número de discursos e pronunciamentos

ANO	DISCURSOS	PRONUNCIAMENTOS
2019	205	8
2020	130	7
2021	161	11
2022	137	7
TOTAL	633	33

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Dos 633 discursos, foram identificados 82 que continham citações diretas e indiretas relacionadas ao Golpe Civil-Militar de 1964. E dos 33 pronunciamentos, foi encontrado apenas 03 sobre o referido evento. Ver Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Citações do golpe em discursos e pronunciamentos

ANO	DISCURSOS	PRONUNCIAMENTOS
2019	25	0
2020	07	2
2021	27	0
2022	23	1
TOTAL	82	3

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Em várias ocasiões, houve bloqueio no acesso a essas informações no site do Governo Federal e os próprios discursos eram retirados da página principal. Apenas no início do mês de dezembro/2022, o acesso voltou a normalidade e todo o material do período em estudo ficou disponível.

Além da pesquisa no site oficial, também foram rastreadas na internet citações emitidas por membros do governo alusivas ao Golpe Civil-Militar durante o mesmo período. No buscador do Google, foram utilizadas três frases, relacionadas aos objetivos deste trabalho:

- a) “*citações do governo sobre o golpe de 64*”;
- b) “*negacionismo do golpe militar*”;
- c) “*revolução de 64*”.

Foram encontradas três citações sobre o referido evento, emitidos por membros não-identificados do governo, por um ministro e pelo Vice-Presidente da República Hamilton Mourão. Essas citações foram publicadas em locais diferentes. Ver Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 – Citações do golpe em outras fontes

ANO	CITAÇÕES	LOCAL
2019	1	<i>WhatsApp</i>
2020	0	---
2021	0	---
2022	2	Ministério da Defesa = 1 / <i>Twitter</i> = 1
TOTAL	3	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

6.2 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Após a identificação das citações referentes ao Golpe Civil-Militar de 1964 em discursos e pronunciamentos no site oficial como também em outros locais, foram extraídos os trechos e classificados em três categorias:

- a) **Citações diretas:** quando o fato histórico é citado de forma objetiva e direta no decorrer de um discurso ou de um pronunciamento;
- b) **Citações indiretas:** quando as causas e consequências do contexto do fato histórico é citado através de elementos simbólicos no decorrer de um discurso ou de um pronunciamento;
- c) **Mensagens de autovalorização:** são citações ou referências que valorizam o papel e a atuação dos grupos que defenderam o fato histórico (negacionistas e revisionistas ideológicos).

6.2.1 Citações diretas

No Quadro 10, a seguir, são apresentadas as citações diretas do Presidente Jair Bolsonaro sobre o fato histórico. Representam a sua visão a respeito do que ocorreu em 1964. As referidas citações foram identificadas e extraídas de discursos realizados em cerimônias e reuniões durante o seu governo.

Quadro 10 – Citações diretas de Bolsonaro em discursos

<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a cerimônia de posse do Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional</p> <p>Foz do Iguaçu/PR, 26 de fevereiro de 2019</p>
<p><i>“Isso tudo, as primeiras tratativas começaram ainda lá atrás no Governo do Marechal Castelo Branco, o homem que foi eleito presidente da República do Brasil no dia 11 de abril de 1964 e tomou posse no dia 15 de abril de 1964. Tudo à luz da Constituição vigente naquele momento”.</i></p>
<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Cerimônia de Lançamento do novo FGTS e liberação do PIS/PASEP</p> <p>Brasília/DF, 24 de julho de 2019</p>
<p><i>“Amanhã quinta-feira, estaremos em Manaus, vendo a questão da Suframa. Criado em 1967 pelo presidente Castelo Branco, eleito à luz da Constituição de 46, em uma sessão da Câmara Deputados, no dia 11 de abril de 64 onde ele teve a honra de contar com os votos de Ulysses Guimarães e Juscelino Kubitschek. No dia 15 de abril de 64, Castelo Branco assumiu o governo e recebeu então a presidência das mãos do então deputado federal Ranieri Mazzilli. Isso é história”.</i></p>

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Reunião do Conselho de Administração da Suframa

Manaus/AM, 25 de julho de 2019

“Lá atrás, o governo militar, sabendo disso, resolveu em 1967 criar a Zona Franca de Manaus. É isso mesmo? O Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, eleito presidente da República, no dia 11 de abril de 64, de acordo com a Constituição de 46, tendo inclusive votado nele Juscelino Kubitschek e também o Ulysses Guimarães”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Abertura do 29º Congresso e ExpoFenabrave

São Paulo/SP, 06 de agosto de 2019

“Quando falaram em ditadura militar, eu havia decorado o primeiro parágrafo da matéria publicada na capa do jornal O Globo de 7 de outubro de 1984, nos finais do governo Figueiredo, onde Roberto Marinho começa: “participamos da revolução democrática de 64” e por aí vai”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Abertura do Debate Geral da 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)

Nova Iorque/EUA, 24 de setembro de 2019

“Há poucas décadas tentaram mudar o regime brasileiro e de outros países da América Latina. Foram derrotados! Civis e militares brasileiros foram mortos e outros tantos tiveram suas reputações destruídas, mas vencemos aquela guerra e resguardamos nossa liberdade”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de assinatura de acordos da Nova Fase da Operação Acolhida

Palácio do Planalto, Brasília/DF, 02 de outubro de 2019

“Em outros países, como já tivemos momentos outros aqui, no Brasil, quem manteve a democracia e a liberdade foram as suas Forças Armadas.

[...]

O Brasil, peço a Deus, com a ajuda de todos, não flerte mais com o socialismo. Porque tem certas coisas que, depois de experimentá-la para se livrar dela é muito difícil e, por vezes, quase impossível”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Abertura da I Feira de Sustentabilidade do Polo Industrial de Manaus

Manaus/AM, 27 de novembro de 2019

“Em 1957, com Juscelino, foi concebida, então, a Zona Franca de Manaus. E ela foi efetivada em 1967, pelo Presidente da República eleito no dia 11 de abril de 1964, à luz da Constituição de 1946. Como eu sempre digo: a verdade nos libertará. Então, a Zona Franca, em Manaus, nasceu, de fato, foi implementada de fato em 1967”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em Declaração à Imprensa na Solenidade Alusiva ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

Palácio do Planalto, Brasília/DF, 24 de novembro de 2021

“Até na imprensa saiu que eu queria botar matéria da ditadura militar, não vou discutir se foi ou não foi ditadura militar, mas eu queria botar sim uma questão lá. Se pudesse é: quem foi o primeiro general que assumiu em 1964? Foi Castello Branco. Em que data? Eu queria botar lá, duvido que a imprensa acertaria se fosse fazer a prova. Foi 31 de março, 1º de abril, 2 de abril ou quinze de abril? Eu acho que o pessoal, eu acho não, a maioria ia errar. Porque vão me falar 31 de março. O que eu quero com isso não é discutir o período militar, é começar a história do zero. Foi dia 15 de abril, depois de uma eleição de 11 de abril, onde o Castelo Branco foi votado pela Câmara [dos Deputados] e pelo Senado [Federal] e foi escolhido Presidente da República à luz da Constituição de 46 ou 47. 46, obrigado aí. A História do Brasil e olhem só por volta de 2012, acreditem se quiser, um projeto de decreto legislativo foi apresentado por um parlamentar de um partido de esquerda. E ali o que visava este decreto? Anular a sessão de 2 de abril de [19]64. Ué, anular a sessão de 2 de abril de [19]64, pelo amor de Deus, o que é isso? E o que foi essa sessão? Foi a sessão que tornou vaga a cadeira de João Goulart. Isso é história, não adianta A ou B querer contar de forma diferente, é uma história. Bem, eu fui o único a falar contra naquele momento, alguns poucos falaram mas quem foi com mais ênfase foi eu. Contrário essa proposta. E que que eu falei naquele momento? Stalin apagava fotos, o Congresso tá apagando fatos e fui correndo na biblioteca e peguei uma cópia do Diário do Congresso de 2 de abril de [19]64 e tenho até hoje comigo. A história não tá apagada graças a mim. Isso a garotada tem que saber, o que aconteceu depois é outra história. Não tem governo 100% certo, que acerta tudo”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Ato Alusivo à Cerimônia de oficialização de saída de ministros

Brasília/DF, 31 de março de 2022

“Hoje são 31 de março. O que aconteceu nesse dia? Nada! A história não registra nenhum presidente da república tendo perdido o seu mandato neste dia. Por que tão a mentira? A quem ela se presta? O Congresso Nacional, no dia 02 de abril de 64, votou pela vacância de João Goulart, com voto, inclusive, de Ulisses Guimarães. Quem assumiu o governo neste dia? Não foi nenhum militar, foi um deputado federal, presidente da Câmara de nome Ranieri Mazzili. Por que omitir isso? O que aconteceu no dia 11 de abril de 64? Tinha eleições indiretas na Câmara dos deputados, no Congresso nacional, à luz da Constituição de 1946. E ali também com voto de Ulisses Guimarães, o Congresso, com quase 100% dos presentes, elegeu o marechal Castelo Branco como Presidente da República, à luz da Constituição de 1946. E ele só tomou posse no dia 15 de abril de 64. E prosseguiu a história! Todos aqui tinham o direito, deputado Daniel Silveira, de ir e vir e

sair do Brasil, de trabalhar, de constituir família, de estudar, como muitos aqui estudaram naquela época. O que aconteceu, imprensa brasileira, no dia 07 de outubro de 1984 houve um editorial na capa do jornal O Globo, assinado pelo jornalista Roberto Marinho, "julgamento da revolução". E ele expôs ali toda a verdade. E a história seguiu. Quem esteve no governo naquela época fez a sua parte. O que seria do Brasil sem as obras do governo militar? Não seria nada! Seríamos uma republiqueta!"

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Ato Alusivo à Cerimônia de abertura da 36ª Edição da APAS Show

São Paulo/SP, 16 de maio de 2022

"Eu até digo, estou lá no Palácio do Alvorada, me sinto como um prisioneiro sem tornozeleira eletrônica, mas eu entendo que isso é uma missão, nós temos que tentar mudar o Brasil, não temos outra alternativa, o que tentaram nos roubar em 64, tentam nos roubar agora. Lá trás pelas armas, hoje pelas canetas. Liberdade de expressão, outro dia vieram falar para mim, olha, e quem levanta uma faixinha de AI-5?"

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na cerimônia de Lançamento do Programa Brasil pela Vida e pela Família

Brasília/DF, 7 de junho de 2022.

"Esse outro lado fala em desarmar a população. Não deu certo a política de desarmamento. O Chile está sendo desarmado agora. Todas as ditaduras precederam de movimentos desarmamentistas. Povo armado jamais será escravizado. Ninguém desarma o povo americano. Não adianta aparecer por lá alguém com espírito de ditador, que não vai dar certo. O Brasil tem que criar esse espírito também. Tenho falado para todos os meus ministros: em 64, tentaram tomar o poder pelas armas; agora, as armas que usam são as armas da democracia".

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

O Quadro 11, a seguir, apresenta um trecho de um pronunciamento realizado no rádio e na TV, no qual o Presidente Jair Bolsonaro fala diretamente sobre os antecedentes do fato histórico. É importante ressaltar que foi a única citação direta do presidente em cadeia nacional sobre os eventos de 1964 e pronunciados numa data simbólica para o país (a independência do Brasil).

Quadro 11 – Citações diretas de Bolsonaro no rádio e na TV

<p>Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro</p> <p>07 de setembro de 2020</p>
<p><i>“Nos anos 60, quando a sombra do comunismo nos ameaçou, milhões de brasileiros identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, foram às ruas contra um país tomado pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”.</i></p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

O Quadro 12, a seguir, apresenta alguns pronunciamentos de membros do governo sobre o Golpe Civil-Militar de 1964. Essas falas estão disponíveis na internet e foram publicadas em datas comemorativas do país.

Quadro 12 – Citações diretas de membros do governo

<p>Em 1º de abril de 2019, o Palácio do Planalto divulgou um vídeo para lembrar o dia 31 de março de 1964, quando os militares assumiram o poder. O conteúdo foi divulgado em um grupo de WhatsApp utilizado pelo governo para distribuir informações jornalísticas. A secretária de imprensa não soube dizer quem produziu e enviou a mensagem. O vídeo também foi compartilhado nas redes sociais do deputado federal, Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro.</p> <p>Disponível em: https://youtu.be/lusk7LeoUOw</p>
<p><i>“Havia sim muito medo no ar: greve nas fábricas, insegurança em todos os lugares. Foi aí que conclamaram em todos os jornais, rádios, TV's e principalmente pelo povo na rua, povo de verdade, pais, mães, igrejas, que o Brasil lembrou que possuía um exército nacional e apelou a ele. Foi só aí que a escuridão, graças a Deus, foi passando, passando, e fez-se a luz! A bandeira verde e amarela voltou a tremular e o medo deu lugar a confiança no futuro. O exército nos salvou! O exército nos salvou! Não há como negar! E tudo isso aconteceu num dia como o de hoje, num 31 de março. Não dá para mudar a história! O exército não quer palmas, nem homenagens. O exército apenas cumpriu o seu papel!”</i></p>
<p>ORDEM DO DIA alusiva ao dia 31 de março de 1964, emitida pelo Ministro de Estado da Defesa, Walter Souza Braga Netto</p> <p>Brasília (DF), 30/03/2022</p>
<p><i>“O Movimento de 31 de março de 1964 é um marco histórico da evolução política brasileira, pois refletiu os anseios e as aspirações da população da época. Analisar e compreender um fato ocorrido há mais de meio século, com isenção e honestidade de propósito, requer o aprofundamento sobre o que a sociedade vivenciava naquele momento. A história não pode ser reescrita, em mero ato de revisionismo, sem a devida contextualização. Neste ano, em que celebramos o Bicentenário da Independência, com o</i></p>

lema “Soberania é liberdade!”, somos convidados a recordar feitos e eventos importantes do processo de formação e de emancipação política do Brasil, que levou à afirmação da nossa soberania e à conformação das nossas fronteiras, assim como à posterior adoção do modelo republicano, que consolidou a nacionalidade brasileira. O século XX foi marcado pelo avanço de ideologias totalitárias que passaram a constituir ameaças à democracia e à liberdade. A população brasileira rechaçou os ideais antidemocráticos da intentona comunista, em 1935, e as forças nazifascistas foram vencidas na Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a relevante participação e o sacrifício de vidas de marinheiros, de soldados e de aviadores brasileiros nos campos de batalha do Atlântico e na Europa. Ao final da guerra, a bipolarização global, que fez emergir a Guerra Fria, afetou todas as regiões do globo, o que trouxe ao Brasil um cenário de incertezas com grave instabilidade política, econômica e social, comprometendo a paz nacional. Em março de 1964, as famílias, as igrejas, os empresários, os políticos, a imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), as Forças Armadas e a sociedade em geral aliaram-se, reagiram e mobilizaram-se nas ruas, para restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil, por grupos que propagavam promessas falaciosas, que, depois, fracassou em várias partes do mundo. Tudo isso pode ser comprovado pelos registros dos principais veículos de comunicação do período. Nos anos seguintes ao dia 31 de março de 1964, a sociedade brasileira conduziu um período de estabilização, de segurança, de crescimento econômico e de amadurecimento político, que resultou no restabelecimento da paz no País, no fortalecimento da democracia, na ascensão do Brasil no concerto das nações e na aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita pelo Congresso Nacional. As instituições também se fortaleceram e as Forças Armadas acompanharam essa evolução, mantendo-se à altura da estatura geopolítica do País e observando, estritamente, o regramento constitucional, na defesa da Nação e no serviço ao seu verdadeiro soberano – o Povo brasileiro. Cinquenta e oito anos passados, cabe-nos reconhecer o papel desempenhado por civis e por militares, que nos deixaram um legado de paz, de liberdade e de democracia, valores estes inegociáveis, cuja preservação demanda de todos os brasileiros o eterno compromisso com a lei, com a estabilidade institucional e com a vontade popular”.

Em 19 de abril de 2022, o Vice-Presidente da República Hamilton Mourão publicou em seu perfil no *Twitter* uma homenagem ao Dia do Exército.

“O Exército, com uma história de vitórias, desde Guararapes, quando índios, brancos e negros combateram os holandeses, passando pela Guerra do Paraguai, 2ª GM e pela Revolução Democrática de 1964 até os dias atuais, preserva a soberania e contribui com o Brasil. Parabéns ao EB!”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Nos Quadros 10, 11 e 12, acima, fica bastante evidente o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro e de membros do seu governo sobre o evento histórico. Para este grupo, não houve nenhum golpe ou ação militar. A versão defendida é que no dia 31 de março de 1964, João Goulart desistiu de ser presidente e quem assumiu a vaga foi Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados. No dia 11 de abril do mesmo ano, devido à vacância do cargo, o Marechal Castello

Branco foi eleito Presidente da República através de uma eleição indireta na própria Câmara, respaldada pela própria Constituição de 1946.

Ainda na visão do grupo, a ascensão dos militares ao poder foi necessária por conta da ameaça de implantação do regime comunista que rondava o Brasil. As famílias, as igrejas, a classe empresarial, a classe política, a imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), as Forças Armadas, enfim, a imensa maioria das instituições se uniram para o restabelecimento da ordem no país, promovendo uma verdadeira revolução. O papel desempenhado por civis e militares garantiram um legado de paz, liberdade, democracia e desenvolvimento econômico por mais de 20 anos no Brasil.

6.2.2 Citações indiretas

No Quadro 13, a seguir, são apresentadas as citações indiretas do Presidente Jair Bolsonaro sobre o fato histórico. São frases que associam o regime comunista à destruição dos valores da sociedade, à mudança da cor da bandeira brasileira, à crimes, corrupções e miséria e à perda da liberdade. Em contrapartida, enaltece o papel dos militares valorizando as realizações ocorridas durante o período ditatorial brasileiro.

As referidas citações indiretas foram identificadas e extraídas de discursos e pronunciamentos realizados em cerimônias, eventos, encontros, reuniões e solenidades durante o período de seu governo.

Quadro 13 – Citações indiretas de Bolsonaro em discursos

<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial</p> <p>Brasília, 1º de janeiro de 2019</p>
<p><i>“Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade. [...] Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela”.</i></p>
<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional</p>

Brasília, 1º de janeiro de 2019

“Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica.

[...]

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de transmissão do cargo de Ministro da Defesa, do senhor Joaquim Silva e Luna ao senhor General Fernando Azevedo

Brasília/DF, 02 de janeiro de 2019

“E, obviamente, em que pese alguns bons ministros civis que tivemos, prezado Raul Jungmann, como regra nós fomos um tanto quanto esquecidos. E esquecidos por quê? Porque as Forças Armadas, senhor Ministro Toffoli, senhora Raquel Dodge, nas Forças Armadas são, na verdade, um obstáculo para aqueles que querem usurpar do poder”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a reunião com a Sociedade de Fomento Fabril do Chile (SOFOFA)

Santiago/Chile, 23 de março de 2019

“Começou no governo Fernando Henrique Cardoso e agravou no Lula e Dilma a questão ideológica que tomou conta das universidades, inclusive das escolas do ensino fundamental. Crianças de 5 anos de idade eram doutrinadas no Brasil e tomou conta também da grande mídia. É difícil encontrar um jornalista da grande imprensa, que queira realmente discutir conosco, de igual para igual. Sempre tem um viés de esquerda nas discussões e que parece que eles não querem enxergar ou foram doutrinados demais de modo chegaram ao ponto que não tem como encontrar um ponto de inflexão voltar”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de entrega da Medalha do Mérito Industrial do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro/RJ, 20 de maio de 2019

“Falta nós, presidente, governador, prefeito, empenharmos cada vez mais, do que já estamos empenhando, para que os senhores tenham sucesso, para que os senhores produzam, realmente, aquilo de interesse de todos nós, que gere empregos, gere renda. Agindo dessa maneira, como ocorria no período militar 64/85, onde o desemprego era próximo de zero, a violência diminuía também”.

<p align="center">Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a cerimônia de Inauguração do Aeroporto Glauber Rocha</p> <p align="center">Vitória da Conquista/BA, 23 de julho de 2019</p>
<p><i>“Não aceitamos, obviamente, queira impor a nós o socialismo ou o comunismo. Não admitiríamos mudar a cor da nossa bandeira. Não podemos admitir qualquer partido, ACM Neto, que queira solapar os valores familiares”.</i></p>
<p align="center">Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, após a cerimônia de Inauguração do Aeroporto Glauber Rocha</p> <p align="center">Vitória da Conquista/BA, 23 de julho de 2019</p>
<p><i>“Lamento não estar presente aqui o governador da Bahia. Até porque não podemos concordar com quem quer mudar a cor da nossa bandeira, não vamos mudar a cor da nossa bandeira, a Bahia, o Nordeste, vai crescer porque serão, estão sendo, pela primeira vez tratados como iguais”.</i></p>
<p align="center">Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Solenidade de Entrega de Medalhas da Olimpíada Internacional de Matemática Sem Fronteiras 2019</p> <p align="center">Manaus/AM, 25 de julho de 2019</p>
<p><i>“E nesse momento, um grande incentivador dessa região, não podemos deixar de homenagear o nosso presidente Castelo Branco, que em 1967 criou a Zona Franca de Manaus. Se me permitem, uma salva de palmas ao Castelo Branco”.</i></p>
<p align="center">Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Revisão e Modernização das Normas Regulamentadoras da Saúde e Segurança do Trabalho</p> <p align="center">Palácio do Planalto, Brasília/DF, 30 de julho de 2019</p>
<p><i>“Porque o Estado que nós estávamos construindo até há pouco tempo é um Estado totalitário, um Estado socialista. Pelas leis, nós estávamos cada vez mais nos aproximando do socialismo e do comunismo, onde o Estado mandava em tudo e em todos”.</i></p>
<p align="center">Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Marcha para Jesus pela Família e pelo Brasil</p> <p align="center">Brasília/DF, 10 de agosto de 2019</p>

“A todo momento, a gente ouve essa esquerdalha, PT, PCdoB, PSOL, essa esquerdalha nojenta, falar que o Estado é laico. O Estado é laico, mas eu, Johnny Bravo, sou cristão”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia alusiva ao Projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí

Parnaíba/PI, 14 de agosto de 2019

“O Mão Santa me disse agora há pouco que nós vamos acabar com o cocô no Brasil. O cocô é essa raça de corruptos e comunistas. Nas próximas eleições, nós vamos varrer essa turma vermelha do Brasil. Já que na Venezuela está bom, vou mandar essa cambada para lá. Quem quiser ir um pouquinho mais para o Norte, vai para Cuba, lá deve estar muito bom também”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Celebração do Dia Internacional da Juventude

Palácio do Planalto, 16 de agosto de 2019

“E, complementando, nós temos uma relação muito boa com um país ao sul aqui, a Argentina. A simples indicação de uma prévia, que gente que tem o socialismo acima de tudo, gente, na política de lá, que ignora os valores familiares que, em grande parte, não respeita as religiões, voltando ao poder. E se voltar ao poder, nós já sabemos o que vai acontecer com a nossa querida Argentina. O que acontece com a nossa querida também Venezuela. Essa preocupação nós devemos ter. E a juventude tem que ser muito bem instruída e orientada para não embarcar nesse canto da sereia”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Lançamento da ID Estudantil

Palácio do Planalto, 06 de setembro de 2019

“E essa medida de hoje, apesar de ser, vamos assim dizer, uma bomba, mas é muito bem-vinda, veio do coração. E vai ajudar, inclusive, a evitarmos que certas pessoas promovam, nas universidades, o socialismo. Socialismo esse que não deu certo em lugar nenhum do mundo, e nós devemos nos afastar dele”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Encerramento do Curso Superior de Tecnólogo de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública da PM/SP

São Paulo/SP, 11 de outubro de 2019

“Combatemos a esquerda, que queria, pela força, roubar nossa liberdade, impondo um plano absoluto de poder. Perderam”.

<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade dos 300 dias de Governo</p> <p>Palácio do Planalto, 05 de novembro de 2019</p>
<p><i>“Naquela época, [19]74, os militares estavam em alta, o Brasil crescia quase 10% ao ano. Tínhamos paz, tínhamos prosperidade, pleno emprego. O Brasil voava”.</i></p>
<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a solenidade de Cumprimento aos Oficiais-Generais promovidos</p> <p>Palácio do Planalto, Brasília/DF, 09 de dezembro de 2019</p>
<p><i>“Acredito nos senhores e os senhores acreditam no Brasil. Os senhores são os responsáveis, como os nossos antepassados o foram também, pela garantia da democracia e da liberdade. Por momentos que beiram a tragédia ou que beiraram a tragédia em nosso País, as Forças Armadas sempre se fizeram presentes”.</i></p>
<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Visita à Confederação Nacional da Indústria - CNI</p> <p>Brasília/DF, 11 de dezembro de 2019</p>
<p><i>“Um governo que reconhece os seus militares, general Villas Bôas, coisa que não tínhamos até pouco tempo. E por que a classe militar era tão atacada? Porque nós éramos e somos o último obstáculo para o socialismo”.</i></p>
<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Entrega de Espadas aos formandos da Turma "José Vitoriano Aranha da Silva"</p> <p>Rio de Janeiro/RJ, 12 de dezembro de 2019</p>
<p><i>“As Forças Armadas, ao longo de décadas, foi maltratada, foi perseguida, mas, pela formação e pelo caráter, nós nos mantivemos em pé. E essa perseguição é simplesmente por uma coisa, é a busca por parte daqueles do poder absoluto, e sabem que nós militares somos o último obstáculo para o socialismo. Se o Brasil hoje é uma democracia e se temos a liberdade, em grande parte, devemos àqueles que nos antecederam”.</i></p>
<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Passagem de Comando da Operação Acolhida</p> <p>Palácio do Planalto Brasília/DF, 16 de janeiro de 2020</p>

“No dia 08 de maio de 1970 eu estava no colégio estadual de Eldorado Paulista, a 40 metros da Praça Nossa Senhora da Guia, por volta das 18 horas, quando passou por ali o terrorista Carlos Lamarca. Houve uma intensa troca de tiros entre os homens da segurança, naquela época Força Pública de São Paulo, e esses marginais que, naquele momento, não queriam roubar nada na cidade, queriam roubar a liberdade do povo brasileiro.

[...]

Mas as nossas Forças Armadas, em vários momentos da história, estiveram ao lado do povo brasileiro. Nós sempre fomos fiéis aos seus destinos, não abrimos mão da liberdade. E o que eles mais querem, mais tentaram, no passado, é exatamente isso: usar as armas da democracia, essa esquerda, para atingir o poder absoluto.

[...]

Eu peço a Deus que continue abençoando o nosso Brasil, abra a mente daqueles que ainda estão do lado da esquerda, essa maldita esquerda que não deu certo em lugar nenhum do mundo, e alguns teimam em querer fazer com que ela volte ao poder.

[...]

Não dê chance para essa esquerda, eles não merecem ser tratados como se fossem pessoas normais, que quisessem o bem do Brasil. Isso é mentira”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Almoço oferecido pelo Presidente da FIESP

São Paulo/SP, 03 de fevereiro de 2020

“Então, meu muito obrigado por essas Forças Armadas, que agora deixam de ser esquecidas. E, no passado, eram em parte perseguidas por que? Sim, as Forças Armadas era o último obstáculo para o socialismo”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Inauguração da Alça de ligação da Ponte Rio-Niterói à Linha Vermelha/RJ

Rio de Janeiro/RJ, 15 de fevereiro de 2020

“Aqui nós estamos falando de Costa e Silva que começou a ponte e foi inaugurada com Médici, ambos eleitos democraticamente de acordo com a Constituição de 1967, e no editorial de capa de Roberto Marinho publicado no O Globo de 07 de outubro de 1984, ele fala ali nas realizações do Governo Militar ou dos presidentes militares e o que deixa bem claro ali, além de o Brasil passar da quadragésima nona para oitava economia do mundo, quando se fala em infraestrutura basicamente o Brasil não existiria se não fosse aquelas obras realizadas pelos governos militares e de lá para cá, lamentavelmente, pouca gente tem o que falar sobre algo do Brasil a não ser sobre corrupção aí tem a vontade”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Encontro Comunitário

Miami/Flórida, 09 de março de 2020

“Na prova do Pisa, somos, não é um dos, somos o último dentro da América do Sul e fora da América do Sul. Somos o último, o último lugar, é sinal que o Paulo Freire não deu certo. Se a esquerda o trata como ídolo, é sinal que nós devemos desconfiar disso daí”.

Discurso do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Sessão de Abertura de Seminário Empresarial Brasil-Estados Unidos na Flórida

Miami/Flórida, 09 de março de 2020

“Temos um inimigo interno ainda forte, a esquerda. Combatemos duramente. Sabemos que não podemos dar trégua ou oportunidade para eles. Caso contrário, eles voltam. [...]

Temos um País agora cujo o governo respeita a família. Um governo que deve lealdade ao seu povo. Um governo que valoriza as suas Forças Armadas e um governo que acredita em Deus. Esse é o grande antídoto contra a esquerda, que busca a todo momento, apenas na luta do poder, escravizar sua população”.

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro

Palácio do Planalto, Brasília/DF, 24 de abril de 2020

“De vários partidos, exceto da extrema esquerda, porque o que eles querem, no final das contas, é roubar a nossa liberdade. No que depender de mim, não medirei esforços para que isso não aconteça”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entregas do Governo Federal para o estado do Maranhão

Imperatriz/MA, 29 de outubro de 2020

“Vocês, povo esse que nós devemos a mais absoluta lealdade, podem ter certeza eu vim também obviamente por graça de Deus e pelas mãos de muitos de vocês e nós vamos num curto espaço de tempo mandar embora o comunismo do Brasil”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entrega de Títulos de Propriedade em Alcântara

Alcântara/MA, 11 de fevereiro de 2021

“Indo para o encerramento, isso aqui nasceu em 1983 e mais uma das grandes obras que os cinco presidentes militares que tivemos no Brasil, grandes obras ao longo de 21 anos, onde vivia o regime de um pouco diferente do que vivemos hoje mais de muita responsabilidade com o futuro do seu País”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de entrada pelos portões dos novos Alunos da EsPCEx

Campinas/SP, 20 de fevereiro de 2021

“O que todos nós queremos, é trabalhar bem para o futuro do nosso Brasil. Alguns acham que eu posso fazer tudo. Se tudo tivesse que depender de mim, não seria esse o regime que nós estaríamos vivendo”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, Cerimônia de Entrega de 22 km da duplicação da BR-101 entre Feira de Santana/BA e Divisa/SE

26 de abril de 2021

“Porque o Brasil não pode e não vai parar, tenham certeza aí o pobre que estava falando que nossa bandeira não será vermelha, jamais será vermelha pode ter certeza disso”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Ato de Inauguração do Canal do Sertão Alagoano

13 de maio de 2021

“Estamos juntos para o que der e vier, ninguém ousa mudar a cor da nossa bandeira ou tentar tolher a nossa liberdade”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, Cerimônia de entrega de Títulos de Propriedade Rural no estado do Maranhão Parque de Exposições José Egídio Quintal

Açailândia/MA, 21 de maio de 2021

“O comunismo não deu certo em lugar nenhum no mundo, não vai ser no Brasil que ele vai dar certo, quando se fala em Partido Comunista vocês tem que ter aversão a isso e mostrar onde esse regime foi implementado o que sobrou para o povo, sobrou uma igualdade mas uma igualdade na miséria, na desesperança, na fome, na tristeza, na destruição de famílias, na destruição das religiões, tudo que não presta simboliza com a palavra que começa com C e termina com A, comunista”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Solenidade de Promoção à Graduação de Sargento da Escola de Especialistas de Aeronáutica

Guaratinguetá/SP, 21 de junho de 2021

“Com muito orgulho, estou aqui hoje vendo uma garotada, que agora se espalha pelos quatro cantos do Brasil, para levar patriotismo, para levar dedicação, para levar as cores da nossa bandeira verde e amarela, que é a cor que realmente nos dá o norte. Tenho certeza, a obrigação maior de todos nós militares, além de fazer cumprir a nossa Constituição, é garantir a nossa liberdade”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica Água nas Escolas

Palácio do Planalto, Brasília/DF, 02 de agosto de 2021

“Escolhas erradas! Populistas! Demagógicas, vendendo ilusão, prometendo o paraíso, dividir riqueza e renda? Alguém conhece algum empresário socialista? Algum empreendedor comunista?”

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entrega de Residenciais no Cariri

Juazeiro do Norte/CE, 13 de agosto de 2021

“Aqui na terra de Padre Cícero, sempre é bom lembrar, nós continuamos defendendo a bandeira do Padre Cícero. Sempre ao lado da família, defendendo a propriedade privada, a liberdade, Deus acima de tudo e combatendo o comunismo”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Seminário sobre Etnodesenvolvimento e Sustentabilidade no Centro-Oeste – Dia de Campo

Cuiabá/MT, 19 de agosto de 2021

“Vamos lutar por liberdade enquanto nós ainda temos. Não se esqueçam, é muito fácil ser do PC do B, do PT e do PSOL, num país que tem liberdade. Eu quero ver, lá em um país comunista, você falar em liberdade. Se tá difícil, repito, lutar por ela enquanto temos, imaginem depois que a perdemos”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na cerimônia de Assinatura do Contrato de Concessão da FIOL I

Tanhaçu/BA, 03 de setembro de 2021

“É muito bom estar ao lado do povo brasileiro. É muito bom voltar à Bahia e cada vez mais vê-la verde-amarelo. As cores da fé, da esperança, do trabalho e da honestidade. Diferente do vermelho, onde impera a mentira e a corrupção”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de início das

<p>obras da FICO - Ferrovia de Integração Centro-Oeste</p> <p>Mara Rosa/GO, 17 de setembro de 2021</p>
<p><i>“Outra coisa que me conforta, é saber que naquela cadeira presidencial lá em Brasília, não tem sentado nela um comunista. Dizer lá que tem homem que acredita em Deus, que respeita os seus militares, que valoriza a família e cada vez mais ter lealdade para com o seu povo”.</i></p>
<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de lançamento do Projeto Pró-Águas Urucuia</p> <p>Arinos/MG, 17 de setembro de 2021</p>
<p><i>“Também dizer aqui uma coisa cada vez mais se nota no Brasil a predominância do verde e amarelo sobre o vermelho.</i> <i>[...]</i> <i>Por que uma das coisas que mais me conforta é saber que naquela minha cadeira lá em Brasília não está sentado um comunista”.</i></p>
<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU</p> <p>Nova Iorque/EUA, 21 de setembro de 2021</p>
<p><i>“O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo. Isso é muito, é uma sólida base, se levarmos em conta que estávamos à beira do socialismo”.</i></p>
<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Inauguração da Estação Cidadania, de Entrega de Títulos de Propriedades Rurais e de Anúncio de Duplicação da BR-116 e da BR-101</p> <p>Teixeira de Freitas/BA, 28 de setembro de 2021</p>
<p><i>“Dizer a vocês que encho os olhos desde quando nós assumimos, cada vez mais, ver pelo Brasil, não mais as cores vermelha, mas as cores verde e amarela da nossa bandeira”.</i></p>
<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Sanção do PLN para Obras do Metrô de BH e de Lançamento de Pedra Fundamental do Centro Nacional de Vacinas MCTI – UFMG</p> <p>Belo Horizonte/MG, 30 de setembro de 2021</p>

“Roraima não tinha energia elétrica, vinha da Venezuela que faliu mesmo a Venezuela integrando a OPEP mas nas mãos de comunistas e socialista faliu e hoje Roraima é abastecido por termelétricas

[...]

Diz o velho ditado: quem até os 30 não foi de esquerda não tem coração, quem depois dos 30 continua na esquerda não tem cérebro.

[...]

Mas meus senhores uma das grandes coisas que me conforta na difícil tarefa de administrar esse País é que naquela minha cadeira presidencial não tem um comunista, socialista, ladrão sentado nela”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entrega das Obras de Modernização do Aeroporto de Maringá e de Inauguração da Hidrelétrica de Bela Vista

Maringá/PR, 01 de outubro de 2021

“Estávamos à beira do socialismo, estávamos flertando com o comunismo e o milagre aconteceu. E nós devemos nos conscientizar, para que o vermelho cada vez mais fique para trás, cada vez mais o verde-amarelo se faça presente entre nós”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entrega de Títulos de Propriedade Rural

Miracatu/SP, 13 de outubro de 2021

“Não podemos flertar com o socialismo, com o comunismo que países que fizeram isso dificilmente voltam a democracia. Assistimos aí Cuba, Venezuela e agora estamos vendo a nossa querida Argentina enveredar por um caminho que parece que poderá não ter mais retorno”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Jornada das Águas: Lançamento do Edital de Construção do Ramal de Salgado

Russas/CE, 20 de outubro de 2021

“Dizer a vocês, uma das coisas que me conforta, é saber que naquela minha cadeira presidencial, não está sentado um comunista. Naquela minha sala, não entra nenhuma bandeira vermelha”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de inauguração da obra do trecho final do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco

São José de Piranhas/PB, 21 de outubro de 2021

“Porque olha os senhores, não existe alegria maior de andar por todo esse Brasil e cada vez mais, ver nas ruas, em reuniões, as cores verde-amarela prevalecendo. Cada vez mais, temos deixado para trás o vermelho. Que representa o ódio, a intriga, a divisão de classes, a corrupção e o atraso”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de inauguração do Ramal do Agreste

Sertânia/PE, 21 de outubro de 2021

“E o carinho maior que nós vemos são as mudanças das cores que se vê pelas ruas do Brasil, cada vez mais o verde amarelo simbolizando a esperança, o progresso e a honestidade, deixando para trás o vermelho da corrupção, do descaso e do retrocesso. Isso não vai mais mudar, cada vez mais verde-amarelo para todos nós”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Primeira Consagração Pública de Pastores do Estado do Amazonas

Manaus/AM, 27 de outubro de 2021

“Nós devemos sempre mover nossos olhos para o passado para vermos para onde o Brasil estava indo e o que aconteceu depois das últimas eleições, estávamos a beira do socialismo, a palavra Deus, Pátria, família estava esquecida ou muito pelo contrário vivia sobre ataques constantes parecia que iríamos entrar numa situação de guerra arrasada, terra arrasada”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Culto em comemoração aos 106 anos da Assembleia de Deus

Manaus/AM, 27 de outubro de 2021

“Hoje nós vemos as cores verde-amarelo por todo o local que a gente vai. O verde-amarelo da esperança, da honestidade, da fé, contra o vermelho da mentira, do retrocesso, da corrupção. Hoje se discute política, estávamos à beira do socialismo, do comunismo, quem não sabe o que é isso e duvida, tá aqui do lado de vocês, Venezuela um país riquíssimo em petróleo e ouro, uma das maiores economias da América do Sul. Olha onde eles estão agora e por que estão dessa forma? Pelas escolhas. Foram no conto fácil, do candidato que ia resolver os problemas de todo mundo.

[...]

Mas uma coisa me conforta, não está sentado naquela cadeira que ocupo no momento, um comunista”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Assinatura dos Contratos do Leilão do 5G

Brasília/DF, 07 de dezembro de 2021
<p><i>“Foi nos idos 1972 que o primeiro sinal de TV colorida se fez presente no Brasil, governo Emílio Garrastazu Médici, ampla cobertura da TV Globo. Parabéns TV Globo, sempre ao lado dos militares de 64 a 85. Parabéns TV Globo, Parabéns.</i></p> <p><i>[...]</i></p> <p><i>Então a Festa da Uva nos marca dessa maneira e parabéns in memoriam Emílio Garrastazu Médici, um dos melhores presidentes que esse Brasil já teve”.</i></p>
Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, Cerimônia alusiva à 1ª Feira Brasileira do Nióbio Sirius – Hall Experimental – C10
Campinas/SP, 08 de dezembro de 2021
<p><i>“Tem uma viagem marcada para Roraima, vou para Pacaraima e eu quero mostrar, fazer uma live de algumas horas, mostrando as venezuelanas chegando no Brasil, muitas grávidas com criança no colo, uma trouxa na cabeça, uma mala na mão, sendo mineradas ao longo do percurso e se prostituindo para sobreviver, fugindo da maravilha do socialismo que aquelas pessoas defendem lá atrás.</i></p> <p><i>[...]</i></p> <p><i>Quantas vezes aqui nós tivemos na beira do socialismo e fomos salvos, vencemos, estamos com liberdade, mas devemos preservá-la”.</i></p>
Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Solenidade Alusiva ao Dia Internacional Contra a Corrupção 2021
Palácio do Planalto, Brasília/DF, 09 de dezembro de 2021
<p><i>“A CPI resolveu me criminalizar por causa disso me rotulando ali de charlatanismo. Cadê a liberdade do médico? Não sou médico, cadê a liberdade médica, a autonomia do médico? Calaram os médicos do Brasil, se eu tiver doente eu tenho que ouvir Willian Bonner ou Renan Calheiros e Omar Aziz. Que país é esse? Para onde estamos indo? Essa é a esquerda que falava tanto do período militar, hoje não está calada, tá do lado de quem quer censurar”.</i></p>
Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Fórum Moderniza Brasil - Ambiente de Negócios
São Paulo/SP, 15 de dezembro de 2021
<p><i>“O que mais me conforta em ser presidente, uma das raras coisas que me conforta, é saber que não tem um comunista sentado na minha cadeira”.</i></p>
Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Lançamento da Pedra Fundamental da Usina Termelétrica Gás Natural Açú II (GNA II)

São João da Barra/RJ, 31 de janeiro de 2022

“Nós somos uma grande nação. Nós temos um grande futuro pela frente. Nós acreditamos em vocês. Como já disse, com todos os problemas, ainda sou muito bem recebido por vocês. E o que é muito mais importante: hoje, as cores verde e amarela, cada vez mais substituem o vermelho da violência, da inoperância, do terrorismo e da corrupção”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia alusiva à Visita à Barragem de Oiticica e ao Anúncio de Investimentos para a Região

Jucurutu/RN, 09 de fevereiro de 2022

“Vocês viram agora em Curitiba um vereador do PT invadindo uma igreja. Esses caras de esquerda não tem qualquer respeito com vocês, não respeitam a religião de ninguém, vivem pelo poder. Geralmente são incompetentes, pessoas que não estudaram, estão aí debruçados a atender um partido. Qual o futuro nosso se esse pessoal volta ao poder um dia? Nenhum”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na cerimônia de Posse do novo Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional

Brasília/DF, 22 de fevereiro de 2022

“O nosso agronegócio hoje em dia é algo fantástico graças a esse homem, que foi descoberto por nada mais, nada menos, que nosso prezado Ernesto Geisel. E Itaipu, Emílio Garrastazu Médici, juntamente com Alfredo Stroessner. A história não pode ser mudada, é uma realidade. Homens de visão, homens de futuro que nos geraram, no caso aqui, Itaipu Binacional”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Inauguração de Travessia Urbana de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto/SP, 24 de fevereiro de 2022

“Meus senhores e minhas senhoras, eu quero mais uma vez, agradecer a todos vocês pela confiança, pela crença no Brasil, pela motivação de cada vez mais lutar pelo verde e amarelo e pela certeza que nós jamais iremos para a esquerda no Brasil. Comunismo é um fracasso, socialismo é uma desgraça”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na cerimônia Alusiva à visita às obras de construção da Ponte de Xambioá

Xambioá/TO, 22 de março de 2022

“Boa tarde a todos. Prezada prefeita, estou numa cidade que marcou, em 1973, a luta do bem contra o mal. O bem venceu. Derrotamos os comunistas, aqueles que queriam fazer do Brasil uma Cuba. O povo brasileiro é assim, se chamado for, se preciso for, dará a sua vida por democracia e por liberdade.

[...]

Indo para outro lado é muito bom, há 3 anos e 3 meses viajando pelo Brasil e cada vez mais vendo as cores, verde e amarela aparecem muito mais, que aquela vermelha do atraso e da corrupção do passado.

[...] Ver em todo esse Brasil obras sendo realizadas, vendo que cada vez mais nos afastamos do socialismo e do comunismo”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Lançamento da Força Tarefa das Águas

Quixadá/CE, 23 de março de 2022

“Também uma satisfação, depois de três anos de mandato, a volta do patriotismo no coração do Brasil. Cada vez mais as cores verde e amarela são vistas pelos quatro cantos do nosso Brasil, vamos deixando para trás aquela cor vermelha, a cor do comunismo, a cor do atraso e da corrupção. E quando se fala em corrupção, nós temos que falar: três anos e três meses sem qualquer denúncia de corrupção em nossos ministérios”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Inauguração da Estação de VLT Cajupiranga

Parnamirim/RN, 30 de março de 2022

“E dessa vez não será diferente, o bem vencerá. O bem está ao lado da maioria da população brasileira, o bem nos faz pensar no próximo e num país melhor para todos. Indo para conclusão, eu só tenho a dizer uma coisa a vocês: meu muito obrigado pela oportunidade e pela missão, que não é fácil, mas sabemos que, juntos, iremos cumpri-la. A satisfação de ser o chefe do Executivo, impedindo que alguém vermelho estivesse no meu lugar, isso não tem preço”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia alusiva ao 5G no Agro e a Entregas do Governo Federal

Baixa Grande do Ribeiro/PI, 30 de março de 2022

“E uma coisa muito importante, indo para encerramento, é um colírio para os nossos olhos em nossas andanças por todo o Brasil, cada vez mais, ver em um ambiente como esse as cores verde e amarela, da nossa querida bandeira nacional. Digo a vocês, vivemos um momento de briga, mas não é da esquerda contra direita, é do bem contra o mal. E o bem vai vencer, como sempre venceu”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Lançamento do "BB Antecipa Frete" e "BB CPR Preservação"

Brasília/DF, 7 de abril de 2022

“Qualquer proposta enquanto era parlamentar, e fui por 28 anos deputado e 2 vereador, de acordo com o partido do “caboclo”, eu já votava contra, eu nem lia o projeto. Não tem o que discutir, não pode vir coisa boa de quem defende o comunismo e nós sabemos como isso é em alguns países aí mundo afora”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, Cerimônia de Inauguração da Duplicação da BR-116 e da BR-392

Pelotas/RS, 8 de abril de 2022

“Mas dizer a todos vocês que uma coisa que nos deixa a todos felizes, é que cada vez mais pelas nossas andanças pelo Brasil, nós temos umas cores diferentes daquelas que se viam no passado. Ficou para trás o vermelho, apareceu o verde e amarelo.

[...]

Uma grande tranquilidade, o que me conforta, é saber que, naquela cadeira que ocupo em Brasília, não tem nenhum comunista sentando lá”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia alusiva a Regularização Fundiária

Rio Verde/GO, 20 de abril de 2022

“Dizer a vocês, dizer a todos vocês, entre nós aqui, nós sabemos quem é o inimigo da nação. O inimigo da nação não veste verde e amarelo, veste vermelho, e tem na sua bandeira uma foice e um martelo”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Ato Alusivo à Visita à 48.^a Edição da Expoingá

Maringá/PR, 11 de maio de 2022

“Vocês sabem que, pior que uma ameaça externa, é uma ameaça interna de comunização do nosso país. Nós não chegaremos na situação em que vive atualmente a Venezuela. Todos nós sabemos quem defende aquele regime e quem defende o seu ditador. Não queremos cores diferentes da verde e amarela em nossa terra”.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura da 56.^a Convenção Nacional do Comércio Lojista (SP)

Campos do Jordão (SP), 13 de maio de 2022
<i>“Dizer a vocês que, estou feliz, apesar de não ter paz, estou feliz com a missão, e imagino se quem ficou em segundo lá atrás, caso estivesse na frente do Executivo, com estaria o nosso Brasil, e qual seria a cor da nossa bandeira no dia de hoje”.</i>
Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Entrega do Residencial Buritis Coronel Fabriciano/MG, 26 de maio de 2022
<i>“Uma alegria onde quer que seja o local do nosso imenso Brasil, cada vez mais vemos as cores, verde e amarela predominando, a certeza que cada vez mais o nosso país se afasta do socialismo e do comunismo”.</i>
Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Marcha para Jesus Manaus/AM, 28 de maio de 2022
<i>“Nós venceremos todos os obstáculos e transformaremos um Brasil melhor para todos, mas nós sabemos que esta passagem passa por um momento outro que nós vivemos, a felicidade de andar por esse Brasil e cada vez mais ver um povo usando as cores da nossa bandeira verde amarela. Não aceitamos a nossa bandeira ser vermelha. Não aceitamos o comunismo ou o socialismo. [...] A todos vocês aqui desse grande estado do Amazonas, os meus cumprimentos, a minha solidariedade, e tenho certeza, assim como lá atrás, a Zona Franca nasceu com o general Castello Branco para Costa e Silva, esta área será preservada”.</i>
Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia alusiva às obras da Ponte da Integração Brasil-Paraguai Foz do Iguaçu/PR, 3 de junho de 2022
<i>“Essa ideia de Itaipu foi lá atrás dos governos militares do Brasil e do Paraguai, obras fantásticas feitas em parceria, e elas realmente mais do que promovem os nossos países, não dão a garantia, a certeza da geração de energia”.</i>
Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Formatura do Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento Rio de Janeiro, 8 de junho de 2022.
<i>“Militares das Forças Armadas, um exemplo ao longo de toda a história do Brasil, nos momentos mais difíceis, sempre tivemos presentes e decidimos pelo lado do bem”.</i>

<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia do Programa Internet Brasil e entrega de títulos fundiários (RN)</p> <p>Natal/RN, 17 de junho de 2022</p>
<p><i>“E é uma satisfação muito grande, porque cada vez mais, a gente vê pelo Brasil, não mais as cores vermelhas do passado, mas o verde amarelo do presente e do futuro”.</i></p>
<p>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entrega dos Residenciais Canaã I e II</p> <p>João Pessoa/PB, 24 de junho de 2022</p>
<p><i>“Também em qualquer lugar do Brasil cada vez mais a gente vê o nosso povo colorindo o ambiente com as cores verde e amarela da nossa bandeira. Não queremos que o nosso Brasil caminhe para o lado da esquerda onde a única certeza é a pobreza, é a miséria, é a desesperança”.</i></p>
<p>Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada</p> <p>Brasília, 01 de novembro de 2022</p>
<p><i>“Quero começar agradecendo os 58 milhões de brasileiros que votaram em mim no último dia 30 de outubro. Os atuais movimentos populares são frutos de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral. As manifestações pacíficas sempre serão bem-vindas, mas os nossos métodos não podem ser os da esquerda, que sempre prejudicaram a população, como invasão de propriedades, destruição de patrimônio e cerceamento do direito de ir e vir. A direita surgiu de verdade em nosso país. Nossa robusta representação no Congresso mostra as forças dos nossos valores: Deus, Pátria, Família e Liberdade”.</i></p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Mesmo não citando diretamente o Golpe de 1964, os discursos e pronunciamentos do Presidente Jair Bolsonaro, conforme observado no Quadro 13 acima, contém um forte apelo anticomunista com o objetivo de gerar medo na população. O medo sempre foi um importante fator de mobilização na política do país. Em 1964, por exemplo, vários setores da sociedade foram instigados a ficarem contra as reformas de João Goulart com receio de uma implantação do comunismo no Brasil. Vale salientar que esse anticomunismo já estava presente no país desde o início do século XX, após a Revolução Russa de 1917, ganhando mais força a partir

de 1922, com a fundação do Partido Comunista, e em 1935, com a Intentona Comunista, revolta liderada por Luís Carlos Prestes. Nessa trajetória histórica, os comunistas foram associados ao mal, com cores vermelhas e caras diabólicas, de acordo com o imaginário cristão relativo ao inferno (Motta, 2021).

6.2.3 Mensagens de autovalorização

No Quadro 14, a seguir, são apresentadas as citações do Presidente Jair Bolsonaro que enaltecem e valorizam o papel e a atuação dos grupos que defendem que houve uma revolução civil-militar em 1964. Essas mensagens são bastante repetitivas, estando presentes em praticamente todos os seus discursos e pronunciamentos, não havendo a necessidade de identificar o ano e nem o local em que foram proferidas.

Quadro 14 – Mensagens de autovalorização

<p>Mensagens que se repetem em quase todos os discursos e pronunciamentos do Presidente da República, Jair Bolsonaro</p>
<p><i>“Nós temos hoje um Presidente da República do Brasil, juntamente com o seu ministério que acredita em Deus, que respeita os seus militares, defende a família brasileira e deve lealdade ao seu povo. Mais ainda, todos nós sabemos que a família ajustada ela é boa para toda a nação, e assim sendo, nós sempre fomos contra o aborto, contra a ideologia de gênero, somos favoráveis e defensores da propriedade privada, e também defendemos que um povo armado jamais será escravizado”.</i></p>
<p><i>“Hoje podemos dizer que temos um Presidente da República e um governo, que acima de tudo, acredita em Deus, um governo que defende a família brasileira, que investe nos mais jovens para que eles sejam grandes homens e mulheres no futuro, um governo que deve lealdade ao seu povo, um Presidente que quando jovem jurou dar a vida pela sua Pátria, e juntamente com esse povo agora, mais do que isso, nós faremos pela nossa liberdade”.</i></p>
<p><i>“Até porque, creio eu, tinha como lema uma bandeira, algumas palavras de uma passagem bíblica, João 8:32: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”.</i></p>
<p><i>“Porque o povo sempre teve das Forças Armadas, além da garantia da lei e da ordem, foi a certeza da sua liberdade. Este é o bem maior que interessa a todos nós. E nessa corrente, o grande elo são as Forças Armadas, são o nosso Exército brasileiro”.</i></p>

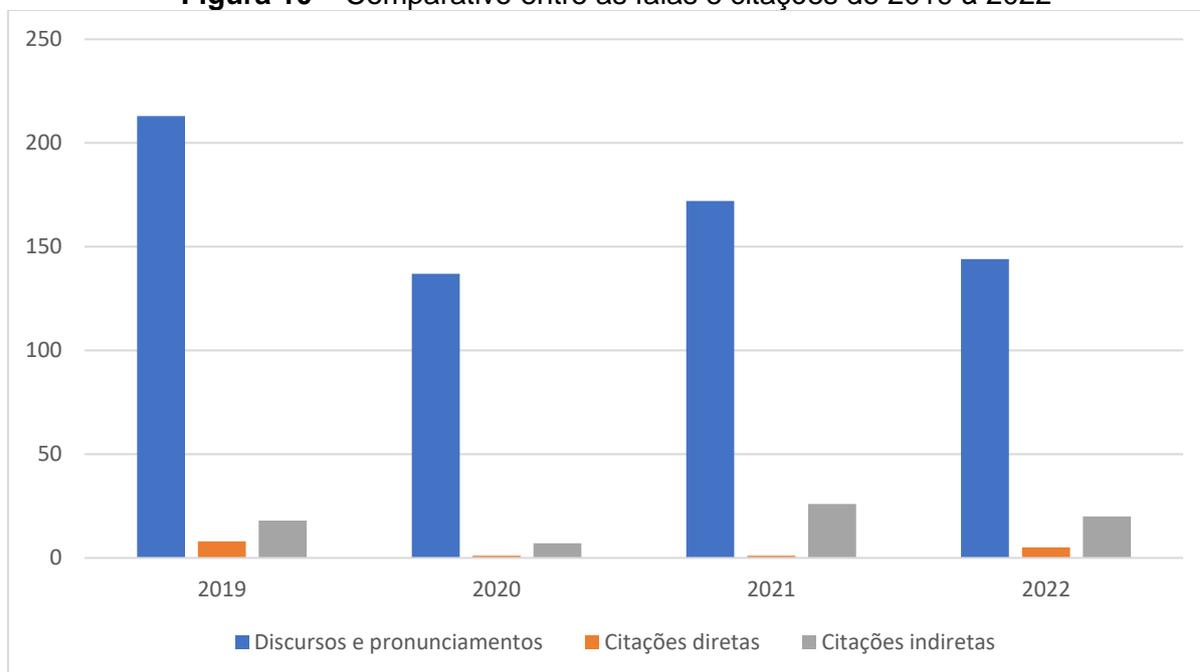
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Através das mensagens de autovalorização, conforme observado no Quadro 13 acima, os valores defendidos pelo grupo que está no poder são reconhecidos e divulgados. É a estratégia de se apresentar com uma boa imagem, associada ao bem, aos ensinamentos cristãos, contra o inimigo (a esquerda) associado ao mal. Além disso, também destaca o papel das Forças Armadas como grande responsável pela manutenção da ordem e da paz na nação. Essas falas estiveram presentes no final de quase todos os seus discursos e pronunciamentos durante os quatro anos de governo, com o intuito de incutir na mente da população as virtudes do grupo.

6.3 TRATAMENTO DOS RESULTADOS

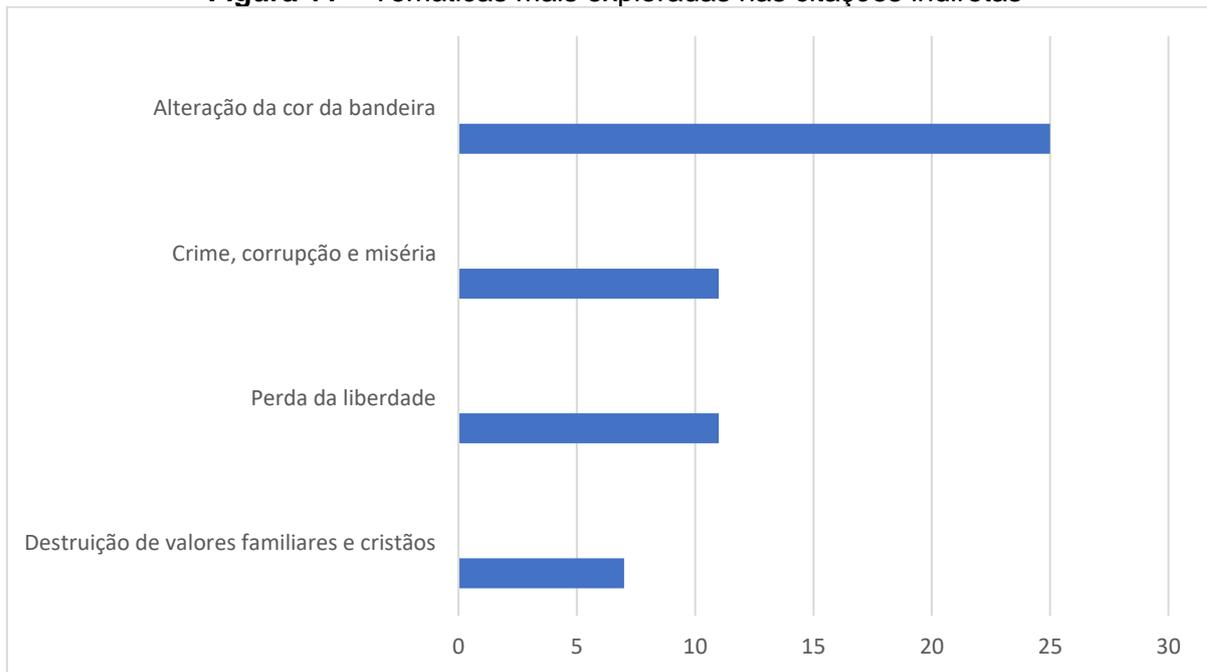
Após a finalização das duas primeiras fases da análise de conteúdo, a apresentação dos resultados torna-se passível a inferências e interpretações. A Figura 10, a seguir, representa uma sintetização e visualização dos resultados obtidos.

Figura 10 – Comparativo entre as falas e citações de 2019 à 2022



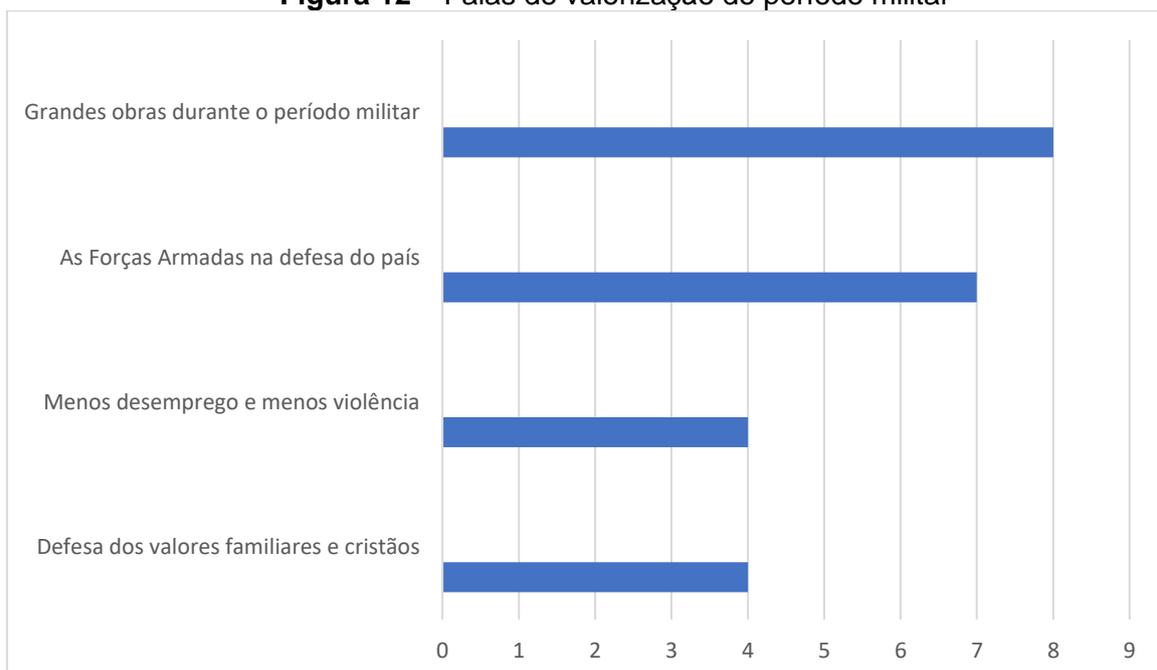
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Em relação às citações indiretas, a Figura 11, a seguir, apresenta as temáticas mais exploradas nos discursos e pronunciamentos do Presidente Bolsonaro sobre o regime comunista.

Figura 11 – Temáticas mais exploradas nas citações indiretas

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Nas mesmas citações indiretas, foram identificados também trechos que enaltecem o papel das forças armadas na defesa contra a ameaça comunista e as realizações ocorridas durante o regime militar. A Figura 12, a seguir, apresenta os aspectos mais valorizados nas falas do Presidente Bolsonaro sobre os militares.

Figura 12 – Falas de valorização do período militar

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Através da observação dos dados organizados nas Tabelas 1, 2 e 3, nos Quadros 10, 11, 12, 13 e 14 e nas Figuras 10, 11 e 12, chega-se às seguintes observações:

- a) De 2019 a 2022, o Golpe Civil-Militar de 1964 esteve presente nas falas oficiais do Governo, de forma direta ou indireta, emitidas em sua imensa maioria pelo Presidente Jair Bolsonaro. Os discursos e pronunciamentos em cerimônias, solenidades e eventos foram o meio mais utilizado para propagar a visão defendida referente ao fato histórico em questão. Por essa peça oratória ser mais restrita, informal e endereçada a um público específico, adquire um caráter demonstrativo e persuasivo mais forte na transmissão de determinadas informações. Em contrapartida, os pronunciamentos em cadeia de Rádio e TV, por serem mais formais e alcançarem um público maior e mais diversificado, praticamente não foram utilizados para transmitir ideias negacionistas sobre o fato de 1964;
- b) Em 2020, a quantidade de discursos e pronunciamentos, como também as citações diretas e indiretas, foi mais reduzida. Deduz-se que, devido a pandemia da COVID19, que assolou o mundo e o Brasil no referido ano, houve uma redução na ocorrência de cerimônias, solenidades e eventos, conseqüentemente retirando oportunidades para propagar informações a respeito de fatos históricos;
- c) Em 2022, as citações, tanto diretas quanto indiretas, foram mais frequentes nos discursos e pronunciamentos. Deduz-se que, pela proximidade das eleições presidenciais, a estratégia de rememoração da visão e dos valores defendidos do fato histórico possa ter um efeito benéfico para os interesses eleitorais do governo;
- d) Nas citações diretas em discursos e pronunciamentos, o fato histórico é simplesmente negado. O próprio Bolsonaro alega que a história não registra nenhum presidente da república que tenha perdido o seu mandato em 31 de março de 1964. De acordo com a sua versão, o então Presidente João Goulart abandonou o cargo e o Congresso Nacional aprovou a sua vacância;
- e) Em diversas citações, o regime militar foi enaltecido e valorizado, destacando suas grandes obras e realizações para o país. Durante este período, a economia cresceu, houve menos desemprego, menos violência, os valores da família e cristãos foram preservados e não houve perda de liberdade;

- f) Nas citações indiretas, o comunismo é tratado como uma ideologia nefasta e opressora, que destrói valores da família e cristãos, aumenta o índice de criminalidade e corrupção, além de produzir desemprego e miséria social;
- g) Ainda nas citações indiretas, a ameaça de alteração da cor da bandeira brasileira, um símbolo nacional, para o vermelho (em alusão ao comunismo) foi a temática mais explorada nos discursos;
- h) Finalmente, em praticamente todos os discursos e pronunciamentos, houve citações de valorização do papel do Presidente da República e do seu governo, como sendo tementes a Deus e defensores da família e dos bons costumes. Além disso, sempre há uma referência positiva sobre o papel dos militares como guardiões da nação, com a intenção de apresentar o respaldo da “força” ao seu lado.

Diante dessas observações, ficou bastante evidente um processo contínuo de desinformação sobre o Golpe Civil-Militar de 1964 ao longo dos 04 anos de governo, mobilizada em um cenário de forte polarização e interesses políticos. Este processo não ocorreu de forma acidental, mas, sim, com a utilização proposital de informações falsas, manipuladas e descontextualizadas (*disinformation*) nas interações entre memória, identidade e conhecimento histórico.

Neste processo de desinformação, foram utilizados de forma interativa todos os elementos constituintes da memória (Pollak, 1992), conforme o Quadro 15, a seguir.

Quadro 15 – Elementos da memória na desinformação do golpe

Elementos teóricos	Elementos reais
Acontecimentos vividos pessoalmente ou “por tabela”	O golpe e o regime militar (1964 – 1985)
Personagens	Direita <i>versus</i> esquerda
Lugares	O presidente Jair Bolsonaro

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Pollak (1992).

De acordo com o Quadro 15, o golpe de 1964 e o regime militar que perdurou até 1985 representa os acontecimentos vividos pessoalmente ou “por tabela”. Muitos indivíduos na sociedade atual vivenciaram e tem alguma lembrança pessoal do referido período. Inclusive, alguns, por terem uma idade mais avançada, possuem uma recordação mais nítida dos acontecimentos de 1964. Por outro lado, aqueles

que não vivenciaram o evento e nem o regime, possuem ideias, opiniões e conhecimentos sobre o fato através da história ou “por tabela”, baseados na influência da memória coletiva daqueles que viveram pessoalmente o acontecimento. Os indivíduos que não vivenciaram o fato pessoalmente são fundamentais para o fortalecimento do sentimento de identidade e a manutenção da memória coletiva do grupo ao qual pertencem. Vale destacar que os indivíduos que vivenciaram o evento pessoalmente ou “por tabela” podem ter uma memória coletiva em consonância ou não com a memória histórica oficial do fato histórico.

A disputa política entre os campos da direita e da esquerda representa os personagens da atualidade. Esse par de opostos gerou e ainda gera os principais debates ideológicos e políticos contemporâneos. Após as eleições presidenciais em 2018, a sociedade brasileira ficou dividida e polarizada politicamente entre os que apoiavam o então presidente eleito Jair Bolsonaro, ligados à direita, e os que não apoiavam, ligados ou considerados de esquerda. Em vários discursos e pronunciamentos, o presidente trazia para os “personagens” do presente o “acontecimento”, ou seja, relembra o golpe de 1964 sem a devida contextualização histórica. Além de distorcer a verdadeira realidade política e social do início dos anos 60 no Brasil, Bolsonaro também apelou para o lado emocional, tentando apresentar o “medo” e o “terrorismo” em um possível retorno de um governo de esquerda. Além disso, as lembranças positivas do período foram sempre utilizadas nas falas de Bolsonaro para reavivar a memória coletiva daqueles que vivenciaram pessoalmente o fato e implantar a versão que se deseja como verdadeira naquelas memórias coletivas que não estão completamente estruturadas sobre o episódio.

O último elemento constituinte da memória foi personificado pelo próprio Presidente Jair Bolsonaro: o lugar de memória. Em seus discursos e pronunciamentos, citando direta ou indiretamente o fato histórico de 1964 nas mais variadas cerimônias, solenidades, reuniões e inaugurações, ocorridas de 2019 a 2022, diante de um público diferente, representaram oportunidades para disseminar sua versão do acontecimento (Nora, 1993). Bolsonaro como “lugar de memória” foi itinerante, não permanecendo fixo em um local específico, mas difundindo sua memória coletiva negacionista para a população das várias partes do território nacional, principalmente para àquelas que não vivenciaram o fato histórico.

Após a identificação dos elementos constituintes da memória relacionada a 1964, é preciso demonstrar a sua caracterização e apropriação. O Quadro 16, a seguir, sintetiza as questões de identidade e enquadramento (Pollak, 1989) referentes a memória do golpe.

Quadro 16 – Caracterização e apropriação da memória do golpe

Caracterização e apropriação	
Sentimento de identidade	Bolhas e câmaras de eco
Enquadramento	Disseminação de informações descontextualizadas, falsas e manipuladas

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Pollak (1989)

O processo de rememoração de algum acontecimento não é algo espontâneo e não surge involuntariamente. O contexto da atualidade e o sentimento de identidade são determinantes no modo pela qual a memória será construída no presente. Neste processo de construção, as redes sociais e as bolhas do ambiente digital desempenham um papel fundamental no compartilhamento de informações e na maneira como as pessoas se interagem umas com as outras no mundo contemporâneo. Esses locais nada mais são do que grupos de indivíduos que se retroalimentam com as suas linhas de pensamento em comum, criando um sentimento de identidade por pertencer a uma comunidade que cultiva valores, opiniões ou lembranças parecidas (Santaella, 2018).

As bolhas ou câmaras de eco possuem um efeito negativo na formação da opinião e no direito à informação, pois os indivíduos ficam expostos principalmente a perspectivas que confirmam suas próprias crenças e convicções, sem acesso ao contraditório e à diversidade de conteúdo. Em relação ao fato histórico de 1964, elas ficam restritas a versão negacionista do golpe, fortalecendo e disseminando essa visão, repercutindo, inclusive, em indivíduos e grupos sociais cujas memórias não são devidamente estruturadas sobre o acontecimento.

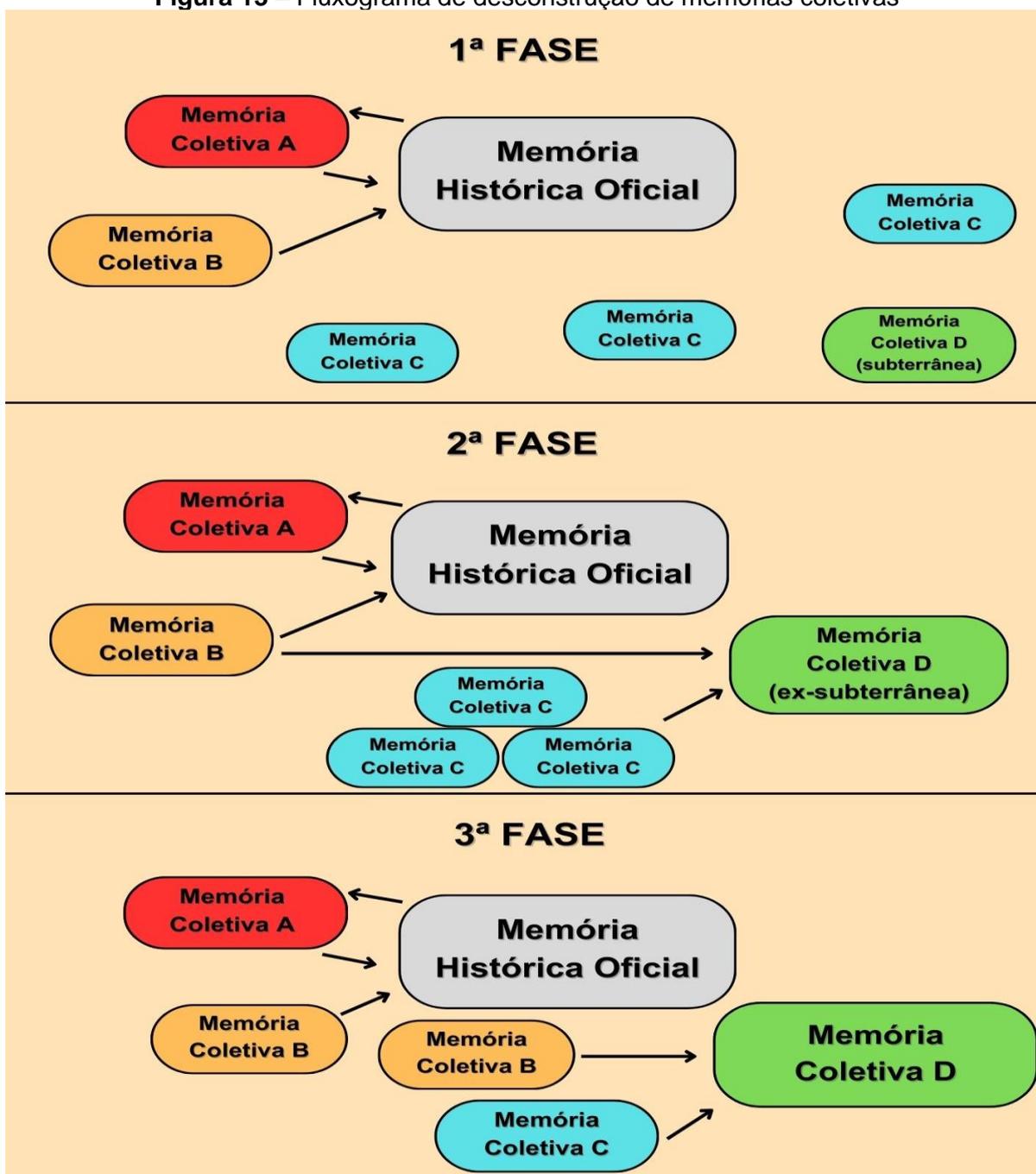
É a partir desse momento que se inicia o processo de enquadramento da memória. Para atingir seus objetivos, os grupos negacionistas precisam enquadrar ou alterar determinado conhecimento histórico na tentativa de dar fundamentação e coerência as suas ideias e projetos de conquista ou de manutenção de poder. Como não há diversidade de conteúdo e nem de pensamentos nas câmaras de eco, esses grupos tendem a produzir e propagar informações falsas ou distorcidas sobre o

acontecimento histórico. Apoiando-se na dimensão da verdade relativa (Vasconcelos, 2011), na qual os conhecimentos ainda estão sujeitos a controvérsias e reinterpretações, os negacionistas se travestem de revisionistas, sem nenhum respaldo científico, com a intenção de modificar um conhecimento historiográfico já consolidado para atender seus interesses. De acordo com Santaella (2018, p. 36), “não há como mudar o passado a bel prazer a não ser pela mentira ou pelas falhas da memória”.

As constantes citações diretas e indiretas do ex-presidente e de membros do seu governo a respeito do fato histórico, ao longo dos 04 anos de mandato, bem como as mensagens de autovalorização, tinham como objetivo reorientar a memória coletiva de parcela da população sobre o evento para favorecer a sua ideologia política. Ou seja, mobilizando parcela da população cuja memória coletiva era favorável à atuação e ao regime militar em 1964 e partindo do pressuposto que uma outra grande parcela da população não tinha um conhecimento e nem uma memória estruturada sobre o fato histórico, por não ter vivenciado o referido período, por falta de conhecimento etc., mas que valorizavam os ideais conservadoristas cristãos e de família, os símbolos da pátria etc., o grupo liderado por Bolsonaro adotou a estratégia de defender os valores da nação, a enaltecer as realizações do período militar e propagar informações falsas e descontextualizadas sobre a ditadura iniciada em 1964 e, conseqüentemente, atacar os seus adversários políticos, no caso os partidos de esquerda do Brasil.

Conforme tratado na seção 3, a realidade social apresenta uma variedade de grupos e de segmentos, cada um deles com a sua memória coletiva sobre determinados episódios históricos. Deste modo, em torno de uma memória histórica, reconhecida pela historiografia, gravitam diversas memórias coletivas, que podem estar em convergência ou divergência com o conhecimento histórico oficial. Tendo como referência as análises realizadas dos Quadros 15 e 16, a Figura 13, a seguir, representa um fluxograma que sintetiza as três fases do processo de desconstrução de memórias coletivas relacionadas a fatos históricos.

Figura 13 – Fluxograma de desconstrução de memórias coletivas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Neste fluxograma, são apresentadas as seguintes memórias:

- Memória histórica oficial:** representa o conhecimento produzido pela historiografia, alicerçada nos lugares de memória e presente nos livros acadêmicos e na maioria da memória coletiva da sociedade.
- Memória coletiva A:** representa a memória daqueles indivíduos que vivenciaram o acontecimento pessoalmente ou “por tabela”, mantendo um

forte sentimento de identidade com o fato e com a memória histórica oficial. Corresponde a uma parcela pequena da população;

- c) **Memória coletiva B:** representa a memória da maioria da população, que se alimenta da memória histórica oficial, porém não possuem um sentimento de identidade com o acontecimento. Devido às deficiências do sistema educacional brasileiro, principalmente na área das ciências humanas, esta memória B apresenta grandes fragilidades, pois não possui um conhecimento estruturado sobre o assunto e muito menos uma consciência histórica⁶ desenvolvida. Corresponde ao tipo de memória coletiva mais sujeita a manipulações;
- d) **Memória coletiva C:** representa a memória de pequena parcela da sociedade civil, que é avessa a versão da memória histórica oficial, encontrando-se fragmentada e dispersa na sociedade. Este tipo de memória coletiva não possui um conhecimento estruturado e unificado sobre o acontecimento histórico, apesar de nutrir afinidades por setores conservadores e militares. Esta memória será fundamental para o fortalecimento dos grupos negacionistas;
- e) **Memória coletiva D:** representa a memória dos grupos negacionistas que vivenciaram o acontecimento pessoalmente ou “por tabela”, mantendo um forte sentimento de identidade com os setores que defenderam ou realizaram o golpe de 1964. Não aceita a memória histórica oficial. Corresponde a uma parcela pequena da população, geralmente restrita a vários círculos militares, a políticos de extrema-direita, a parcela do empresariado e a alguns segmentos religiosos. Por muito tempo, esse tipo de memória coletiva permaneceu isolada, com feições “subterrâneas”, sem encontrar espaço para circular na sociedade.

Após a identificação das características de cada tipo de memória presente na sociedade relacionada ao fato histórico, o processo de desconstrução é desenvolvido em três fases, de acordo com a Figura 12:

⁶ Entendida como um conhecimento adquirido de forma natural pelas reflexões dos estudos históricos, que se esforça em validar no presente as ações e valores constituídos em tempos passados (Catroga, 2015).

A **primeira fase** é a condição normal de estabilidade e de relação entre as diversas memórias coletivas. A memória A se alimenta do conhecimento produzido pela memória histórica oficial e esta se alimenta do conhecimento e das lembranças da A para fortalecer e consolidar sua versão. A memória B, por sua vez, também se alimenta da memória histórica, porém não há mais nenhum tipo de interação. A memória C, além de fragmentada, encontra-se dispersa na sociedade e em discordância com a visão oficial. E a memória D, mais unificada e sistematizada que a C, permanece no isolamento, sem nenhuma interação com as outras, principalmente com a memória histórica.

Na **segunda fase** há uma mudança no panorama memorial. Devido ao surgimento de um contexto favorável, a memória D começa a emergir na sociedade, abandonando o caráter subterrâneo. Ela começa a chamar a atenção das camadas mais frágeis da memória B e consegue aglutinar em torno de si a memória C. Conseqüentemente, esta memória D se fortalece. Enquanto isso, a relação entre a memória A e a memória histórica oficial permanece inalterada.

A **terceira fase** apresenta um maior fortalecimento e mobilidade da memória D, transitando com mais facilidade na sociedade e alimentando agora com o seu conhecimento a parcela fragmentada da memória B. A memória C, agora completamente unificada, começa a se alimentar definitivamente da memória D, tornando-se uma espécie de satélite desta última. A outra parcela da memória B continua se alimentando da visão oficial. A relação entre a memória A e a memória histórica oficial continua inalterada, representando nesta fase um foco de resistência diante das investidas negacionistas.

Vale ressaltar que o contexto favorável para a memória D emergir na sociedade foi durante as eleições de 2018, que culminou na vitória de Jair Bolsonaro para Presidente da República. O seu perfil, as suas declarações polêmicas e o seu discurso conservador e negacionista (principalmente para temas de cunho científico e histórico) chamou a atenção de parcela significativa da população brasileira (camadas mais frágeis da memória B). Além disso, ele reuniu em torno de si os grupos sociais dispersos e fragmentados na sociedade (memória C) que sempre cultivaram afinidades por setores conservadores e militares.

Todo esse processo de desconstrução de memórias coletivas foi alimentado por informações falsas e descontextualizadas, tanto durante as eleições de 2018 quanto depois, durante os quatro anos de mandato, através de discursos e

pronunciamentos. Essa desinformação foi amplamente impulsionada pela internet, pelas novas TICs e pela popularização das mídias sociais, além do clima de pós-verdade que paira sobre o mundo contemporâneo, favorecendo o questionamento irracional dos conhecimentos científicos e historiográficos já estabelecidos.

Em relação a um fato histórico como o Golpe Civil-Militar de 1964, mesmo sabendo que a disseminação de inverdades representa um ataque à democracia, a partir do momento em que se exalta períodos históricos de repressão, censura e tortura como tempos maravilhosos de liberdade e benefícios coletivos, o processo de desinformação, juntamente com o trabalho de enquadramento da memória realizado por esse grupo, foi muito organizado e eficiente. A influência persuasiva de uma memória coletiva depende do poder social e do poder de comunicação do grupo que a detém. De acordo com Spinney (2017, p. 1-2), “as redes sociais moldam as memórias de forma poderosa. As pessoas precisam de pouca indução para adaptar-se à lembrança majoritária – mesmo que esteja errada [...] os grupos também podem distorcer as memórias”. Como este grupo dominou o campo político de 2019 a 2022 e soube se comunicar de forma competente com seus seguidores, simpatizantes e até mesmo com grupos politicamente neutros, a memória coletiva defendida foi forte e agregadora, capaz de desconstruir outras memórias e abalar a memória histórica oficial. É preciso levar em consideração que “a comunicação molda a memória. Pesquisas feitas com duplas de pessoas conversando sobre o passado mostram que cada falante pode reforçar aspectos de um evento repetindo-os de forma seletiva” (Spinney, 2017, p. 2).

O maior impacto sofrido por esse processo de desconstrução de memórias coletivas aconteceu justamente na memória histórica oficial, após as eleições de 2022, com a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando surgiram inúmeros protestos após o resultado eleitoral devido a não-aceitação da derrota de Jair Bolsonaro, através da mobilização de seus seguidores na frente dos quartéis em todo o Brasil, clamando por uma intervenção militar, culminando com a invasão nas sedes dos Três Poderes e depredação do patrimônio nacional em Brasília, no dia 08 de janeiro de 2023.

Portanto, a desconstrução de uma memória coletiva e histórica, por processos de desinformação, serve para interesses de dominação, de controle e perpetuação de um *status quo*. A memória de uma nação é um alvo político e sua alteração se torna um objetivo primordial para determinados grupos. O controle do futuro passa

na maioria das vezes pelo controle do passado. E a apropriação deste passado é para aqueles que conseguem fixar na memória coletiva de grande parte da população a sua versão particular dos acontecimentos. Eis a resposta para a problematização desta pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES

O famoso historiador francês Marc Bloch (1886 – 1944) escreveu um ensaio sobre notícias falsas em 1921, intitulado “Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra”. Nele, Bloch explora o fenômeno no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), na qual ele mesmo foi combatente. Em certo trecho, o historiador afirma que “o erro só se propaga, só se amplia, só vive com uma condição: encontrar na sociedade em que se difunde um caldo de cultura favorável”.

Percebe-se que, há mais de um século atrás, já havia uma preocupação em relação ao fenômeno, levando Bloch a ressaltar a necessidade de se conhecer a origem, as características, o modo de produção e o contexto social em que as notícias falsas são disseminadas. Atualmente, conhecer os meandros da desinformação é de extrema importância para a vida em sociedade. E foi justamente esta a proposta deste trabalho de pesquisa.

Inicialmente, é preciso compreender que o mundo está diante de uma transformação profunda na forma como as informações são produzidas, recebidas e compartilhadas. É cada vez mais a presença da “pós-custódia” em substituição da “custódia”. Além disso, o acesso e o excesso de informações não são sinônimos de aquisição de conhecimento ou de estar bem informado, como se imaginava há algumas décadas atrás.

A tecnologia, sem dúvida, multiplicou a capacidade de produção e recepção de informações, conhecimentos e opiniões. Mas, ao mesmo tempo, a própria tecnologia multiplicou a probabilidade de propagação de notícias falsas e de ideias negacionistas. É preciso destacar que a desinformação não é uma consequência do avanço tecnológico. Este fenômeno sempre existiu ao longo da história, mas a tecnologia acelerou sua disseminação, elevando o patamar de alcance, gerando graves problemas e preocupações para diversas áreas do mundo inteiro.

A própria ciência, que vem oferecendo ao longo dos séculos uma inegável contribuição para a humanidade nas mais diversas áreas, foi um dos alvos dessa onda de desinformação e negação. Apesar de se ter hoje condição de viver mais e melhor devido aos progressos da ciência, é estarrecedor observar as ações desinformativas e negacionistas que certos grupos políticos aqui no Brasil desempenham em relação ao conhecimento científico, colocando em jogo o futuro do país como uma nação livre, democrática e próspera. Parece até contraditório que

em um momento histórico com tantos avanços científicos e tecnológicos ocorra esse descrédito com a ciência e que o modo de funcionamento da tecnologia se torne um risco. Ao desconsiderar e depreciar a atuação da ciência, o negacionismo impõe retrocessos consideráveis em todos os campos da vida social.

Nesses últimos anos, o cenário político brasileiro intensificou discussões sobre a história nacional, com movimentos explícitos de negação ou revisão de processos históricos fundamentais, como o Golpe Civil-Militar de 1964. Versões negacionistas de que não houve golpe e, sim, uma revolução, bem como versões revisionistas de que o golpe e a intervenção militar foi necessária para o bem da nação, desestabilizam memórias coletivas e históricas consolidadas pelo conhecimento historiográfico, podendo provocar graves instabilidades na trajetória política, econômica, social e democrática do país.

Antes de tudo, é preciso salientar que o questionamento a ciência faz parte do processo de construção do conhecimento científico. A ciência não é constituída de verdades absolutas e inquestionáveis, pelo contrário, o que torna a ciência confiável é a sua busca contínua pela melhoria e aperfeiçoamento do seu conhecimento. Em outras palavras, as verdades científicas não são definitivas, seu conhecimento está em constante processo de evolução. Revisar acontecimentos do passado, através de novos dados ou novas abordagens metodológicas, é um processo natural e necessário. Assim como novos estudos sobre a ação de bactérias e vírus no organismo levam à criação de novos medicamentos, a descoberta de novas evidências, documentos, objetos e relatos podem levar a mudança ou ampliação do entendimento histórico.

Sendo assim, os revisionismos científicos e historiográficos são necessários, desde que fundamentados em métodos rigorosos de análise. Duvidar e revisar com critério e metodologia não pode ser o mesmo que negar algo evidenciado e comprovado por meio de anos de pesquisas sérias.

No entanto, defender e preservar um conhecimento ou memória histórica de alguns fatos, como por exemplo o Holocausto e o Golpe Civil-Militar de 1964, é para que esses mesmos fatos nunca mais venham a se repetir no mundo ou numa sociedade. Se a desinformação tomar conta desses temas sensíveis e essas memórias forem gradualmente desconstruídas, as novas gerações não terão noção da gravidade desses eventos e poderão, até mesmo, levantar bandeiras em defesa dos regimes que provocaram essas tragédias.

O Brasil, por exemplo, ainda não tem uma democracia consolidada. É tanto que, a cada governo, o país flerta com possibilidades de golpes e *impeachments*, tentativas de interromper mandatos presidenciais. E quando se tem um presidente da república, eleito democraticamente, que elogia torturadores, que afirma que a ditadura matou pouco e que não houve golpe em 1964, que duvida da credibilidade do sistema eleitoral brasileiro, a situação fica muito preocupante. Sem dúvida, neste atual momento, uma reflexão mais minuciosa e sistemática sobre o período militar talvez seja uma vacina para se prevenir de males semelhantes a esse tornem a acontecer.

Além disso, independente da corrente ideológica de qualquer presidente da república que esteja no poder, se não houver um repúdio explícito ao Golpe Civil-Militar de 1964 e a todas as suas violações, como também um compromisso explícito em defesa da democracia, haverá sempre tentativas de se apropriar e desconstruir memórias e, conseqüentemente, a história não estará fechada e preservada.

Infelizmente, não há uma solução definitiva para a desinformação, pois este é um daqueles problemas característicos das sociedades humanas ao longo do tempo. Porém, estudos sobre o fenômeno no decorrer da história e suas formas de operação e manifestação nos dias atuais, podem servir de base para a criação de medidas, políticas e sistemas informacionais de combate à desinformação e, conseqüentemente, atenuar seus efeitos prejudiciais à sociedade. A regulação das plataformas digitais, por exemplo, é uma dessas medidas necessárias e urgentes para combater, pelo menos parcialmente, a circulação de notícias falsas prejudiciais à cidadania e à democracia, a curto prazo.

Por outro lado, é importante que as plataformas digitais e redes sociais adotem medidas ou mecanismos que promovam a exposição dos usuários a diferentes perspectivas e fontes de informação, evitando a amplificação excessiva de conteúdos que alimentam as bolhas digitais e câmaras de eco, que podem levar à polarização e à falta de compreensão entre diversos grupos. Aliás, essas mídias também podem colaborar no enfrentamento da desinformação oferecendo recursos educativos para seus usuários sobre como identificar e denunciar informações falsas ou enganosas.

Entretanto, além dessas medidas, é preciso refletir sobre alguns aspectos desse mundo pós-moderno para tentar desfavorecer a desinformação e até mesmo

evitar os efeitos da pós-verdade na sociedade. Sem dúvida, o investimento e a valorização do sistema educacional em todas as áreas do conhecimento é uma das estratégias mais eficazes e duradouras contra esses fenômenos a médio e longo prazo. Na área das ciências sociais aplicadas e de humanas, por exemplo, a conscientização do sujeito em relação ao seu contexto histórico, político e social, onde ocorre suas relações e habilidades para lidar com a informação, desenvolvendo um senso crítico para reconhecer indícios de notícias falsas e saber identificar a verdade e discernir o viés, pode ajudar muito a reduzir os efeitos da desinformação e do negacionismo histórico na sociedade.

Aliás, uma das melhores formas de se defender de enganadores astuciosos é aprender a pensar criticamente. Toda a informação traz em si uma consequência, seja positiva ou negativa. O pensamento crítico ajuda a refletir, a avaliar os fatos e a tomar decisões com base em evidências. Porém, pensar de forma crítica não significa desacreditar de tudo, mas, sim, que se deve sempre tentar distinguir informações com ou sem evidências.

Se o avanço tecnológico ampliou a probabilidade de propagação de notícias falsas e de visões negacionistas, essa mesma tecnologia pode ser utilizada para se chegar à verdade dos fatos e ao conhecimento embasado cientificamente. Nesse mundo contemporâneo altamente conectado, a confirmação da veracidade de uma informação tornou-se algo tão simples como fazer uma pesquisa na internet.

A própria Ciência da Informação deve apresentar mais estudos e propostas de combate e prevenção a esses fenômenos. Por ter uma natureza interdisciplinar, a CI tem sido convocada para assumir significativo papel na sociedade diante desses fenômenos informacionais contemporâneos. Sua atuação é visível nas diversas áreas informacionais do conhecimento científico. Além de apresentar estudos e subsídios para uma melhor acessibilidade e divulgação científica, a CI se preocupa também com a apropriação dessa informação e sua relação na modelagem da memória, tanto individual quanto coletiva, procurando desenvolver no usuário competências críticas informacionais como maneira de se reduzir os problemas oriundos da desinformação na sociedade.

Esta pesquisa, trazendo para a CI a relação entre memória, desinformação, negacionismo e revisionismo histórico, pode auxiliar significativamente outros estudos mais direcionados para algum aspecto das temáticas em questão, tanto na própria CI quanto no campo da História.

Este trabalho foi iniciado em 2020, um ano que de repente se tornou histórico, de muitas perdas humanas, devido a pandemia de COVID19 no mundo. E sua conclusão se dá em 2024 que, por coincidência, é o ano que o Golpe Civil-Militar está completando 60 anos. Sendo assim, esta tese, além de ser uma contribuição a Ciência da Informação, pode ser considerado um presente a este ano comemorativo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem e o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida *et al.* (Orgs.). **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- ALLCOTT, Hunt.; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017
- ALMEIDA, Carlos Cândido de.; BASTOS, Flávia Maria.; BITTENCOURT, Fernando. Uma leitura dos fundamentos histórico-sociais da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v.6, n.1, p.68-89, 2007.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. **International Review of Information Ethics**, v.30, p.01-10, ago. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BOLSONARO sobre vacina de Pfizer: 'Se você virar um jacaré, é problema de você'. Notícias Uol, 2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/12/18/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce.htm> >. Acesso em: 17 jan. 2024.
- BRISOLA, Anna.; BEZERRA, Arthur. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 10., 2018, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, 2018.
- BUENO, Márcio. **A origem curiosa das palavras**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CARPANEZ, Juliana. Mentira que mata: O passo a passo do 1º caso de repercussão no Brasil em que notícias fraudulentas levaram a uma tragédia. **Uol notícias**, 18 ago. 2018. Disponível em: < <https://www.uol.com.br/noticias/especiais/das-fake-news-ao-linchamento-como-uma-mentira-levou-a-morte-de-uma-inocente.htm#incitacao-via-internet> > Acesso em: 02 abr. 2022.
- CARVALHO, Luciana Moreira. **As Bibliotecas Universitárias de Portugal e Nordeste do Brasil**: estudo sobre o impacto e mediação das tecnologias digitais. 2013. 296f. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, 2013.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHASSOT, Ático. **A ciência através dos tempos**. São Paulo: Moderna, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAVES, Eduardo dos Santos. Os militares e a batalha pela memória da ditadura: “o golpe que virou revolução”. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania. (Orgs.). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014.

COHEN, Stanley. **States of Denial**: Knowing about Atrocities and Suffering. Cambridge, UK: Polity Press, 2001.

COMISSÃO EUROPEIA. **Combater a desinformação em linha**: uma estratégia europeia. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões. COM(2018) 236 final, Bruxelas, 26 de abril de 2018. Disponível em: < <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018DC0236&from=IT> > Acesso em: 20 ago. 2022.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri, SP: Faro Editorial, 2018.

DARNTON, Robert. A verdadeira história das notícias falsas. **El País**, 2017. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html > Acesso em: 17 mar. 2021.

DESINFORMAÇÃO. In: **MINI** Aurélio. Curitiba: Positivo, 2019.

DODEBEI, Vera. (Des) Informação e [Pós] Verdade: possíveis contextos discursivo-conceituais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 1-21, abr./jun. 2021.

EM 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas. **Aos Fatos**, 2022. Disponível em: < <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/> > Acesso em: 15 jan. 2023.

FALLIS, Don. What is disinformation? **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: EDUC, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332 dez. 2002.

FONSECA, Paulo. Negacionismo, desinformação e estudos sociais da ciência e tecnologia: amostra de um debate emergente. **CTS em foco**, n. 5, out./dez. 2021, p. 8-17.

FRANCO, Maria Laura Puglisi. **Análise de conteúdo**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. Anacronismos e apropriações. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **Novos combates pela história**. São Paulo: Contexto, 2021.

GALHARDI, Cláudia Pereira; FREIRE, Neyson Pinheiro; MINAYO, Maria Cecília de Souza; FAGUNDES, Maria Clara Marques. Fato ou *Fake*? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, ago. 2020. Disponível em:
<[https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/44120/FatoFakeDesinforma%
a7%c3%a3oPandemia.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/44120/FatoFakeDesinforma%c3%a7%c3%a3oPandemia.pdf?sequence=2&isAllowed=y) > Acesso em: 15 set. 2022.

GANDRA, Edgar Ávila; JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. O negacionismo renovado e o ofício do historiador. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo Livros, 2013.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô. (Orgs.). Por que memória social? **Revista Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

GUIMARÃES JUNIOR, Manoel Oswaldo. **Os boatos alarmistas na perspectiva da Ciência da Informação**: o caso “Tapacurá estourou”. 2018. 84 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

GUIMARÃES JUNIOR, Manoel Oswaldo; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. Os boatos alarmistas na perspectiva da Ciência da Informação: o caso “Tapacurá estourou”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2018, Londrina/PR. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 6398-6415.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KAPFERER, Jean Noel. **Boatos: o mais antigo mídia do mundo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (Orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: MilFontes, 2020.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LEAL, Bruno. *Fake news: do passado ao presente*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Novos combates pela história**. São Paulo: Contexto, 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEVITIN, Daniel. **O guia contra mentiras: como pensar criticamente na era da pós-verdade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUCA, Tânia Regina de. **Indústria e trabalho na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe: com comentários de Napoleão I e Cristina da Suécia**. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34, 1992, p.9-24.

MENESES, Sonia. Negacionismos e Histórias Públicas Reacionárias: Os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **OPSIS**, v. 19, n. 2, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. **O custodialismo e a teoria da intencionalidade**. Recife: Nectar, 2012.

MONIZ, Edmundo. **Canudos: a luta pela terra**. São Paulo: Global, 2001.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa. A Ciência da Informação, memória e esquecimento. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, 2008.

MORAES, Luís Edmundo. O negacionismo e as disputas de memória: reflexões sobre intelectuais de extrema-direita e a negação do holocausto. In: **Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUH-Rio**. Seropédica, 2008.

_____. O negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH, São Paulo, junho 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). Rio de Janeiro: Eduff, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **Novos combates pela história**. São Paulo: Contexto, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n.10, p.7-28, dez. 1993.

O BRASIL do regime militar idealizado por Bolsonaro. **Carta Capital**, 2019. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-brasil-do-regime-militar-idealizado-por-bolsonaro/> >. Acesso em: 1 out. 2019.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg.; CASTRO, Raíssa Mota. A memória na Ciência da Informação: uma análise da produção científica brasileira. In: OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. (Orgs.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia história**, vol. 31, n. 57, pp. 863-902, 2015.

PERILLO, Lorraine; VINHAL, Gabriela. Diferença de 2 milhões de votos: as eleições presidenciais mais apertadas. **Uol notícias**, 30 out. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/lula-x-bolsonaro-bate-dilma-x-aecio-e-tem-menor-diferenca-de-votos-compare.htm>> Acesso em: 08 jan. 2024.

PINHEIRO, Marta Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado da desinformação. **DataGramZero – Revista de Informação**, Rio de Janeiro, v.15, n.6, dez. 2014.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. A história contra-ataca. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **Novos combates pela história**. São Paulo: Contexto, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POSETTI, Julie.; MATTHEWS, Alice. A short guide to the history of 'fake news' and disinformation. **International Center for Journalists**, 2018.

PRADO, Maria Lígia. Defesa do ensino de História nas escolas. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **Novos combates pela história**. São Paulo: Contexto, 2021.

RAMALHO, Cristina. Manga com leite faz mal? **Superinteressante**, 2018.
Disponível em: < <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/manga-com-leite-faz-mal/> > Acesso em: 10 mar. 2022.

RAMON-CORTÉS, Ferran. **Vírus: o perigo do boato nas empresas**. São Paulo: Editora Acadêmica de Inteligência, 2008.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005)

RIBEIRO, Fernanda. Memória, Informação e Ciência da Informação: relações e interdependências. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. (Orgs.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado; BONONE, Luana Meneguelli.; MIELLI, Renata. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular *fake news*? **Confluências**, Niterói/RJ, v. 22, n. 3, p. 30-52, dez. 2020.

ROLLEMBERG, Denise.; CORDEIRO, Janaína Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. **História, histórias**, v. 9, n. 17, jan./jun. 2021.

RUBERT, Sylvania. Para reconciliar, é preciso esquecer?: reflexões sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania. (Orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Deriva, 2014.

SÁ, Celso Pereira de; CASTRO, Ricardo Vieiralves de; MOLLER, Renato Cesar; PEREZ, Juliana Aieta; BEZERRA, Fernando Cesar de Castro. A memória histórica do Regime Militar em três gerações: conteúdos factuais e juízos críticos. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 10, p. 36-51, 2008.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores Editora, 2018.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é o pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SCHNEIDER, Luizane; BIDARRA, Jorge. O comportamento semântico do prefixo des-: questões de polissemia e produtividade lexical. **Línguas & Letras**, Cascavel/PR, v. 10, n. 18, p. 71-84, jan./jun. 2009.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: UNESP, 2018.

SILVA, Antonio Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Das Ciências Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Antonio Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Nectar, 2011.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, maio 2003.

SPINNEY, Laura. O passado compartilhado que nunca aconteceu. **ComCiência** – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2018. Disponível em: < <https://www.comciencia.br/o-passado-compartilhado-que-nunca-existiu/> > Acesso em: 08 out. 2019.

SUNSTEIN, Cass. **A verdade sobre os boatos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

TIBURI, Márcia. **Delírio do poder: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TOMAZ, Carlos. Psicobiologia da memória. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 49-59, 1993.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. 3ed. Brasília: Editora Ser, 2007.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, 2021.

VASCONCELOS, Ana. **Manual Compacto de Filosofia**. São Paulo: Rideel, 2011.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Campinas: Papyrus, 1988.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira – 1964-1985**: A democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

VOLKOFF, Vladimir. **Pequena história da desinformação**: do Cavalo de Tróia à Internet. Curitiba: Editora Vila do Príncipe, 2004.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe Report**, Strasbourg, 2017. Disponível em: < <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c> > Acesso em: 15 ago. 2022.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias.; MONTEIRO, Silvana Drumond. Arquivo e memória: entre a arquivologia pós-custodial e o conceito de arquivo derridiano. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. (Orgs.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.